

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES – UCAM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO  
DA CIDADE  
CURSO DE DOUTORADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DA  
CIDADE

BIANCA SIQUEIRA GONÇALVES

**A PÓS-OCUPAÇÃO NA PERSPECTIVA DO JOVEM MORADOR DAS  
“CASINHAS” EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ: UMA ANÁLISE  
À LUZ DO DIREITO À CIDADE**

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ

2021

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES – UCAM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO  
DA CIDADE  
CURSO DE DOUTORADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DA  
CIDADE

BIANCA SIQUEIRA GONÇALVES

**A PÓS-OCUPAÇÃO NA PERSPECTIVA DO JOVEM MORADOR DAS  
“CASINHAS” EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ: UMA ANÁLISE  
À LUZ DO DIREITO À CIDADE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão da Cidade, da Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes/RJ, para obtenção do grau de Doutor em Planejamento Regional e Gestão da Cidade.

Orientador: Prof. José Luis Vianna da Cruz, DSc.

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ

2021

## Catálogo na fonte

Preparada pela Biblioteca da **UCAM – CAMPOS** 003/2022

Gonçalves, Bianca Siqueira.

A pós-ocupação na perspectiva do jovem morador das “casinhas” em Campos dos Goytacazes/RJ: uma análise à luz do direito à cidade. / Bianca Siqueira Gonçalves. – 2021.  
170 f.

Orientador(a): José Luis Vianna da Cruz.

Tese de Doutorado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade – Universidade Candido Mendes – Campos. Campos dos Goytacazes, RJ, 2021.  
Referências: f. 133-151 f.

1. Planejamento urbano. 2. Campos dos Goytacazes. I. Cruz, José Luis Vianna da Matta, orient. II. Universidade Candido Mendes – Campos. III. Título.

CDU – 711.4(815.3)

Bibliotecária Responsável: Flávia Mastrogirolamo CRB 7<sup>a</sup>-6723

BIANCA SIQUEIRA GONÇALVES

**A PÓS-OCUPAÇÃO NA PERSPECTIVA DO JOVEM MORADOR DAS  
“CASINHAS” EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ: UMA ANÁLISE À LUZ DO  
DIREITO À CIDADE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão da Cidade, da Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes/RJ, para obtenção do grau de Doutor em Planejamento Regional e Gestão da Cidade.

Aprovada em 05 de outubro de 2021.

**BANCA EXAMINADORA**



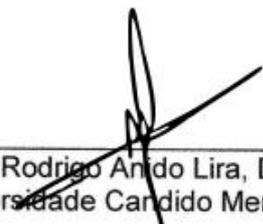
---

Prof. Jose Luis Vianna da Cruz, D.Sc - Orientador  
Universidade Candido Mendes



---

Prof.ª Juliana Thimóteo Nazareno Mendes – D.Sc  
Universidade Federal Fluminense



---

Prof. Rodrigo André Lira, D.Sc  
Universidade Candido Mendes



---

Prof.ª Antenor Maria da Mata Siqueira – D.Sc  
Universidade Federal Fluminense

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ

2021

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por estar sempre comigo, me iluminando em todos os momentos.

Aos meus pais Regina e Elias, por todo apoio e incentivo.

Aos meus irmãos Virgínia e Elias Júnior, por serem companheiros e por se orgulharem tanto de mim.

A Vinícius, pelo companheirismo, incentivo, apoio, colaboração, compreensão e paciência.

Ao professor orientador desta tese, José Luis Vianna da Cruz, por acreditar em mim, me incentivar, me acompanhar em todas as etapas deste trabalho e sempre me instigar a ir além.

Aos professores Juliana Thimóteo Nazareno Mendes e Rodrigo Anido Lira. A competência, a expertise e a sensibilidade de vocês em muito contribuíram com este trabalho.

À Universidade Candido Mendes – Campos pela infraestrutura, para que essa pesquisa pudesse ser realizada e concluída.

À Raquel Almeida, que muito colaborou para a realização das entrevistas.

Às lideranças comunitárias, sem as quais o caminho seria muito mais tortuoso.

Aos professores, colaboradores e alunos do Curso de Doutorado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, que hoje posso chamar de amigos, e a todos que de alguma forma colaboraram direta ou indiretamente para a conclusão deste trabalho, pois se cheguei até aqui foi porque me apoiei em ombros de gigantes.

À Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro.

*“Na vida real, com certeza, há sempre alguma coisa acontecendo, o balé não tem intervalo, mas a sensação geral é serena”.*

Jacobs

*“Se tem territorialidade, tem apartheid”.*

Elisa Lucinda

*“A história do indivíduo é aquela que produziu o espaço e que a ele se imbrica, por isso que ela pode ser apropriada. Mas é também uma história contraditória de poder e de lutas, de resistências compostas por pequenas formas de apropriação”.*

Ana Fani

*“Somos colocados no mundo não somente para que façamos de espectadores, mas também de atores”.*

Comenius

## RESUMO

### A PÓS-OCUPAÇÃO NA PERSPECTIVA DO JOVEM MORADOR DAS “CASINHAS” EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ: UMA ANÁLISE À LUZ DO DIREITO À CIDADE

O presente estudo analisa a cidade como produção social, fruto da ação complexa e conflituosa de agentes sociais, que representam distintos interesses. Discorre sobre a dinâmica capitalista na construção do espaço na cidade e como se organizam as estruturas urbanas. Tendo como cenário a cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, analisa a percepção dos jovens moradores da faixa etária entre 18 e 29 anos dos Conjuntos Habitacionais Morar Feliz sobre a pós-ocupação, em especial o seu olhar sobre a nova moradia, o território e o direito à cidade na perspectiva da educação, saúde, segurança, mobilidade, lazer, trabalho, futuro e sobre como se apropriam do novo espaço de moradia (construção de sociabilidades e usos). Sabe-se que a garantia do direito à cidade é um objetivo previsto na legislação. Evidencia-se que os interesses dos agentes sociais definem como será a ocupação territorial (SINGER, 1980). O Estado deve ser o mediador dos interesses individuais e coletivos, fazendo prevalecer o interesse público sobre o privado, sem sucumbir às pressões do capital. Ao adotar uma posição que integra os espaços da cidade, em detrimento do individualismo do direito de propriedade, acredita-se que o Estado permite a efetivação do direito à cidade, conforme disciplinado no Estatuto da Cidade. Em sentido oposto, um Estado-empresário alimenta os processos de segregação sócioespacial, bem como a reprodução de uma sociedade desigual. Para a compreensão das problematizações foi feita uma combinação de procedimentos metodológicos, tais como pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa de campo e entrevista. Segundo a percepção dos jovens moradores do Conjunto Habitacional Morar Feliz (CHMF), e considerando-se a precarização sóciohistórica de políticas públicas voltadas para essa parcela da população, o direito à cidade para eles tem se materializado? Como eles se percebem dentro desse contexto? Em Campos dos Goytacazes, a localização das *casinhas* demonstra a complexidade dos interesses em jogo. Com a adoção de políticas pontuais que não integram os conjuntos habitacionais no contexto urbano, contribui-se para a manutenção de processos de periferização da população de baixa renda. Buscou-se, portanto, compreender alguns aspectos importantes da estrutura e dinâmica do espaço urbano em Campos dos Goytacazes, progressivamente segregado e portador de conflitos. Examinou-se a especificidade do jovem pobre na política urbana, em geral; e na política habitacional e de moradia, em particular. Destacada a relevância do jovem pobre para a cidade, a tese evidenciou ainda o papel do planejamento urbano na mitigação dos impactos da concentração do solo urbano e da especulação imobiliária, fatores agravantes da segregação sócioespacial.

Palavras-chave: cidade; conflitos; juventude; pobreza; morar feliz.

## ABSTRACT

### POST-OCCUPATION FROM THE PERSPECTIVE OF THE YOUNG RESIDENT OF "CASINHAS" IN CAMPOS DOS GOYTACAZES / RJ: AN ANALYSIS IN THE LIGHT OF THE RIGHT TO THE CITY

The present study analyzes the city as a social production, the result of the complex and conflicting action of social agents, who represent different interests. It discusses the capitalist dynamics in the construction of space in the city and how urban structures are organized. Taking the city of Campos dos Goytacazes / RJ as a backdrop, it analyzes the perception of young people aged 18 to 29 years of the Morar Feliz Housing Complexes about post-occupation, especially their view of the new housing, the territory and the right to the city from the perspective of education, health, security, mobility, leisure, work, the future and on how to appropriate the new living space (building sociability and uses). It is known that guaranteeing the right to the city is an objective provided for in the legislation. It is evident that the interests of social agents define what territorial occupation will be like (SINGER, 1980). The State must be the mediator of individual and collective interests, making public interest prevail over the private one, without succumbing to the pressures of capital. By adopting a position that integrates city spaces, to the detriment of individualism in property rights, the State allows the realization of the right to the city, as regulated in the City Statute. Conversely, an entrepreneur-state fuels the processes of socio-spatial segregation, as well as the reproduction of an unequal society. To understand the problematizations, a combination of methodological procedures was carried out, such as bibliographic research, documentary research, field research and interview. According to the perception of young residents of the Morar Feliz Housing Complex (CHMF), and considering the socio-historical precariousness of public policies aimed at this portion of the population, has the right to the city for them materialized? How do they perceive themselves within this context? In Campos dos Goytacazes, the location of the houses demonstrates the complexity of the interests at stake. With the adoption of specific policies that do not integrate housing estates in the urban context, it contributes to the maintenance of peripheralization processes for the low-income population. Therefore, we sought to understand some important aspects of the structure and dynamics of the urban space in Campos dos Goytacazes, progressively segregated and bearer of conflicts. The specificity of the poor youth in urban policy in general was examined; and housing and housing policy in particular. Highlighting the relevance of the poor youth to the city, the thesis also highlighted the role of urban planning in mitigating the impacts of the concentration of urban soil and real estate speculation, aggravating factors of socio-spatial segregation.

Keywords: city; conflicts; youth; poverty; live happy.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa do Município de Campos dos Goytacazes no Estado do Rio de Janeiro (2019).....	60
Figura 2: Mapa contendo a divisão político-administrativa do Município de Campos dos Goytacazes.....	61
Figura 3: Mapa esquemático do Distrito Sede de Campos a partir das divisões de bairros. ....	62
Figura 4: Praça São Salvador. ....	67
Figura 5: Mapa de Verticalização do Distrito Sede.....	73
Figura 6: Mapa dos Vetores de Expansão Urbana.....	74
Figura 7: Audiência do Plano de Metas (2017). ....	91
Figura 8: Localização dos Conjuntos Habitacionais do Programa Morar Feliz (1). ...	94
Figura 9: Localização dos Conjuntos Habitacionais do Programa Morar Feliz (2). ...	95
Figura 10: Foto Panorâmica do Conjunto da Penha. ....	95
Figura 11: Lado Norte da Cidade de Campos dos Goytacazes - Distrito de Guarus....	98
Figura 12: Lado Sul da Cidade de Campos dos Goytacazes – Centro. ....	98
Figura 13: Expansão Central e Sudeste da Cidade de Campos dos Goytacazes.....	98

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Conjuntos Habitacionais – Morar Feliz - 1. <sup>a</sup> Etapa (2010-2012).....	78
Tabela 2: Conjuntos Habitacionais entregues – Morar Feliz – 2. <sup>a</sup> Etapa (2012-2014) .....	78
Tabela 3: Perfil dos jovens entrevistados .....	82

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
1.1	ESTRUTURA DA TESE	14
<b>2</b>	<b>JUVENTUDE E CIDADE: ACOLHIMENTO OU HOSTILIDADE?</b>	<b>17</b>
2.1	O TERRITÓRIO E SUAS MÚLTIPLAS DIMENSÕES	26
2.2	TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE, DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO: DIÁLOGOS E REFLEXÕES	31
2.3	JUVENTUDE E POBREZA: DELINEANDO AS CATEGORIAS DE ANÁLISE	35
2.4	POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS DA JUVENTUDE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS	39
2.5	JUVENTUDE X MORADIA X POLÍTICAS HABITACIONAIS	48
<b>3</b>	<b>O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES: INTEGRAÇÃO, SEGREGAÇÃO E EXCLUSÃO</b>	<b>59</b>
3.1	SOBRE A ATUAL DINÂMICA DA MALHA URBANA DA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	72
<b>4</b>	<b>O ESPAÇO URBANO E O DIREITO À CIDADE: CONJUNTOS HABITACIONAIS DO PROGRAMA MORAR FELIZ, SEGREGAÇÃO E A PERCEPÇÃO DA JUVENTUDE</b>	<b>75</b>
4.1	O HABITAR NO CONTEXTO DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DO PROGRAMA MORAR FELIZ	107
<b>5</b>	<b>SER JOVEM NA CIDADE: REFLEXÕES SOBRE O COTIDIANO DOS JOVENS MORADORES DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DO PROGRAMA MORAR FELIZ EM CAMPOS DOS GOYTACAZES</b>	<b>114</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>128</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>133</b>
	<b>APÊNDICE 1 RESPOSTA AO REQUERIMENTO FORMULADO JUNTO À SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES (SFM) REFERENTE À QUANTIDADE DE IMÓVEIS CONSTRUÍDOS POR BAIRRO.</b>	<b>152</b>
	<b>APÊNDICE 2 ENTREVISTA CONCEDIDA POR SERVIDOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL (SMDHS) REFERENTE A ASPECTOS DO PROGRAMA MORAR FELIZ</b>	<b>152</b>

<b>APÊNDICE 3 ROTEIRO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS JOVENS MORADORES DE VARIADOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DO PROGRAMA MORAR FELIZ. ....</b>	<b>167</b>
<b>APÊNDICE 4 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO QUE RESPALDOU A REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS COM OS JOVENS. ....</b>	<b>170</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A organização do espaço não é um processo natural ou espontâneo. Assume a condição de informar e representar os determinismos de cada tipo e de cada período da organização social, retratando os momentos históricos de uma sociedade. Analisar o espaço enquanto expressão da estrutura social resulta, conseqüentemente, em estudar sua modelagem pelos elementos do sistema econômico, do sistema político, bem como pelas combinações e práticas sociais que ocorrem nele. O espaço é, portanto, produção e produto social.

O espaço urbano é caracterizado por concentrar elementos necessários ao cotidiano da reprodução da sociedade, tais como salubridade, educação, moradia e trabalho, que constituem direitos das pessoas que nele habitam. É preciso um espaço ordenado e funcional que possibilite a efetivação dos mencionados direitos.

A inserção do capítulo voltado para a política urbana, em especial os artigos 182 e seguintes, na Constituição Federal de 1988; a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, do Estatuto da Cidade em 2001; do Estatuto da Juventude em 2013 e a criação, em 2003, do Ministério das Cidades, demonstram a importância da matéria, dada a gravidade assumida historicamente. Através desses órgãos e instrumentos, é delegada aos municípios a condução do ordenamento da cidade em direção ao desenvolvimento e crescimento sustentáveis. Cabe a eles o cumprimento das diretrizes estabelecidas no Plano Diretor, cuja função é o planejamento da cidade direcionado para as questões sociais, econômicas, ambientais, públicas e coletivas.

Prevê o artigo 182 da Constituição Federal que a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, com o fomento de políticas hábeis a garanti-los o direito à cidade, sob o manto ideal da “cidade para todos”.

Apesar da celebração dos trinta e dois anos da Constituição Federal, dos trinta anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e dos dezenove anos do Estatuto da Cidade, não são muito numerosos os estudos que fazem as devidas imbricações entre os direitos dos jovens quanto a se apropriar, usar, circular e pertencer à cidade e ser priorizado nas normas de natureza urbanística. Com isso, fecham-se os olhos para uma relação de simbiose existente entre a juventude e o direito à cidade, de tal forma

que, a partir de uma ingênua concepção, a cidade pudesse ser imaginada e concebida sem a análise das percepções externadas por esses importantes membros que compõem o seu núcleo.

De acordo com o Censo 2010, os jovens ocupam um quarto da população do país. Isso significa 51,3 milhões de jovens de 15 a 29 anos vivendo no Brasil, sendo 84,8 % nas cidades e 15,2 % no campo. Os números evidenciam que os jovens são uma categoria social expressiva.

Compreende-se que a juventude é muito mais do que uma simples questão de aspecto biológico ou geracional e que não se limita a uma fase da vida entre a infância e a idade adulta. A forma e os estilos de ser se diversificam de acordo com a trajetória de vida de cada jovem e a pluralidade de aspectos identitários de cada grupo juvenil. O jovem é produto das relações pessoais, familiares e sociais. Necessita de condições materiais e imateriais para ter uma formação saudável e se constituir enquanto cidadão.

Ao longo dos anos, a temática da juventude tem despertado questionamentos em diferentes escalas, na busca de se assimilar melhor as manifestações desse grupo social, seus valores simbólicos, diversidades, conflitos e formas específicas de ser e estar no mundo, para além das visões adultocêntricas que frequentemente norteiam os debates.

Os jovens buscam ser reconhecidos por suas individualidades, como sujeitos de suas histórias, utilizando as mais variadas estratégias na construção de suas identidades juvenis (DAYRELL, 2003). Os jovens não querem apenas ser tratados como iguais, mas sim ser reconhecidos nas suas especificidades (CARRANO, 2009a), o que implica serem percebidos como jovens na sua diversidade, como sujeitos de múltiplas trajetórias de vida. As condições objetivas e subjetivas são fundamentais para garantir uma trajetória de sujeito.

Do que se deriva que a perspectiva da pós-ocupação das casinhas pela visão do jovem morador é de fundamental relevância, tendo em vista que o jovem tem amplas condições de aferir o quanto a localização da moradia influencia na inserção e acesso (ou não) à cidade e aos meios, condições e recursos necessários à sua cidadania. O termo “casinhas” é genérico, utilizado para denominar as casas dos Conjuntos Habitacionais do Programa Morar Feliz, reconhecido e utilizado tanto pelos moradores como pelos diversos grupos sociais da cidade, embora deva possuir conotações diferentes, segundo os segmentos sociais que o utilizam.

Para enriquecer a discussão acadêmica no desenvolvimento de estudos na área da juventude pobre, este trabalho busca referências nos campos da Geografia, da Sociologia, da Antropologia, do Planejamento Urbano e do Direito a partir das questões mais evidentes: pobreza, cidadania, trajetórias de vida, moradia, sociabilidades e vulnerabilidades.

O estudo busca identificar as formas de circulação, uso e apropriação do espaço urbano que os jovens constroem em seu movimento pelo conjunto habitacional, o bairro onde se localiza e a cidade. Propõe analisar de que forma a localização espacial dos Conjuntos Habitacionais do Programa Morar Feliz se reflete no cotidiano do jovem morador; se, de acordo com a percepção dos jovens moradores do CHMF, o direito à cidade tem se materializado (em uma concepção para além do mero acesso aos serviços públicos); se os vetores do estudo, saúde, segurança, moradia, mobilidade, sociabilidade, cultura, religião, lazer e trabalho têm sido ofertados de forma a atender às necessidades desses jovens e se a circulação do jovem no próprio conjunto habitacional, no bairro onde se localiza e na cidade apresenta algum(ns) tipo(s) de conflito (e como eles se percebem dentro desse contexto).

Acredita-se que esta pesquisa apresente uma perspectiva original no estudo dos Conjuntos Habitacionais do Programa Morar Feliz, na medida em que busca compreender as percepções, modificações e adaptações enfrentadas pelos jovens. Deseja entender como o jovem se insere no bairro e na cidade, de que forma se apropria do espaço urbano e identificar de que modo se relaciona com a escola, o trabalho, a igreja, os amigos, os equipamentos urbanos, o bairro e a cidade, bem como as relações perceptíveis com a situação de morador de Conjunto Habitacional do Programa Morar Feliz. Propõe uma análise do conjunto habitacional em si (aspectos e conflitos internos) e principalmente a questão da inclusão, apropriação e do direito à cidade (aspectos e conflitos externos) a partir da percepção de jovens moradores com idades entre 18 e 29 anos, sendo uma pesquisa que, por esses fatores, possui relevância social e científica.

O objeto de estudo consiste na análise da percepção dos jovens moradores dos Conjuntos Habitacionais do Programa Morar Feliz sobre a pós-ocupação, em especial o seu olhar sobre o novo espaço de moradia (construção de sociabilidades e usos), o território, o ambiente construído, os equipamentos e a infraestrutura, ou seja,

o direito à cidade na perspectiva da educação, saúde, mobilidade, sociabilidade, cultura, lazer, trabalho e futuro.

O objetivo da tese proposta é analisar, a partir dos aspectos positivos e negativos evidenciados pelo grupo estudado, a relação entre juventude e cidade e compreender de que maneira a localização do Conjunto Habitacional permite uma maior ou menor integração do jovem morador com a cidade, identificando os fatores influentes, tendo em vista que a localização da moradia interfere significativamente na possibilidade da inserção e acesso desses jovens à cidade.

Esta tese é organizada em seis capítulos, que unem teoria, metodologia, pesquisa e análise dos resultados. O referencial teórico que embasará a pesquisa busca compreender a relação entre a juventude e a cidade.

## 1.1 ESTRUTURA DA TESE

Para atingir os objetivos e responder as questões propostas, a tese foi organizada em seis capítulos.

A ordem dos capítulos abordados permite constatar a existência de articulação e encadeamento entre os múltiplos aspectos e enfoques apresentados sobre a temática juventude e cidade.

No primeiro, tem-se a Introdução.

O segundo capítulo trata da relação entre juventude e cidade, com especial relevo para a juventude em Campos dos Goytacazes.

O terceiro capítulo, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, se dedica a analisar a cidade capitalista. É feita uma reflexão sobre a formação da cidade ao longo do processo histórico de urbanização de Campos dos Goytacazes, destacando como os projetos urbanos adotados fomentaram as dualidades urbanas que se manifestam nos binômios público/privado, coletivo/individual, econômico/social e integração/inclusão/exclusão/segregação.

O quarto capítulo aborda os arrimos do Programa Morar Feliz. Demandou a análise do objeto sob as perspectivas documental e espacial. Para diagnosticar como se materializa a atuação da Administração Pública, foram analisadas as respostas fornecidas pelas Secretarias envolvidas na construção e infraestrutura dos Conjuntos Habitacionais Morar Feliz às indagações sobre a eleição dos locais de construção, os equipamentos urbanos ofertados, as políticas públicas que contemplam os jovens,

dentre outras. Para compreender a percepção dos jovens moradores dos Conjuntos Habitacionais Morar Feliz sobre a pós-ocupação, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dez jovens de idades entre 18 e 29 anos, moradores de diversificados Conjuntos Habitacionais do programa, para ser possível a identificação de similaridades e de disparidades<sup>1</sup>.

O quinto capítulo aborda a juventude no contexto do Programa Habitacional Morar Feliz e da cidade de Campos dos Goytacazes, especialmente quanto a direitos e oportunidades. Foram desenvolvidas questões referentes à apropriação do território pelo jovem, o grau de inserção no próprio conjunto habitacional, no bairro e na cidade e suas impressões quanto a estudo, saúde, segurança, moradia, mobilidade, sociabilidade, cultura, religião, lazer, trabalho e futuro.

No capítulo final, fazem-se as considerações sobre as questões levantadas no início da tese.

Utiliza-se a metodologia qualitativa, que busca a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com o objeto de estudo, procurando entender os fenômenos segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada (NEVES, 1996). Atribui-se a escolha dessa metodologia ao fato de que a pesquisa “visa a um exame detalhado de um ambiente, de um sujeito ou de uma situação particular” (NEVES, 1996).

Os procedimentos metodológicos são os seguintes. Quanto ao recorte espacial da área de estudo, o perímetro urbano do distrito sede de Campos dos Goytacazes/RJ foi eleito como unidade de análise. Para responder às questões da pesquisa, analisou-se o Plano Diretor do Município de Campos dos Goytacazes (Lei nº 7.972, de 10 de dezembro de 2007), a Lei Orgânica (de 15 de julho de 2014), o Estatuto da Cidade, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto da Juventude e as normas editadas pelo Conselho das Cidades e pelo Ministério das Cidades.

Para compreender a relação entre juventude e cidade, a pesquisa demandou a triangulação de dados, com análise do objeto sob as perspectivas documental, legislativa e espacial. Para análise espacial, foram estudados mapas, fotografias e realizadas observações *in loco* dos conjuntos habitacionais, com captura de imagens.

Para compreender a percepção dos jovens moradores dos Conjuntos Habitacionais do Programa Morar Feliz sobre a pós-ocupação, foram realizadas

---

<sup>1</sup> No decorrer deste trabalho, os jovens serão nominados de forma fictícia para que se garanta o anonimato.

entrevistas semiestruturadas com jovens moradores com idades entre 18 e 29 anos, residentes em variados conjuntos habitacionais, sendo possível a identificação de similaridades e de disparidades. Foram desenvolvidas questões referentes à apropriação do território pelo jovem, o grau de inserção no próprio conjunto habitacional, no bairro e na cidade e suas impressões quanto a estudo, saúde, segurança, moradia, mobilidade, sociabilidade, cultura, religião, lazer, trabalho e perspectivas de futuro.

A partir de um roteiro temático, as entrevistas possibilitaram aos jovens entrevistados explanar com liberdade os assuntos e selecionar livremente relatos e questões de sua trajetória que consideraram centrais. Os eixos do roteiro utilizados foram a descrição da vida cotidiana e de situações marcantes vivenciadas em seu bairro ou em sua circulação pela cidade (circulações diárias, trabalho, lazer, etc.); as representações sobre a cidade e suas fronteiras e o direito à cidade – qual sua compreensão sobre essa concepção e se acredita que consegue exercitá-la.

Para diagnosticar como se materializa a atuação da Administração Pública, foram analisadas as respostas fornecidas pelas Secretarias envolvidas na construção e infraestrutura dos Conjuntos Habitacionais do Programa Morar Feliz às indagações sobre a eleição dos locais de construção, os equipamentos urbanos ofertados, as políticas públicas que contemplam os jovens, dentre outras.

## 2 JUVENTUDE E CIDADE: ACOLHIMENTO OU HOSTILIDADE?

O presente capítulo contempla uma síntese de abordagens teóricas sobre juventude, pobreza e cidade, costurando uma análise acerca da juventude pobre, o(s) movimento(s) de reterritorialização e a negação de direitos no espaço urbano, especialmente na cidade de Campos dos Goytacazes.

Alguns estudos se dedicam a problematizar a realidade juvenil contemporânea, evidenciando, por meio dela, os anseios e os dilemas vividos pela juventude brasileira. Em comum identificam que é recorrente no cotidiano a associação de uma série de imagens a respeito da juventude que interferem na maneira de compreender os jovens.

Uma das mais estabelecidas é a juventude vista na sua condição de passagem, na qual o jovem é um “vir a ser”, tendo no futuro, na transitoriedade para a vida adulta, o sentido das suas ações no presente. Convivem a subordinação à família e à sociedade, e ao mesmo tempo, grandes expectativas de emancipação. A juventude é vista como etapa de preparação, em que os indivíduos processam sua inserção nas diversas dimensões da vida social, a saber: responsabilidade com própria família, inserção no mundo do trabalho e exercício pleno de direitos e deveres de cidadania (NOVAES, 2007).

Sob essa perspectiva, há uma tendência de encarar a juventude na sua negatividade, o que ainda não chegou a ser (SALEM, 1986). Portanto, tende-se a negar o presente vivido do jovem como espaço válido de formação, assim como as questões existenciais que ele expõe, bem mais amplas do que apenas o futuro.

Outro ícone frequente é uma visão romântica da juventude que veio se cristalizando a partir dos anos 1960. É resultado, entre outros fatores, do destaque alcançado pela indústria cultural e de um mercado de consumo dirigido aos jovens, que se traduziu em vocabulário, moda, acessórios, locais de lazer, músicas e revistas (LECCARDI, 1991; ABRAMO, 1994; FEIXA, 1998). Assim, a juventude seria um tempo de liberdade, de prazer, de expressão de comportamentos exóticos.

A essa ideia se junta a moratória, como um tempo para o ensaio e o erro, para experimentações, um período marcado pelo hedonismo e pela irresponsabilidade,

com uma relativização da aplicação de sanções sobre o comportamento juvenil<sup>2</sup> (MADEIRA, 1998).

Mais recentemente, outra tendência emerge: a de perceber o jovem reduzido apenas ao campo da cultura, como se ele só expressasse a sua condição juvenil aos finais de semana ou quando envolvido em atividades culturais. Ao recortar a realidade do jovem, dificulta-se a sua compreensão como sujeito, na sua totalidade, a identidade no conjunto que, efetivamente, faz com que ele seja o que é naquele momento.

Essas referências convivem com outra: a de que a juventude deve ser concebida como um momento de crise, uma fase difícil, dominada por conflitos com a autoestima e/ou com a personalidade. Conectada com essa linha, existe uma tendência em considerar a juventude como um momento de distanciamento da família. Outro aspecto importante é o da construção da identidade, como as de gênero, de raça e de classe social. Esse processo gera conflitos nos espaços que o jovem frequenta e no conjunto da sociedade.

Alguns autores vêm ressaltando que a família, junto com o trabalho e a escola estaria perdendo o seu papel central de orientação e de valores para as gerações mais novas (MORCELLINI, 1997; ZALUAR, 1997; ABRAMOVAY *et al.*, 1999), sendo muito presente e forte a imagem dos jovens que “assustam e ameaçam a integridade social” (ABRAMO, 1997, p.35).

---

<sup>2</sup> Trilha seguida pelo sistema de justiça criminal brasileiro, específico em relação ao jovem em conflito com a lei.

Para saber mais, ler do artigo 112 ao 128 da Lei nº 8.069/1990.

Para outros, em se tratando de jovens em situação de vulnerabilidade social, compõem uma grande ameaça à segurança pública<sup>3 4 5</sup>, sendo taxados como um perigo iminente (REIS, 2012). Sander (2014) destaca que a juventude pobre brasileira enfrenta um processo histórico de exclusão social, política e econômica, sendo os jovens pobres vistos pela sociedade apenas como um problema, em detrimento de sujeitos sociais detentores de direitos e promotores do desenvolvimento.

No senso comum, predomina o conceito de juventude como um período de transição entre a infância e a fase adulta, dentro de um ciclo natural e universal para todos os jovens.

É fundamental repensar essas imagens, pois a adoção desses “modelos” socialmente construídos conduz à análise dos jovens de forma negativa e destaca as características que lhes faltariam para preencher os requisitos de um determinado modelo de “ser jovem”. Dessa forma, vicia-se o olhar e não se consegue compreender os modos pelos quais os jovens, principalmente se pertencerem às camadas pobres, constroem as suas experiências.

É preciso compreender que a juventude é uma categoria sociohistórica, não sendo possível tratar a juventude como um bloco homogêneo, no singular, mas sim as juventudes (CASSAB, 2001; ABRAMO, 2005). Essa pluralidade mostra que as múltiplas formas de inserção do jovem, partindo-se de sua origem e posição social,

---

<sup>3</sup> Cabe aqui trazer o conceito que Foucault (1986) chamou de “sociedade disciplinar”, quando as elites passam a se preocupar não somente com as infrações cometidas pelo sujeito, mas também com aquelas que poderão vir a acontecer, por considerá-lo um “criminoso em potencial”. Assim, o controle não se fará apenas em cima do que se é, do que se fez, mas principalmente sobre o que se supõe que o sujeito poderá vir a ser/fazer, sobre as virtualidades. O controle das virtualidades exercerá um papel fundamental na construção das percepções e subjetividades sobre a pobreza.

<sup>4</sup> O Código de Menores de 1927, até sua posterior reformulação, ocorrida em 1979, considerava o jovem como sinônimo de carente, pobre e possivelmente criminoso em potencial. A mudança de 1979 se pautou no princípio da “situação irregular”. Essas duas legislações seguiram uma lógica que colocava no terreno da imoralidade, da anormalidade e mesmo da patologia os modos de vida das famílias pobres, justificando, assim, a necessidade do Estado tomar para si a tarefa de proteger crianças e jovens cujas famílias eram consideradas fora das normas. Ou seja, os textos das duas leis defendiam que existiam formas melhores e, portanto, ideais, dos pobres educarem, cuidarem e protegerem seus filhos. Com respaldo legal, ao longo de todo o século XX, justificavam-se as propostas de retirada do pátrio poder devido à condição de pobreza, incentivavam-se as adoções de crianças pobres, internavam-se os chamados abandonados, dentre outras práticas de exclusão.

<sup>5</sup> Há na Ciência a Antropometria, ramo que se dedica à medição de ossos, crânio e cérebro e, por meio de comparações, busca provar a inferioridade de determinados segmentos sociais. Ficaram famosas as teses de Cesare Lombroso (1835-1909). Com sua Antropologia Criminal, defendia ser possível distinguir, por intermédio de certas características anatômicas, os criminosos natos e os perigosos sociais, denominada “teoria das disposições inatas para a criminalidade”, que ainda conta com muitos defensores na atualidade.

serão determinantes para a identificação de qual jovem se está falando. Não existe apenas um tipo de juventude, mas juventudes (BOURDIEU, 1983). Tratar das juventudes no plural é reconhecer os diferentes grupos, institucionalizados e não institucionalizados.

“Juventudes”, flexionada no plural, advém do entendimento de que existem múltiplas possibilidades e experiências de ser jovem. As juventudes em seus percursos de vida não estão condicionadas a um modo unívoco ou a uma identidade fixa que as traduza em suas particularidades, apesar das transições juvenis corresponderem a determinados marcadores biológicos e de suas condições poderem ocorrer em espaços e instituições sociais parecidas quanto ao seu funcionamento.

O processo da juventude, no limiar da fase adulta, não deve ser fixado de maneira linear, genérica e homogênea para todos os indivíduos e sociedades. É um fenômeno dinâmico e deve ser analisado considerando o contexto histórico-social de sua construção (PINHEIRO, 2014).

No Brasil, tem-se um desenvolvimento urbano marcadamente influenciado pelas transformações econômicas, políticas e sociais decorrentes do capitalismo. Um dos efeitos espaciais perceptíveis é a compartimentação da cidade em territórios estanquizados (OLIVEIRA, 2007). A cidade se divide em territórios fragmentados, submetidos à lógica do mercado e a pobreza gerada pelo capitalismo ganha uma dimensão territorial.

A apropriação dos espaços urbanos pelos grupos juvenis é feita de modo desigual e a acessibilidade a espaços de lazer e culturais é marcada por desigualdades, de forma que a vivência da juventude se encontra diretamente ligada ao grupo social ao qual os jovens pertencem. Esse desequilíbrio é alimentado dia a dia pelo desenvolvimento desigual do capitalismo, que concentra a riqueza enquanto a pobreza e a miséria se espalham (FELÍCIO, 2006).

De acordo com Bocco (2009), pensar em juventude pareceu, até agora, a melhor forma de trazer uma intensidade ao invés de uma identidade. Com esse deslocamento, ganham relevo as forças mais que as formas, enfatizando processos onde parecia haver apenas produtos.

Nesse cenário, segundo Oliveira (2007), os jovens pobres crescem na cidade, ajudam a edificá-la, mas na maioria das vezes não se sentem pertencentes a ela. Com base nessas considerações, para Oliveira (2007) a questão central é o uso e a

apropriação da cidade pelos jovens pobres, a partir de suas vivências cotidianas em diferentes espaços, sem perder de vista o direito desses jovens à cidade.

Esta tese possibilita compreender as especificidades de uma cidade de porte médio (Campos dos Goytacazes), através do olhar de um grupo que habita lugares sujeitos às condições de pobreza. Apesar de todos os fatores limitantes em razão do lugar social e territorial que ocupam, não se pode esquecer o aparente óbvio: são jovens, amam, sofrem, divertem-se, pensam a respeito das suas condições e de suas experiências de vida, posicionam-se diante dela e possuem desejos e propostas de melhorias de vida.

Segundo Abramovay (2002), a precária estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade contribui para a vulnerabilidade dos jovens pobres. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores, problemática que, de tão cotidiana, muitas vezes não causa indignação em grande parte dos grupos sociais.

O jovem é, portanto, um sujeito social. Para efeitos desta análise, assume-se a definição de Charlot (2000), para quem o sujeito é um ser humano aberto a um mundo que possui uma historicidade; é portador de desejos, e é movido por eles; além de estar em relação com outros seres humanos, eles também são sujeitos. Ao mesmo tempo, o sujeito é um ser social, com uma determinada origem familiar, que ocupa um determinado lugar social e se encontra inserido em relações sociais. Finalmente, o sujeito é um ser singular, que tem uma história, que interpreta o mundo e lhe dá sentido, assim como dá sentido à posição que ocupa nele, às relações com os outros, a sua própria história e a sua singularidade. Para o autor, o sujeito é ativo, age no e sobre o mundo, e nessa ação se produz e, ao mesmo tempo, é produzido no conjunto das relações sociais no qual se insere.

Há uma juventude com capacidade de ser protagonista, contribuinte da história, com potencial a ser desenvolvido, desde que sejam ofertadas condições e oportunidades adequadas. No entanto, a pobreza acaba por ser um limitador nos processos de oportunidade. De acordo com Abramovay e Feffermann (2007, p. 3), “para os jovens da periferia, crescer é uma empreitada que ele deve enfrentar sozinho, um salto no escuro”. Segundo Novaes (2006), é preciso que o jovem pobre desenvolva estratégias de “sobrevivência social”.

É que, embora uma cidade seja um bem coletivo e público, seus recursos são experimentados e distribuídos de maneira assimétrica e desigual. Essa juventude pobre e marginalizada cria e inventa outros mecanismos de sobrevivência e de luta, resistindo teimosamente às exclusões e destruições que vivenciam diariamente em seu cotidiano e conseguindo, muitas vezes, escapar do destino traçado pela lógica do capital e entendido como inexorável e imutável (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003).

A ordem urbana dominante é o caos para uma grande parte dos moradores das cidades. O sistema capitalista está gerando graus de desordem inéditos, enquanto alguns economistas o vêem como portador dos elementos para garantir o tão buscado equilíbrio. A cidade capitalista tornou-se uma mercadoria a serviço do capital. Em consequência, o acesso ao solo e aos equipamentos de consumo coletivo é precário ou inexistente para a maioria dos seus habitantes (BOURDIEU, 1989). O privado impõe-se ao público, os interesses econômicos empresariais superpõem-se aos interesses sociais e coletivos.

No capitalismo, a cidade é o resultado no espaço dos processos de produção, circulação e consumo. A criação desse espaço é carregada de contradições e tensões, uma vez que nele estão envolvidos os interesses do capital em seus diversos segmentos, da força de trabalho e do Estado (PIQUET; RIBEIRO, 2001).

A cidade capitalista é o lugar privilegiado de ocorrência de uma série de processos sociais, onde a reprodução social está condicionada pelo processo de acumulação de capital. Esses processos criam funções e formas espaciais, ou seja, criam atividades e suas materializações, cuja distribuição espacial constitui a própria organização espacial urbana (SANTOS, 2007). A urbanização capitalista é, antes de tudo, uma multiplicidade de processos de apropriação do espaço. Para uns, a terra tem valor de uso; para outros, valor de troca. Segundo Harvey (2001)<sup>6</sup>, vivemos em um mundo onde os direitos de propriedade privada e a taxa de lucro se sobrepõem a todas as outras noções de direito.

Na sociedade brasileira, o processo de transição democrática promoveu a ampliação da participação e da representação política, mas não resultou em ampliação da justiça social. O aprofundamento das desigualdades sociais persiste como um dos grandes desafios à vivência dos direitos humanos pela grande maioria da população.

---

<sup>6</sup> Ainda que o autor se situe na perspectiva de superação do capitalismo, o que não se defende neste trabalho, é oportuno destacar seus posicionamentos, por suas profundas reflexões sobre a temática.

A cidade atende à função social se garantir a todas as pessoas o usufruto pleno da economia e da cultura, a utilização dos recursos e a realização de projetos e investimentos em seu benefício e de seus habitantes, dentro de critérios de equidade distributiva, complementaridade econômica, respeito à cultura e à sustentabilidade ecológica; se proporcionar o bem estar de todos os seus habitantes em harmonia com a natureza<sup>7</sup>, hoje e para as futuras gerações, conforme estabelece o Estatuto da Cidade. O que impede a realização desses objetivos?

A partir dos anos 1970, particularmente, ocorreu uma forte reestruturação do espaço, em decorrência da crise e da reestruturação produtiva profundas do capitalismo, à escala mundial, produzindo novas configurações de ordem urbano-regional, afetando a própria natureza do espaço social e econômico. Segundo Evans (1979), em relação ao modelo brasileiro, no que diz respeito ao espaço urbano, a reestruturação se inicia nas cidades grandes e médias e, particularmente, nas metrópoles, como consequência das transformações na estrutura produtiva do país, ditadas pelo que denominou de “tríplice aliança”: associação entre o Estado, o capital estrangeiro, envolvido na produção de bens de consumo durável, e o capital nacional, centrado nos bens intermediários e na própria construção civil, reconfigurando o espaço nacional.

A dinâmica mais recente do processo urbano trouxe com ela dramáticas transformações no estilo de vida. A qualidade de vida urbana vem se subordinando à lógica da mercadoria, assim como a própria cidade. As políticas urbanas neoliberais, que ganharam força no Brasil nas últimas décadas, vêm sendo decisivas no sentido de definir a (re)estruturação do espaço urbano. Para além do aspecto econômico, as mudanças impulsionadas pela globalização afetam a produção do espaço urbano e atingem diretamente a formulação e a legitimação de paradigmas nas políticas urbanas. A adoção das diretrizes e concepções neoliberais que configuraram as relações entre capital, Estado e sociedade gerou profundas repercussões sobre o lugar e o papel da cidade no processo de acumulação.

Antes dessa ofensiva neoliberal, ainda sob a égide das ideias keynesianas, apesar da cidade ser regida por necessidades mais gerais de acumulação e circulação

---

<sup>7</sup> Da análise da dinâmica social verifica-se que o “bem estar de todos os seus habitantes em harmonia com a natureza” é um objetivo de difícil alcance. Entretanto, é possível que se façam compatibilizações entre os agentes sociais, para que os conflitos existentes ou que venham a surgir sejam mediados.

do capital, cabia ao planejamento a tarefa da racionalização e funcionalização espacial, por meio de instrumentos que se generalizaram a partir da Segunda Guerra Mundial, com planos diretores e zoneamento em primeiro lugar (HARVEY, 2014). Foram introduzidos importantes elementos de planejamento urbano, objetivando uma cidade mais integrada.

Com o neoliberalismo, a cidade passa a ser tratada como espaço direto do capital mediado pela lógica da valorização do capital e da financeirização. Submetida ao movimento espontâneo do mercado, a cidade passa a funcionar como uma verdadeira empresa e como tal passa a ser conduzida (VAINER, 2011).

Segundo Lojkin (1997, p. 185), a cidade se mostra como o local onde se concentram a população, os instrumentos de produção, o capital, os prazeres e as necessidades dos cidadãos, por isso desempenha “fundamental papel econômico no desenvolvimento do capitalismo; conseqüentemente, a urbanização é moldada, modelada, de acordo com as necessidades da acumulação capitalista.” Na cidade, o processo de acumulação capitalista aprofunda antigas e gera novas desigualdades sociais e espaciais. Têm-se regiões e espaços diferenciados, decorrentes de tendências inerentes ao desenvolvimento capitalista.

Para compreender o processo de formação e estruturação de uma cidade, é preciso analisar a ação dos diferentes agentes que produzem o espaço urbano – incorporadores imobiliários, Estado, proprietários das empresas de construção, proprietários fundiários e os grupos sociais excluídos, marginalizados do acesso aos meios de consumo coletivo – e identificar quais os interesses que os motivam. É essencial observar as relações sociais desenvolvidas em um determinado espaço e examinar de que modo elas influenciam os contornos desse espaço.

As populações migrantes do campo, egressas do trabalho rural, empobrecidas e desempregadas, acabam se alojando nas periferias desprovidas de infraestrutura urbana, periferia essa que vem sendo alargada, à medida que esses mecanismos de valorização e especulação se expandem pela periferia (KOVARICK, 1979). Na década de 1960, as principais cidades começaram a receber um grande contingente de migrantes vindos do campo, processo conhecido por êxodo rural (CASTRO; LIMA; SARMENTO; VIEIRA, 2013). Segundo Camarano e Abramovay (1999, p. 4), “no período de 1960 e 1980, o Brasil vivenciou um êxodo rural na sua história de aproximadamente 27 milhões de pessoas”.

Por não terem onde e nem como morar na cidade formal (seja arcar com aluguel, seja adquirir um imóvel), esses novos habitantes se instalaram nas periferias, particularmente em terras públicas, sem uso, e em terrenos onde não se pode edificar, dada a carência de espaços acessíveis aos mais pobres (margem de rios, lagoas, rodovias e estradas de ferro). Na cidade, grandes áreas de terra, muitas incorporadas a partir de áreas rurais, permaneceram concentradas e mantidas como reserva de valor, à medida que a demanda por moradia urbana se intensificava.

A História mostra que grandes conflitos urbanos eclodiram, centrados na luta pela moradia. Na década de 1970, ocorreram manifestações de diversos segmentos da sociedade – por exemplo, as associações de moradores de bairros, as entidades de classes profissionais, os sindicatos e a igreja católica. Devido a essas ações, a situação precária das cidades brasileiras, desestruturadas e sem políticas urbanas para amparar as necessidades da população urbana pobre, foi posta em destaque. As lutas por moradia e por equipamentos urbanos se intensificaram e geraram a luta pela Reforma Urbana, que agregou movimentos sociais, moradores de periferia e favelas urbanas, intelectuais e arquitetos, e desembocou na promulgação da Constituição de 1988, gerando, dentre outros, o Estatuto da Cidade (MARICATO, 2015).

Nesse cenário, o percurso do jovem pobre é aventureiro, com risco pessoal e social, por estar incluído em situação de desigualdade e injustiça social. Esse percurso, porém, é uma metamorfose. Parafraseando Carvajal (1998, p. 24), é “uma crisálida em absoluta transformação, diferente da lagarta da infância e da borboleta da vida adulta”.

De acordo com Cassab (2009), a condição de pobreza, experimentada pelos jovens pobres, não se dá apenas pelas restrições econômicas, mas também pelo acesso, pelo uso e pela apropriação que fazem da cidade. A percepção da desigualdade urbana é o resultado da junção de múltiplas dimensões e varia conforme a posição estrutural/espacial dos agentes e o grau de tolerância em relação aos regimes de desigualdade.

Os jovens reinventam o uso da cidade. Os jovens pobres, especificamente, constroem as imagens da cidade a partir das suas experiências, fortemente marcadas pelos seus locais de moradia e acesso ou não aos equipamentos socioculturais (FARIAS, 2013). Quanto ao futuro, cada jovem vai desenhando seus projetos dentro do campo de possibilidades que – além das demarcações objetivas – também é

limitado e/ou potencializado dependendo do grupo ao qual pertence (VILLAS e NONATO, 2014).

Castro e Abramovay (CASSAB, 2007, p. 7) pontuam que “a juventude assume faces diferentes de acordo com as condições materiais e culturais que a cercam, de acordo com o território em que se encontra”. Assim, os ambientes social, econômico e cultural podem intervir na forma como os jovens vivem a sua juventude e estabelecem as suas relações sociais.

A atual configuração das cidades brasileiras é um obstáculo quando se trata de reafirmação dos direitos fundamentais à vida e ao ir e vir dos mais vulneráveis, pois são os mais afetados pela precariedade dos serviços, pela desigualdade no acesso à justiça, à educação, à moradia e à saúde (ZALUAR, 2012).

Aqui se retoma o questionamento que inspirou este capítulo: juventude e cidade: acolhimento ou hostilidade? Uma mesma cidade se mostra acolhedora aos ricos e hostil aos pobres, sendo visíveis e gritantes as desigualdades territoriais: o acesso à infraestrutura urbana e serviços públicos – seja em quantidade ou qualidade – se concentra, majoritariamente, nas regiões das cidades ocupadas pela parcela da população de mais alta renda (CORREIA; COELHO; SALLES, 2018).

É neste sentido que a discussão de território ganha relevância: o território é o lugar do cotidiano, das experiências e da construção das práticas coletivas. O território apresenta-se como um lugar imprescindível de sociabilidade juvenil (CECCHETTO e MONTEIRO, 2009).

## 2.1 O TERRITÓRIO E SUAS MÚLTIPLAS DIMENSÕES

O território constitui uma categoria fundamental na construção do significado de ser jovem. Inicialmente, é preciso distinguir o conceito de território do conceito de espaço, dadas as confusões teóricas em razão da forte associação entre eles (RAFFESTIN, 1993). Não se tratam de termos equivalentes, pois cada qual possui sua definição no campo analítico das correntes de pensamento.

Henri Lefebvre compreende o espaço enquanto um “espaço social”, produto das relações sociais (LEFEBVRE, 2000). Para o autor, o espaço não é um fato da natureza. É um produto, efeito da ação das sociedades sobre a primeira natureza sobre os dados sensíveis, a matéria e as energias (LEFEBVRE, 2000).

Nesse sentido, a natureza passa a ser apenas uma matéria-prima, sobre a qual operam as forças produtivas de diferentes sociedades para produzir seu espaço (LEFEBVRE, 2000).

Entender a noção de espaço como um produto não é compreendê-lo como uma coisa ou objeto, sem significância. Trata-se de um conjunto de relações. Isso porque ele contém as relações sociais de produção (as relações biofisiológicas) e as relações de produção (as funções sociais hierarquizadas) (LEFEBVRE, 2000).

O geógrafo francês Claude Raffestin (1993) compreende o espaço como um local de possibilidades. É a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será objeto, a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar.

Assim sendo, o espaço é a base indispensável para a vida do homem. Expressa as relações sociais e de produção, motivo pelo qual seu domínio se torna elemento crucial. Apropriado por determinado(s) grupo(s), relações de poder são estabelecidas. É exatamente essa apropriação que transforma o espaço em território. Segundo Raffestin (1993), o território se forma a partir do espaço. Ao apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator 'territorializa' o espaço. É o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa).

Isto posto, o território pode ser definido como um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação e que, por consequência, revela relações marcadas por poder. O espaço é anterior ao território, é a matéria-prima. O espaço é a "prisão original" e o território é a "prisão que os homens constroem para si" (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Os estudos territoriais abrangem um grupo heterogêneo de abordagens que questionam a concepção tradicional da geografia, colocando em debate a constituição do território a partir das ações dos sujeitos no espaço.

Etimologicamente, a palavra território, *territorium* em latim, deriva diretamente do vocábulo latino terra e era utilizada pelo sistema jurídico romano dentro do chamado *jus terrendi* para designar "pedaço de terra apropriado, dentro dos limites de uma determinada jurisdição político-administrativa" (HAESBAERT, 2010, p. 43).

Friedrich Ratzel, ao propor o conceito de espaço vital<sup>8</sup>, destacou a importância do território para um grupo social. Para ele, “o território representa as condições de trabalho e existência de uma sociedade. A perda de território seria a maior prova de decadência de uma sociedade” (MORAES, 2005, p.70).

O verbete do dicionário *Les mots de La Géographie*, organizado por Roger Brunet e outros, reúne algumas definições para território: malha de gestão de espaço, de apropriação não plenamente realizada; espaço apropriado, com sentimento ou consciência de sua apropriação; noção ao mesmo tempo jurídica, social, cultural e afetiva. Trata, ainda, de um caráter inato ou natural de territorialidade humana (HAESBAERT, 2010).

Rogério Haesbaert (2010) analisa o território sob diferentes enfoques e enumera três vertentes básicas, mas não excludentes, quais sejam: jurídico-política, simbólico-cultural e econômica. A primeira entende o território como “um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder”, geralmente associado ao Estado-Nação. A segunda abordagem entende o território como “produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido”. A terceira, por sua vez, “ênfatisa a dimensão espacial das relações econômicas, como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e nas relações capital-trabalho”.

Haesbaert também apresenta uma dimensão analítica sobre o território, fundamentada em uma interpretação naturalista, “com base nas relações entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento ‘natural’ dos homens em relação ao seu ambiente físico” (HAESBAERT, 2010, p. 40). Destaca ainda a interpretação do conceito de território a partir de uma visão integradora, “que envolve a leitura do território como um espaço que não pode ser considerado nem estritamente natural, nem unicamente político, econômico e cultural” (HAESBAERT, 2010, p. 40). Essa dimensão compreende o território através das diferentes dimensões sociais.

Apesar das diferentes noções de território apresentadas, Haesbaert salienta que o território “define-se, antes de tudo, com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e o contexto histórico em que está inserido”

---

<sup>8</sup> O conceito de espaço vital significa “uma proporção de equilíbrio, entre a população de uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades, definindo assim suas potencialidades de progredir e suas premências territoriais” (MORAES, 2005, p. 19).

(HAESBAERT, 2010, p. 78). Assim, a conceituação de território irá depender, sobretudo, da posição filosófica adotada pelo pesquisador. Entretanto, enfatiza que o território, em qualquer acepção, tem a ver com poder, tanto no sentido mais concreto, de dominação, quanto no seu sentido mais simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2005).

Saquet (2006) entende que território é um conceito complexo, substantivado por vários elementos:

Território é natureza e sociedade: não há separação: é economia, política e cultura; edificação e relações sociais; des-continuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental, etc. Em outras palavras, o território significa heterogeneidade e traços comuns, apropriação e dominação historicamente condicionadas; é produto e condição histórica e transescalar; com múltiplas variáveis, determinações, relações e unidade. É espaço de moradia, de produção de serviços, de mobilidade, de desorganização, de arte, de sonhos, enfim, de vida (objetiva e subjetivamente). O território é processual e relacional, (i)material, com diversidade e unidade, concomitantemente (SAQUET, 2006, p. 83).

Para o autor, "o território é resultado e condição desta articulação e unidade" (SAQUET, 2007, p. 69). É, portanto, multidimensional, fundado na unidade e na diversidade. Nele, as relações sociais se materializam e se reproduzem, em movimentos desiguais, contraditórios e conflituosos.

De acordo com Guy Di Méo (1999), o território reúne as noções de espaço social e de espaço de vida, associado a quatro adjuntos. Em primeiro lugar, o território descreve, com base em dados espaciais, a inserção de cada sujeito num grupo de referência, no qual, a partir de trajetórias pessoais, constrói uma identidade coletiva. Em segundo, o território reflete um modo de corte e controle do espaço para assegurar a especificidade e reprodução dos grupos humanos, daqueles que o edificam. Em terceiro lugar, compreende o campo simbólico notável de certos elementos, tais como lugares, paisagens, monumentos, histórias, introduzidos em valores patrimoniais que contribuem para reforçar o sentimento de identidade coletiva dos homens que o ocupam. Em último, o território é empreendido como "uma ferramenta poderosa de mobilização social" (DI MÉO, 1999, p. 44).

Segundo o autor, o território também pode ser definido pelos contatos sociais e materiais promovidos a partir da interação entre os atores de um lugar. Em resumo, por uma experiência concreta do lugar. Nesse sentido, são as práticas dos espaços, as interações sociais que os acompanham, que contribuem para a construção cotidiana dos territórios e das territorialidades (DI MÉO, 1999).

Para o geógrafo Milton Santos (1978), a análise sobre o espaço deve abarcar quatro categorias que, em conjunto, possibilitam compreender os fenômenos espaciais em sua totalidade. São elas a forma, a função, a estrutura e o processo.

A primeira compreende o aspecto visível, o conjunto dos objetos que compõem o espaço, tais como uma casa, um bairro, uma rede urbana. Função designa o papel desempenhado pelo objeto; são as funções associadas a uma determinada forma, como habitar (função) a casa (forma) e comprar (função) em uma loja (forma).

A estrutura, por sua vez, indica a “natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento do tempo” (CORRÊA, 2000, p. 77); é a base na qual as formas e funções acontecem. O processo diz respeito a uma ação que se realiza no espaço, a partir de uma estrutura social e econômica.

É no território que os jovens experimentam a vida cotidiana e realizam ações. Para o autor “é o uso do território e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social” (SANTOS, 2005, p. 15). Segundo ele, “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 2005, p. 16). Por território usado compreende-se “um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes” (HAESBAERT, 2010, p. 95).

É o território usado que interessa ao campo analítico deste estudo, tendo em vista que ele é o espaço vivido, onde se tecem as relações, as experiências se realizam, as percepções são captadas e se desenvolvem as interações sócioespaciais.

É partindo do tempo e dos espaços sociais nos quais o jovem pobre está inserido que se torna possível compreender de forma eficaz e coerente a juventude pobre e sua realidade social. Novaes (2006) afirma que existem jovens da mesma faixa etária que vivem juventudes diferentes porque os lugares onde eles residem influenciam a maneira como irão circular na cidade e suas práticas sociais. Ampliam ou restringem possibilidades, até mesmo no mercado de trabalho, sendo mais um critério de seleção. Para pensar a circulação e as práticas dos jovens pobres na cidade é preciso analisar o contexto e as construções territoriais.

O endereço faz diferença: abona ou desabona, amplia ou restringe acessos. Para as gerações passadas esse critério poderia ser apenas uma expressão da estratificação social, um indicador de renda ou de pertencimento de classe. Hoje, certos endereços também trazem consigo o estigma das áreas urbanas subjugadas pela violência e a corrupção dos traficantes e da polícia – chamadas de favelas, subúrbios,

vilas, periferias, morros, conjuntos habitacionais, comunidades. Ao preconceito e à discriminação de classe, gênero e cor adicionam-se o preconceito e “a discriminação por endereço (NOVAES, 2006, p. 106).

Segundo Bachelard (1993, p. 24), a casa é “um verdadeiro cosmos”, “o nosso primeiro universo”. A casa é o abrigo primordial do homem, ela o acolhe e o faz sonhar. Na casa ele pode desfrutar a solidão. De acordo com o autor, “a casa é uma das maiores forças de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem” (BACHELARD, 1993, p. 26). Ainda quando simples e cheia de defeitos, no devaneio torna-se reconfortante, dá estabilidade.

O espaço está indissociável da sociedade, formando o que Milton Santos (1994) denomina de espaço banal. Neste espaço estão abrigados todos os homens, instituições e organizações. Na medida em que o espaço é usado e apropriado, transforma-se em território usado e opera-se uma análise que considera a ação e o sujeito que a realiza. É no espaço, reconstruído e construído como território usado que os jovens existem.

Na cidade as desigualdades se tornam evidentes e as diferenças entre os moradores são percebidas em função da ausência/presença e boa/má qualidade dos serviços públicos.

Há os que podem e os que não podem usufruir dos serviços e recursos oferecidos na cidade. Essa lógica transforma a cidade em um palco de injustiças e desigualdades em que os que detém poder aquisitivo têm a possibilidade de utilizar todos os recursos disponíveis na cidade, enquanto uma parte significativa da população, desprovida de recursos, a utiliza de forma parcial. A condição de pobreza de parte expressiva da população restringe o acesso a bens materiais e simbólicos produzidos coletivamente.

## 2.2 TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE, DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO: DIÁLOGOS E REFLEXÕES

Um aspecto salientado por Saquet (2007) é a territorialização, que expressa o movimento do sujeito na produção do território. Nesse sentido, o processo de produção do território é construído pelo movimento histórico no qual o território é apropriado e erigido socialmente como resultado e condição do processo de territorialização. Portanto, essa produção é resultado do processo cotidiano de apropriação e domínio social e inscreve-se no estabelecimento das relações

socioespaciais. Os processos sociais e naturais, e mesmo nosso pensamento, efetivam-se na e com a territorialidade cotidiana. É aí, neste nível, que se dá o acontecer de nossa vida, e é nesta que se concretiza a territorialidade (SAQUET, 2007).

Nesse contexto, complementa Saquet sobre os territórios e as territorialidades:

[...] são vividos, percebidos e compreendidos de formas distintas; são substantivados por relações. Homogeneidades e heterogeneidades, integração e conflito, localização e movimento, identidades, línguas e religiões, mercadorias, instituições, natureza exterior ao homem; por diversidade e unidade; (i)materialidade (SAQUET, 2010, p. 25).

Na concepção de Raffestin, a territorialidade "reflete a multidimensionalidade do 'vivido' territorial, pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral" (RAFFESTIN, 1993, p.158). Do que se vê que a territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais, é a face "vivida" da "face agida" do poder. Raffestin afirma que "a análise da territorialidade só é possível pela apreensão das relações sociais recolocadas no seu contexto sociohistórico e espaço-temporal" (RAFFESTIN, 1993, p.162). O autor define a territorialidade como um conjunto de relações que se originam de um sistema tridimensional sociedade-espço-tempo, sendo a "soma" das relações mantidas por um sujeito com o seu meio. Dessa forma, o sentido de territorialidade abarca mais do que a relação homem-natureza, pois congrega também as relações sociais estabelecidas entre os homens.

Santos (2009) destaca que a territorialidade é o controle, enquanto o território é a delimitação. Nesse sentido, o território se expressa pelo espaço delimitado onde é exercido um controle, a territorialidade.

Para Haesbaert (2010), a delimitação de um território tende a criar um tipo de padronização e classificação, à medida que todos os que vivem dentro de seus limites tendem a ser vistos como "iguais", tanto pelo fato de estarem subordinados a um mesmo tipo de controle (interno ao território), quanto pela relação de diferença que, de alguma forma, se estabelece entre os que se encontram no interior e os que se encontram fora de seus limites (HAESBAERT, 2010).

Nesse contexto, os indivíduos pertencentes a um território tendem a estabelecer uma relação de identidade, a partir do instante em que fazem parte de uma dinâmica social e espacial específica.

Conforme Haesbaert (2010), a temática da desterritorialização tem sido frequentemente debatida. São os efeitos da modernização, que impõe novas geometrias aos espaços.

A crescente mobilidade de pessoas, bens, capital e informações (mobilidade material e imaterial), propiciada pelo avanço nos transportes e das comunicações, tem levantado questionamentos acerca de processos de desterritorialização, caracterizados como “o movimento pelo qual se abandona o território” (HAESBAERT, 2010, p. 127).

De acordo com Haesbaert (2010), a desterritorialização é tratada como uma das marcas fundamentais de nosso tempo. O autor esclarece que, nos processos de desterritorialização/ reterritorialização, estão imbricadas as dimensões política e cultural. Um processo de desterritorialização pode ser tanto simbólico, com a destruição de símbolos, marcos históricos, identidades, quanto concreto, material – político e/ou econômico, pela destruição de antigos laços econômico-políticos de integração. Também os indivíduos, classes e grupos sociais incorporam sempre, “embora em diferentes níveis e escalas, perspectivas desterritorializadas/ desterritorializantes” (HAESBAERT, 2003, p. 181).

Para o melhor entendimento dos conceitos de desterritorialização/ reterritorialização, recorre-se aqui aos filósofos franceses Deleuze e Guattari. Em entrevista, Deleuze afirma:

[...] construímos um conceito de que gosto muito, o da desterritorialização. [...] precisamos às vezes inventar uma palavra bárbara para dar conta de uma noção com pretensão nova. A noção com pretensão nova é que não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte (HAESBAERT, 2009, p. 99).

Deleuze e Guattari são uma espécie de "pais" deste termo trabalhado, principalmente, na obra *O Anti-Édipo* (publicada, originalmente, em 1972) e desdobrada, sobretudo, em *Mil Platôs* (1980) e *O que é a Filosofia?* (1992). O ponto fundamental, na obra dos autores, é que os territórios sempre comportam, dentro de si, vetores de desterritorialização e de reterritorialização.

Para Deleuze e Guattari, território é um conceito fundamental da filosofia. No livro *Micropolítica: cartografias do desejo*, de Guattari e Rolnik (2010, p. 388), a noção de território

[...] é entendida num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que fazem dele a etologia e a etnologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que se delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente "em casa". O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos.

Guattari e Rolnik (2010, p. 388) apontam o território como sinônimo de apropriação, de subjetivação, sendo que:

O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios "originais" se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar, cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais.

A desterritorialização e a reterritorialização são processos indissociáveis. Se há um movimento de desterritorialização, haverá também um movimento de reterritorialização, podendo-se afirmar que eles são concomitantes. "Temos que pensar a desterritorialização como uma potência perfeitamente positiva, que possui seus graus e seus limiares e que sempre é relativa, tendo, em reverso, uma complementaridade na reterritorialização" (DELEUZE; GUATTARI, 2009, p. 69).

Nesse contexto, a vida é um constante movimento de desterritorialização/reterritorialização. Estamos sempre passando de um território a outro, abandonando territórios, criando novos territórios. Trata-se de uma desterritorialização/reterritorialização cotidiana, em que se abandona o território, mas não se destrói o território abandonado (HAESBAERT, 2010). "A reterritorialização consistirá numa tentativa de recomposição de um território engajado num processo desterritorializante" (GUATTARI; RONILK, 2010, p. 388).

As perspectivas teóricas de desterritorialização/reterritorialização permitem lançar um determinado olhar sobre o objeto deste estudo: a realidade do jovem morador das casinhas. Escolheu-se esse olhar pelo reconhecimento do movimento, da mudança e, ao mesmo tempo, das permanências. Um território é abandonado e um outro território é construído. "As territorialidades são, pois, atravessadas, de um lado a outro, por linhas de fuga que dão prova da presença, nelas, de movimentos de

desterritorialização e reterritorialização" (DELEUZE; GUATTARI, 2009, p. 71). Variadas são as estratégias de superação empregadas pelo jovem das casinhas, cuja vida foi redesenhada pós remoção e se viu envolto em novas relações de poder.

Para Saquet, a abordagem dos estudos territoriais pretende contribuir para a "[...] elaboração de proposições teórico-metodológicas que sejam coerentes com o real" (SAQUET, 2007, p. 56).

Caminhos investigativos podem ser desenhados com a utilização desses conceitos de estudos territoriais, que abrem novas possibilidades de compreensão do(s) processo(s) que se analisa nesta tese.

### 2.3 JUVENTUDE E POBREZA: DELINEANDO AS CATEGORIAS DE ANÁLISE

Segundo Bourdieu (1983), não se deve incidir no erro de falar de jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar esses interesses a uma faixa etária. Não existe uma juventude, mas uma multiplicidade delas, tantas quantas são as tribos existentes.

A categoria "juventude" enquanto objeto específico da pesquisa social decorre da própria transformação da sociedade e das questões daí decorrentes (FLINTER, 1968). Aspectos sociológicos, psicológicos, jurídicos, filosóficos e antropológicos devem ser levados em consideração para uma melhor compreensão dessa categoria tão rica e heterogênea. De acordo com Carrano (2000, p. 14-15), a referência ao jovem, em nossos dias, "precisa levar em consideração a heterogênea realidade das sociedades complexas".

Os jovens possuem uma importância crucial para o entendimento das sociedades modernas, o seu funcionamento e suas transformações. Entender a juventude é compreender a própria modernidade em diversos aspectos como a arte, a cultura, o lazer e o cotidiano (ABRAMOVAY; CASTRO, 2015).

Parte-se da compreensão de que as percepções dos jovens advêm das experiências condicionadas pelo tempo e espaço em que estão inseridos. Nessa perspectiva, o jovem não é um dado, mas uma construção. Não são mais crianças e adolescentes protegidos(as) e tutelados(as), tampouco adultos(as) emancipados(as) social e economicamente.

A depender de qual jovem se está analisando, há pouca ou muita experiência de circulação pela cidade e se beneficiam pouco ou muito das atividades (FARIAS, 2013).

Desde os primórdios do capitalismo, a pobreza foi esmiuçada pelos teóricos, a fim de compreender suas causas, reflexos e dimensões (CODES, 2008). A industrialização, para além do progresso tecnológico, trouxe a reboque condições miseráveis para a classe trabalhadora e para os sobrantes.

No Brasil, a definição de pobreza e de uma linha de pobreza envolve largo debate entre os pesquisadores da denominada "área social". Inicialmente ancorados sob a visão unidimensional, os estudos pioneiros atrelaram o fenômeno da pobreza à avaliação da renda (perspectiva monetária). Rocha (2003) ressalta a importância da definição de uma linha de pobreza que não seja relativa, mas pautada na observação do consumo das famílias. Sustenta que pobres são aqueles cuja renda se situa abaixo do valor estabelecido como linha de pobreza, desprovidos das políticas públicas e dos meios de suprir suas necessidades. Indigentes, um subconjunto dos pobres, são aqueles cuja renda é inferior ao necessário para atender as demandas nutricionais.

Lavinas (2007) considera contraproducente a definição de várias linhas de pobreza, pois isso dispersa os esforços, além de enfraquecer novas institucionalidades no enfrentamento da questão.

Por outro lado, Sposati (2000) sustenta que uma definição de pobreza ancorada na abordagem do consumo seria bastante restritiva. Segundo a autora, os estudos devem se orientar por uma definição multidimensional da pobreza, que inclua o acesso aos direitos sociais no cálculo dos indicadores. Nessa trilha têm seguido grande parte das abordagens contemporâneas, inclusive este trabalho, de forma a explorar a pobreza pelo enfoque multifacetado (CRESPO; GUROVITZ, 2002).

Conforme argumenta Sen (2000), os agentes podem ser considerados privados de levar a vida que desejam socialmente sob vários aspectos, sejam eles legais, políticos, sociais ou econômicos. Portanto, de forma geral, pobreza é sinônimo de privação. Em específico, disserta sobre as liberdades instrumentais, representadas pelas liberdades políticas, pelas facilidades econômicas, pelas oportunidades sociais, pelas garantias de transparência e pela segurança protetora. Dentre outros, os destinatários das medidas protetivas, em tese desenvolvidas pelo Estado brasileiro integram três grupos: crianças, jovens e idosos. A proteção justifica-se pela disposição à vulnerabilidade e a inúmeras condições de privação (WILBER, 1975).

Segundo o relatório da OCDE, CEPAL e CAF (2016), em relação à juventude latino-americana, espera-se que, para o ano 2050, 9 em cada 10 jovens sejam população urbana. Nesse quadro, 64%, o que soma mais de 100 milhões de pessoas, serão jovens que viverão em famílias em situação de pobreza ou vulnerabilidade.

Os jovens pobres têm características singulares físicas, psicossociais e de identidade que demandam uma atenção especial por parte da sociedade e do poder público.

Estabelece o Estatuto da Juventude em seu artigo 31 que “o jovem tem direito ao território e à mobilidade, incluindo a promoção de políticas públicas de moradia, circulação e equipamentos públicos, no campo e na cidade”. No artigo 33, prevê que “a União envidará esforços, em articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, para promover a oferta de transporte público subsidiado para os jovens, com prioridade para os jovens em situação de pobreza e vulnerabilidade”.

A especificidade legal tem sua razão de ser. Jovens pobres, especialmente os residentes nas cidades, são socialmente mais vulneráveis. Carecem de acesso aos direitos mais básicos como habitação, escola e trabalho, além de serem expostos cotidianamente à violência. Tendem a sofrer constrangimentos, restrições e diferenciações espaciais, em razão da classe social, local de moradia e de sua própria condição de ser jovem. Segundo Mendes e Cassab (2011), a cidadania é efetivada quando se tem acesso a todos os espaços da cidade. Os jovens pobres pouco vivenciam os direitos dos quais são titulares e são estigmatizados em função do seu local de moradia.

São contextos de desumanização, nos quais o ser humano é “proibido de ser”, privado de desenvolver as suas potencialidades, de viver plenamente a sua condição humana. Compreende-se, portanto, a vulnerabilidade como multidimensional e fruto de uma conjunção de fatores, sobrepostos de diversas maneiras, de modo a tornar o indivíduo ou grupo mais suscetível aos riscos e contingências (BRUSEKE, 2007).

A noção de vulnerabilidade repercute nas imagens que a sociedade constrói sobre os jovens pobres (CECCHETTO; CORRÊA; FARIAS, 2016). Problematiza-se aqui essa questão, principalmente porque esse tipo de discurso, muitas vezes, acaba por reforçar os estereótipos predominantemente negativos através dos quais a juventude pobre é representada como um problema social (PAIS, 1990).

Para Siqueira (2016), o preconceito racial agrava o tratamento dos jovens de periferia, pois são associados a uma representação de que são pessoas perigosas e

suspeitas, que estão fazendo algo errado, até mesmo criminoso. Há uma série de representações que colocam o jovem pobre como portador do mal em si. Trata-se de visões construídas historicamente pela sociedade brasileira desde a demarcação dos bairros pobres, agravadas posteriormente com a territorialização do tráfico nesses espaços, sendo os moradores qualificados negativamente (BIRMAN, 2008).

O endereço não se presta apenas para indicar a subalternidade econômica ou a diferenciação de classe social. Alguns endereços trazem consigo a pecha de áreas urbanas marcadas pela criminalidade e por negatividades, o que pode influenciar diretamente na apropriação da cidade pelos jovens moradores desses bairros.

Se cada juventude deve ser entendida a partir de suas experiências individuais e de classe, definiu-se como sujeitos deste estudo os jovens moradores dos Conjuntos Habitacionais do Programa Morar Feliz.

É preciso aqui rememorar que grande parte dos moradores das favelas foram removidos para as *casinhas*. Essa forma intervencionista sobre o espaço e seus habitantes foi uma constante nas atuações públicas ao longo do Programa Morar Feliz. Moradores de diversas favelas foram obrigados pelo poder público municipal a abandonar suas casas e a viver em conjuntos habitacionais populares, construídos em bairros já segregados social e economicamente, marcados pela carência de serviços e equipamentos urbanos (AZEVEDO; TIMÓTEO; ARRUDA, 2013). Conforme concluem Faria e Pohlmann (2013), o Programa Habitacional Morar Feliz está longe de promover a justiça espacial, pois os seus moradores são deslocados para áreas mais distantes e periféricas e longe dos recursos urbanos, principalmente do emprego, de escolas, serviços de saúde e sem transporte adequado (FARIA; POHLMANN, 2013).

O processo de remoção envolve diversas questões, que vão desde o enfrentamento entre o poder público municipal e os moradores da comunidade a ser removida, a partir da resistência em deixar suas casas, à perda dos laços de vizinhança, à ruptura entre o homem e seu habitat, seus referenciais sociais, espaciais e simbólicos, seu sentido de lugar. Lugar se refere aos locais onde se constrói referenciais afetivos, a partir da convivência com o ambiente e com as pessoas que também o habitam (CARLOS, 2007). Ele se define pelas funções e práticas simultaneamente individuais e sociais (VIDAL; MUSSET, 2011).

Resta evidente que as favelas se configuram fisicamente no espaço urbano de maneiras diversas. Entretanto, apresentam características semelhantes,

principalmente a falta de atendimento governamental na provisão de serviços essenciais, tais como saneamento, luz e fornecimento de água. Para os órgãos oficiais, do ponto de vista restrito à letra da lei, o elemento que define a favela é a ocupação ilegal da terra (PERLMAN, 1977).

Consolidam-se, na maior parte dos casos, próximas a áreas de grande valorização imobiliária porque sediam a maior parte dos equipamentos públicos, os serviços básicos ao bem viver (saúde, educação, lazer, transportes), a infraestrutura urbana e que proporcionam oportunidades de trabalho. Desse modo, ao se situarem próximas a áreas urbanas valorizadas, são encaradas como um problema urbano a ser combatido, devendo ser erradicadas ou, ao menos, realocadas em áreas “invisíveis”, onde pouco interfiram na paisagem<sup>9</sup>.

Remoções forçadas constituem violação a um sem-número de direitos humanos e possuem efeitos profundos e duradouros. Se por um lado provocam grandes transformações no modo de vida das pessoas que sofreram esse processo, por outro interferem na continuidade de uma dinâmica específica até então existente entre os moradores e seu território, lócus onde se tecem as relações sociais e onde se desenvolvem as interações (VIDAL; MUSSET, 2011). Nesse sentido, as remoções não afetam somente a vida cotidiana das pessoas, mas também as relações sociais e comunitárias existentes nas áreas de intervenção.

Assim, será abordada a pós-ocupação dos CHMF e a apropriação da cidade por um grupo específico de jovens desses conjuntos. Esses jovens se distinguem ou se assemelham a outros grupos de jovens em função de valores em comum, da posição de classe, da afinidade dos modos de vida, pelas formas como enfrentam a vida cotidiana e pelos processos sofridos no que diz respeito à moradia, tudo isso de forma trançada no ambiente urbano.

## 2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS DA JUVENTUDE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

---

<sup>9</sup> Cabe aqui ressaltar que o processo de remoção de favelas não é novo e marcou fortemente as políticas urbanistas das cidades brasileiras, principalmente após a ascensão do regime civil militar ao poder (BRUM, 2012).

A título de amostra, em 1968, a CHISAM (Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana) ocasionou uma mudança significativa na postura do Estado diante das favelas, no sentido de eliminá-las da paisagem urbana, alegando que “a remoção serviria para regenerar os favelados em novos ambientes e localização na cidade que, segundo esta linha de pensamento, seriam mais adequados a eles” (BRUM, 2012, p.184).

Diferentes grupos de jovens têm suas experiências influenciadas pelos espaços, tempos e contextos em que estão inseridos. Dessa forma, o jovem é um sujeito social e constrói as imagens da cidade a partir das experiências marcadas pelo local em que mora e pelo acesso (ou não) aos equipamentos socioculturais.

Verifica-se que os conceitos sobre jovem e as formas de atenção que recebe, tanto da família quanto do poder público e da sociedade em geral, variam ao longo da história e se integram às definições sobre a adolescência. Alguns eventos nacionais e internacionais, no âmbito da formulação de políticas para a juventude, influenciaram nesses conceitos e nas modalidades de atenção: formação do Comitê de Adolescência pela Sociedade Brasileira de Pediatria (1978), Ano Internacional da Juventude (1985), promulgação da Constituição Federal (1988), criação da Associação Brasileira de Adolescência – Asbra (1989), promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), Programa Mundial de Ação para a Juventude (2000), criação do Estatuto da Juventude pelo Projeto de Lei nº 4529 (2004), elaboração do Plano Nacional da Juventude, na forma do Projeto de Lei nº 4530 (2004), criação da Política Nacional de Juventude, por meio da Medida Provisória nº 238 (2005) e realização da Conferência Nacional de Juventude (2008).

Segundo Macedo e Castro (2012), em termos de Brasil, os projetos e ações destinados à juventude ganharam maior visibilidade apenas nos anos 1990.

Diante desse quadro, é oportuno reconhecer que o Estado brasileiro possui uma dívida histórica com a juventude, pela oferta tímida de políticas públicas direcionadas aos jovens, considerados, por muito tempo, como um problema para a sociedade e não como sujeitos de direitos (SPOSITO; CARRANO, 2003).

Considerando aspectos filosóficos e jurídicos, os direitos dos jovens decorrem da sua própria existência como seres humanos, possuidores de uma dignidade intrínseca, inalienável e intransferível. Do ponto de vista estritamente jurídico, a pessoa humana (e, portanto, qualquer jovem) é sujeito de direitos e obrigações.

Segundo Rizzini, Barker e Cassaniga (2000), as bases das políticas sociais para os jovens têm se alterado de forma expressiva. Afirmam que os destinatários tendem a ser os mais vulneráveis à pobreza, à exclusão social e à violência.

Em relação ao direito positivo, a Constituição Federal de 1988 dedica o artigo 227 ao jovem. Estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à

liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (interessante notar que a Constituição enumera onze eixos e trata do direito à cidade, embora não mencione especificamente neste artigo o direito à moradia). Em seu parágrafo 8º, incluído pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010, prevê que a lei estabelecerá o estatuto da juventude<sup>10</sup>, destinado a regular os direitos dos jovens e que a lei estabelecerá o plano nacional de juventude, de duração decenal, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas<sup>11</sup>.

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece em seu artigo 3º que o jovem goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata a lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Em seu parágrafo único, incluído pela Lei nº 13.257/2016, dispõe que os direitos enunciados no ECA se aplicam a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. Portanto,

---

<sup>10</sup> Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013.

<sup>11</sup> Além das previsões do Direito Interno, cabe destacar que diversos diplomas de Direito Internacional de âmbito universal e regional constituem a base em que se encontram alicerçados os direitos dos jovens. Entre eles, enumera-se: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); a Convenção contra o Genocídio (1948); o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966); o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966); a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1968); a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979); a Convenção contra a Tortura e Outros Tratos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes (1984); a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento (1986); a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989); a Declaração e Programa de Ação de Viena adotada pela Conferência Mundial dos Direitos Humanos (1993); a Declaração de Pequim adotada pela Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres: Ação para Igualdade, Desenvolvimento e Paz (1995); as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade; as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça, da Infância e da Juventude (Regras de Beijing); o Relatório da Segunda Reunião do Fórum Mundial da Juventude das Nações Unidas (Viena, 1996); a Declaração de Lisboa sobre Políticas e Programas da Juventude, aprovada na 1ª Conferência Mundial de Ministros Responsáveis de Juventude (Lisboa, 1998); o Programa Mundial das Nações Unidas para a Juventude para além do ano 2000; a Declaração de Intenções e o Projeto de Carta Ibero-americana de Direitos da Juventude (Panamá, 2000) e a Estratégia de Dakar para o Apoderamento da Juventude, aprovada pelo Fórum Mundial da Juventude do Sistema das Nações Unidas (2001).

prevê que a criança e o jovem de qualquer segmento social é um sujeito de direitos. Mais à frente, em seus artigos 7º ao 69, prevê os direitos fundamentais dos jovens.

O ECA prevê o Sistema de Garantia de Direitos, que possui 3 eixos: defesa de direitos, promoção de direitos e controle do sistema. A promoção dos direitos dos jovens subdivide-se em três políticas: o das políticas básicas (saúde, educação, moradia, lazer), o das políticas especiais e o da política socioeducativa. A política socioeducativa, de fato, é a última intervenção que deve ser realizada pelo Estado. Compreende-se que, na falha das demais políticas, a socioeducativa é imposta (VALENÇA; CASTRO, 2014).

O Sistema de Garantia de Direitos poderia ser definido, a grosso modo, como um conjunto articulado de pessoas e instituições que atuam para efetivar os direitos infanto-juvenis. Para tanto, estas instituições, organizações e a família devem estar unidas em torno das ações necessárias para que haja a preservação destes direitos (DÁVILA, 2011, p. 86).

Dávila (2011) destaca ainda que esse sistema se apresenta como uma máquina, onde todos os órgãos precisam trabalhar articulados, buscando efetivar os direitos à liberdade, à proteção, à vida, à saúde, à educação, à moradia etc.

Para Garcia e Pereira (2014), o ECA representa um avanço e uma mudança de paradigma ao atribuir aos jovens a mesma gama de direitos dos adultos, acrescidas de algumas proteções específicas, dada a condição peculiar de desenvolvimento.

Segundo Ferreira (2012), o Estatuto da Criança e do Adolescente inaugura uma nova etapa no cuidado, atenção e atendimento ao jovem no Brasil; sob a perspectiva da proteção integral, propõe a prioridade absoluta no zelo com jovem (especialmente quando pobre), considerado não mais como objeto das políticas públicas, mas como sujeito de direitos. O Estado é convocado a desenvolver ações que propiciem essa proteção.

O Estatuto da Juventude estabelece em seus princípios (artigo 2º) a promoção da autonomia e emancipação do jovem, reconhecendo-o como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares. Por isso, se propõe a garantir a promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral através de uma vida segura, uma cultura de paz e solidariedade e de não discriminação. Para que se materializem esses direitos, as diretrizes gerais (artigo 3º) expõem que os agentes públicos e privados promotores de políticas públicas devem garantir meios e

equipamentos públicos que propiciem o acesso à produção cultural, à prática esportiva, à mobilidade territorial e à fruição do tempo livre.

A legislação garante a cidade para todos e o direito à cidade. Por que estamos tão longe do que é estabelecido em lei como direito?

Os direitos inerentes à convivência social urbana só se materializam quando passam a ser vividos, pois não basta que eles estejam descritos nas leis. Devem ser transformados em prática, a partir da apropriação da cidade pelos que a constituem (LEFEBVRE, 1976).

Segundo Lefebvre (2001), o Direito à Cidade é também o direito à apropriação, sendo uma forma superior dos direitos (engloba o direito à liberdade, à individualização na socialização e o direito ao morar). O direito à apropriação, bem distinto do direito à propriedade, está, portanto, implícito no Direito à Cidade.

Sobre as raízes desse direito, é necessário buscar os referenciais em 1967, ano em que Lefebvre escreveu a obra manifesto “Direito à Cidade”. Trata-se de um conceito acadêmico e de luta social. A cidade é vista como obra coletiva, onde predomina o valor de uso; é um direito que deve ser exercido em sua plenitude e dispensado a todos.

Para Lefebvre (2006), o Direito à Cidade se afirma como um apelo, como uma exigência e o urbano é um lugar de encontro, com prioridade do valor de uso. Assim sendo, “não se pode evitar o conflito” na medida em que o “urbano se baseia no valor de uso”, irredutível e imanente ao humano (LEFEBVRE, 2000, p. 160). Nesse sentido, argumenta:

O urbano como forma e realidade nada tem de harmonioso. Ele também reúne os conflitos. Sem excluir os de classes. Mais que isso, ele só pode ser concebido como oposição à segregação que tenta acabar com os conflitos separando os elementos no terreno (...). O urbano se apresenta, ao contrário, como lugar dos enfrentamentos e confrontações, unidade das contradições.

Direito à cidade implica a ótica predominante do valor de uso, para que todos possam usufruir da riqueza socialmente produzida. Ou seja, é uma forma de alterar a dinâmica da cidade como mercadoria (LEFEBVRE, 2001) e (HARVEY, 2001). Ao invés de ver cada pedaço da cidade como valor de troca, pensá-la, em sua totalidade, como valor de uso. Dar a ela uma finalidade social e privilegiar sua função enquanto catalizadora de direitos sociais. O Direito à Cidade se torna bem mais do que o direito individual de ter acesso a serviços públicos de qualidade, é ter mais liberdade de viver e experimentar os espaços que criamos e recriamos constantemente.

O conceito de Direito à Cidade, desse modo, não pode ser compreendido apenas como o direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Para Lefebvre (2001), “direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos” e engloba os direitos “à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar”. Nesse sentido, “o direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade), estão implicados no direito à cidade”. É a condensação do direito à vida urbana, transformada, renovada.

Em semelhante raciocínio, Harvey (2014, p. 28-30) descreve o Direito à Cidade como:

muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades (...) é um dos nossos direitos humanos mais preciosos, ainda que um dos mais menosprezados.

O Direito à Cidade é compreendido para além do usufruto de benefícios públicos urbanos: se manifesta principalmente como o direito de modificação do espaço urbano. Ao compreender a cidade enquanto um produto que gera lucro (feita para o consumidor economicamente privilegiado), a mudança planejada para a cidade, muito embora em tese propicie melhores condições da vida cotidiana para boa parte dos moradores, reforça a segregação urbana de numerosa fatia da população.

Assim, o Direito à Cidade é também o direito de participar da construção do projeto de cidade, que envolve seus habitantes (os diversos atores sociais) e o Poder Público. Em contrapartida, a existência da pressão econômica tende a aumentar as desigualdades socioespaciais, resultantes de determinadas políticas públicas em prol de determinados grupos sociais.

A Carta de Atenas<sup>12</sup>, de 1933, dispõe que as variadas atividades humanas reivindicam um lugar especial para serem exercidas: locais para habitar, para comercializar, para fabricar e para entreter. O texto reconhece a necessidade do zoneamento da cidade para que as particularidades de cada atividade humana sejam exercidas a contento e denuncia que as condições econômicas particulares dos indivíduos não podem ser motivo para segregação do espaço em habitações ricas ou

---

<sup>12</sup> Disponível em: <<http://normativos.confea.org.br/downloads/anexo/1108-10.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

pobres, sendo “preciso tornar acessível para todos, por meio de uma legislação implacável, certa qualidade de bem-estar, independente de qualquer condição de dinheiro”.

A reivindicação por igualdade e respeito aos direitos humanos relacionados na Carta de Atenas continuam atuais e constam, de forma mais abrangente, na Carta Mundial do Direito à Cidade (2004), segundo a qual três são os princípios do Direito à Cidade: o exercício pleno da cidadania, a gestão democrática da cidade e a função social da propriedade privada.

Se o solo urbano não tivesse valor e não gerasse renda, evidentemente não despertaria interesse por parte da iniciativa privada e dificilmente haveria desenvolvimento na cidade. Por isso, é fundamental que o Poder Público administre o conflito entre o interesse geral e o aumento do valor e renda do solo por parte de alguns interessados privados, de tal forma que o objetivo principal seja o ordenamento urbano sob esses princípios. O interesse geral não pode ser preterido em prol dos interesses econômicos de alguns. Caso o Poder Público não consiga administrar o conflito entre o interesse geral e os interesses econômicos de determinado grupo, a ocupação desordenada do solo e a especulação imobiliária descontrolada dominarão a expansão urbana.

Alguns urbanistas marxistas dizem que, como a forma da cidade é resultado da forma de produção capitalista (que exige grande concentração dos fatores de produção e se baseia na propriedade privada do solo), o correto seria abolir a causa desses males: o sistema capitalista. A solução preconizada por alguns seria a desurbanização. Mas qualquer economia, socialista ou capitalista, necessita da cidade para o seu desenvolvimento pelas economias de escala que gera (FERRARI, 1979).

Outros acusam especificamente a propriedade privada do solo urbano como causa de todo o caos urbano. É preciso compreender que na sociedade as empresas, os grupos sociais e o Poder Público coexistem e, em regra, possuem lógicas de organização e dinâmicas distintas. Ao vislumbrarem uma cidade, por suas diretrizes levarem em consideração o quanto vão obter de lucro, as empresas estudarão as oportunidades que essa cidade tem para oferecer como fonte de negócios lucrativos.

Sabendo-se que o espaço urbano é uma arena de confrontos e conflitos de interesses entre os agentes sociais, o papel do Estado nesse contexto ganha especial relevância. O Poder Público tanto pode fortalecer a ordem social vigente, onde a

cidade é pensada para atender aos interesses de um determinado grupo social e aos anseios do grande capital, quanto pode ser o agente responsável pelos serviços coletivos, o provedor de melhorias sociais, atuando para diminuir o fosso existente, de modo a pensar a cidade para todos.

Para Santos (2005), enquanto a cidade é vista como fonte de oportunidades de negócios lucrativos pela iniciativa privada, o poder público deve avaliar o investimento como instrumento para alcançar uma visão de cidade que atenda ao interesse coletivo.

O potencial do mercado imobiliário deve ser mais controlado e utilizado pela Administração Pública para que a cidade se desenvolva de forma mais planejada e menos desordenada, do ponto de vista da equidade no uso do espaço. Vale observar que não é somente a lei que garante o planejamento e sua execução. As ações do poder executivo são fundamentais no processo. Nesse sentido, o ordenamento urbano serve para que a cidade não seja utilizada como simples mercadoria imobiliária.

Segundo Richardson (1975), o valor de um terreno é o capitalizado do importe esperado de sua venda futura. O preço dos terrenos urbanos e o nível geral das rendas urbanas estão determinados, como o preço de qualquer mercadoria, pela oferta e pela demanda. Assim, mantida a demanda e reduzida artificialmente a oferta (com a concentração, os vazios urbanos e o estoque de terras), aumenta-se o preço.

Como se vê, o Direito à Cidade comporta diversos pontos de vista, desde os que o concebem somente num contexto de superação do capitalismo, até os que o consideram possível no âmbito de um pacto de ordenamento urbano democrático, que assegure o direito à moradia, aos bens, equipamentos e serviços, através do planejamento, entre os diversos agentes e classes sociais que têm interesse no espaço urbano, ou seja, no contexto de uma sociedade capitalista.

Para efeito do tratamento do objeto concreto desta tese serão considerados os parâmetros do Direito à Cidade contidos na legislação urbana brasileira, particularmente no Estatuto da Cidade, combinados com a legislação de proteção aos jovens.

Ao analisar o sujeito jovem, visa-se salientar a existência de uma noção de juventude que se constitui tanto como foco de intervenção estatal, a partir de determinadas urgências históricas, quanto como vida a ser manejada, sendo uma população que é preciso abarcar e governar (HADLER, 2010).

Em termos legais, vê-se que o Brasil é avançado. Como a realidade mostra que, via de regra, não há continuidade nas políticas públicas, nasce a necessidade de estabelecer marcos legais para institucionalizar os avanços e os direitos conquistados.

Entretanto, o ordenamento legal não garante o ordenamento social. Ainda que se constate um reordenamento jurídico e avanços diante dos modelos anteriores, não se alcançou a esperada efetivação dos direitos desses jovens (SCISLESKI, 2010).

O tema das políticas públicas de juventude tem ganhado centralidade no debate sobre a garantia de cidadania e de efetivação de direitos nos últimos anos. A pauta das políticas públicas de juventude ganhou projeção a partir de 2005, com a criação da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude e do Programa Nacional de Inclusão Social de Jovens (PROJOVEM), que compuseram a política nacional de juventude (ROCHA, 2012).

Abramovay e Castro (2005) destacam a importância de elaborar políticas públicas não apenas de ou para a juventude, mas com envolvimento dessa parcela da população, capaz de dissertar e propor questões.

Entretanto, vê-se que os governos (federal, estadual e municipal) não tem implementado políticas públicas articuladas que atendam de forma integral e sistematizada às demandas dos jovens, nem reconhecido que este é um segmento social que tem características singulares.

Garcia e Teodoro (2014) destacam que, sobretudo em decorrência da classe social, há uma vivência com ausência de direitos. Em geral, o Estado se faz presente na vida dos jovens pobres por meio da política de segurança pública. Há “uma perversa associação entre cor, pobreza e crime/ato infracional” (GARCIA e TEODORO, 2014, p. 168). Para Dávila (2011), as políticas públicas para os jovens pobres ainda representam um desafio a ser vencido.

Do ponto de vista dos jovens que habitam as periferias da cidade e lutam pela conquista da cidadania, pensar o direito à cidade atualmente não se limita ao acesso a melhores condições de transporte ou mesmo aos aspectos ligados à reprodução da força de trabalho, como a leitura baseada no histórico de luta dos movimentos sociais urbanos parece indicar. Afinal, a negação da cidadania aos moradores das periferias urbanas está relacionada a aspectos muito mais amplos, incluindo seu *status* fundamental de cidadão, enquanto portador do “direito a ter direitos” (FONTES, 2018).

Viu-se que os avanços legais à proteção do jovem são consideráveis. Contudo, ainda persistem problemas históricos, como a criminalização da pobreza

(MATSUMOTO e GRAMKOW, 2015). Outro ponto a ser levantado é que a universalização das políticas ainda não foi garantida, o que denuncia a urgência do empenho de mais investimentos destinados aos jovens pobres, que sofrem demasiadamente com a pobreza, a estigmatização e a desigualdade estrutural.

Delineia-se um quadro de crescente instabilidade e desesperança diante das (in)capacidades do Estado de promover direitos, bem-estar social e segurança para os jovens pobres.

## 2.5 JUVENTUDE X MORADIA X POLÍTICAS HABITACIONAIS

Rawls (2000) defende que uma sociedade será justa se respeitar três princípios: garantia das liberdades fundamentais para todos, igualdade equitativa de oportunidades e manutenção de desigualdades apenas para favorecer os mais desfavorecidos. Considerar o contexto social, econômico e ambiental é um caminho essencial na busca pela igualdade material.

Vê-se que a busca desenfreada pela industrialização e pelo crescimento econômico levou a maioria das cidades a concentrar seus esforços na promoção do crescimento de seus índices econômicos, deixando a qualidade de vida e a democratização do espaço e da propriedade em segundo plano. O crescimento econômico é visto como meio e fim do desenvolvimento; os donos do capital, das terras e dos imóveis são os promotores e, por isso mesmo, consideram-se legítimos beneficiários privilegiados. O surgimento de um modelo econômico de abertura de mercado (com uma dinâmica econômica local-global) somado à falta de capacidade estatal de financiar seus gastos redimensionou o papel do Estado. O planejamento urbano ficou desmoralizado e optou-se pela “administração empreendedora”.

Segundo Santos (2005), esse tipo de administração “empreendedora” tem seduzido as prefeituras, que oferecem incentivos para a atração de atividades econômicas. Tais incentivos alimentam a guerra fiscal entre municípios pela obtenção de investimentos privados, num processo que compromete a capacidade das prefeituras de financiar uma infraestrutura que melhore as condições de vida dos cidadãos. Para Harvey (2001), o empreendedorismo urbano envolve certo nível de concorrência interurbana. Assim, modelos são impostos, pois, à medida que a concorrência interurbana se torna maior, provavelmente acionará um “poder coercitivo

externo” sobre certas cidades, com cobrança da disciplina e da adoção da lógica do desenvolvimento capitalista.

Submetida ao movimento espontâneo do mercado, a cidade passou a funcionar como uma verdadeira empresa (VAINER, 2000a) e como tal passou a ser conduzida. Esse fenômeno é resultado da adoção do modelo de empreendedorismo urbano que transformou a cidade, ao mesmo tempo, em ator e objeto de uma ação estratégica.

De acordo com Vainer (2011), esse empreendedorismo urbano é a transposição para a esfera pública de modelos de gestão, eficácia, racionalidade e competição empresariais. A cidade passa a ser vista como uma empresa, que compete com outras cidades-empresa no mercado internacional. A cidade é reduzida a uma de suas dimensões: a econômica (e mesmo assim a apenas uma das faces dessa dimensão econômica, a empresarial). A partir do momento em que se pensa a cidade como empresa, ela também passa a ser vista como mercadoria e o gestor cria estratégias para “vender” sua cidade para o mundo. É a partir desse pressuposto que se desenvolve o *marketing* urbano. O *marketing* torna invisível tudo que não é uma virtude de mercadoria. As cidades passam a almejar a aprovação das forças do mercado mundial.

São cidades reordenadas segundo um modelo de gestão que busca atender a lógica financeira e trata o urbano como um negócio. Sendo a cidade percebida como uma oportunidade de negócio, é um caminho natural os governos se renderem aos empresários, que são os que entendem de negócio. O processo de empreendedorismo urbano é caracterizado pela atração de investidores e cidadãos-consumidores. O desafio dos centros urbanos é a realização de políticas públicas que sustentem um projeto de cidade que “mereça” a inserção na economia mundial.

Típico da concepção do empreendedorismo urbano, o planejamento estratégico é um modelo de planejamento urbano que se orienta pela eficácia e pela racionalidade empresariais. Começou a ser pensado nos anos 1960 a partir dos conceitos e técnicas do planejamento empresarial originalmente sistematizados na *Harvard Business School*. Segundo seus defensores, deve ser adotado pelos governos locais em razão de estarem as cidades submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas.

O setor público apropriou-se das metodologias da gestão empresarial nos anos 1980, nos Estados Unidos, quando diversas cidades americanas passaram a utilizar o planejamento estratégico com enfoque no desenvolvimento econômico. A cidade,

no contexto estratégico, é vendida no mercado internacional, configurando verdadeira mercadoria.

A cidade-mercadoria, a cidade-objeto de luxo, segundo Vainer (2011), é uma das ideias mais populares dos neoplanejadores e nessa dinâmica o *marketing* urbano torna-se fundamental ao processo de planejamento e gestão das cidades. É a estratégia da publicidade dos espaços citadinos. O autor ressalta que a cidade é a mais complexa das mercadorias existentes, pois sua venda depende de quem se tem em vista como comprador. As empresas que fazem parcerias com o governo local são ao mesmo tempo coprodutoras das transformações urbanas e consumidores da cidade na forma dos privilégios e lucratividade oriundos dessas parcerias.

O planejamento do *marketing* urbano depende do diagnóstico das características de cada cidade, visto que ela pode ser vendida a uma infinidade de mercados. Para além do mercado externo, visa um mercado constituído pela demanda de localizações do capital, interesses que qualificam a cidade como mercadoria. Vainer (2000a) afirma que tais “planejadores” deixam claro que a abertura das cidades para o exterior é seletiva, visto que não se desejam visitantes e usuários em geral, muito menos imigrantes pobres expulsos de outros países igualmente pobres: querem visitantes e usuários economicamente hábeis.

No contexto de análise dessa nova concepção de cidade, a cidade é objeto e sujeito, pois a cidade-coisa, a cidade-mercadoria, pode também deixar a forma passiva de objeto para assumir a forma ativa de sujeito, uma empresa. Conceber a cidade como empresa implica, segundo Vainer (2000b), uma “lógica implacável”: o *marketing led city planning* exige que as decisões sobre a cidade estejam nas mãos dos que decidem nas empresas.

Nesse conceito de planejamento, os interesses do mercado estão representados nas parcerias público-privadas, cujas formas de atuação vão da captação de recursos e execução de grandes intervenções urbanas à gestão de equipamentos e prestação de serviços coletivos. As parcerias são, na opinião de Borja e Castells (1996), um dos principais mecanismos que conferem às cidades condições de inserção na competitividade urbana, consolidando um projeto de cidade definido por seu plano estratégico. Nessa concepção, o projeto de cidade deve contemplar as novas funções dos governos locais enquanto promotores, cujos objetivos são: promover a cidade para o exterior; favorecer a cooperação público-privada; desenvolver o “patriotismo cívico” e promover um novo desenho político-

administrativo. Como via de consequência, passam a ser vedadas à organização política local a administração centralizada e a “separação rígida entre o setor público e privado” (BORJA; CASTELLS, 1996).

Em sentido oposto, Vainer (2000b, p. 88) critica essa proposta e diz que “o fim da separação rígida quer dizer, em bom catalão, participação direta, sem mediações, dos capitalistas e empresários nos processos de decisão referentes ao planejamento e execução de políticas”.

A cidade-empresa supõe e propõe uma despolitização da cidade à medida que o plano político se tornou um plano de gestão. Vainer (2011) considera central não pensar a cidade-empresa como uma proposta simplesmente administrativa, gerencial ou operacional, mas sim entender que o conceito de cidade e de Poder Público estão sendo ressignificados por uma operação que transforma a cidade em sujeito/ator econômico que precisa ser competitivo e por isso realista em relação às demandas do mercado. O controle político dissolve-se em um espaço de competitividade urbana onde o que conta são os resultados, os números, os rankings.

Desenvolver o patriotismo cívico é um dos pilares que sustentam o projeto de cidade, segundo Borja e Castells (1996). Saliente-se que a analogia cidade-pátria é uma estratégia para a criação de consenso. Perante tamanha despolitização do espaço público, de negação da cidade enquanto espaço coletivo, torna-se imprescindível ao planejamento estratégico o consenso sobre a cidade. A busca pelo consenso está pressuposta no discurso que trata a cidade como unidade: a cidade sonha, a cidade compete, a cidade deseja, a cidade necessita. Enquanto se discute se as cidades competem ou não, e o que elas desejam, se aceita, como natural, a instauração da cidade como sujeito – sujeito simples, coeso, sem qualificação (VAINER, 2000).

Como abordado ao longo deste capítulo, na sociedade capitalista, o problema habitacional urbano é fruto do processo de industrialização, que marcou a transferência de parte do poder econômico do campo para a cidade. Com a chegada das indústrias, a cidade passa a ofertar as condições necessárias para o desenvolvimento econômico, transformando-se em lócus de reprodução do capital e da força de trabalho, e um elemento fundamental na divisão social e espacial da sociedade.

Friederich Engels, em 1845, na obra Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra realizou um dos estudos que melhor desnudou a precária situação

habitacional vivida pelas sociedades capitalistas pós-industriais. Nele, analisou as condições de vida e habitação dos trabalhadores das fábricas, criadas a partir do desenvolvimento da Revolução Industrial, descrevendo as degradáveis condições em que essa classe se integrava ao ambiente urbano. Segundo o autor, “os londrinos tiveram de sacrificar a melhor parte de sua condição de homens para realizar todos esses milagres da civilização de que é pródiga a cidade” (ENGELS, 2008, p.69).

Vivendo em bairros miseráveis, em condições de trabalho e vida deploráveis, uma massa de trabalhadores era amontoada em pequenos espaços, em sua grande maioria impróprios à habitação, sem ter o que comer nem o que vestir. Encontravam-se em condições indignas de seres humanos, expulsos da sociedade e atolados na sujeira, enfrentando fome, doenças e a mais absoluta miséria. Era uma degradação humana nunca antes vista e vivida, denominada por Engels de “assassinato social” (ENGELS, 2008). Viviam em bairros excluídos do contexto urbano, estabelecidos de forma que não interferissem na beleza e na organização espacial das cidades capitalistas industriais. Configurou-se, assim, uma dualidade entre centro e periferia.

Vê-se que a cidade industrial segregava a classe trabalhadora, que era empurrada para espaços predestinados à sua habitação. Eram os bairros operários, que excluía grandes parcelas da população do acesso aos serviços urbanos. Esta segregação é fortemente perceptível nas cidades capitalistas atuais. No Brasil e em Campos dos Goytacazes, seguimentos sociais de trabalhadores vivem em condições precárias, desprovidas de bens e de infraestrutura mínima à manutenção da vida diária.

Ermínia Maricato (2002) sinaliza para o fato de que, historicamente, o urbanismo brasileiro compromete-se apenas com parte da cidade. São “ideias fora do lugar” porque, conforme a autora, o planejamento que deveria atender às necessidades do todo privilegia apenas uma parcela da sociedade. A autora rejeita a noção de cidade como ator político, defendida por Borja e Castells (1996), já que as cidades são lugares e não agentes ou atores que tomam a cidade como uma mercadoria, empresa ou pátria.

Assim, a segregação socioespacial sentida nos centros urbanos brasileiros é fomentada pelo mercado de terras e fortalecida e institucionalizada pelas ações do Estado. É preciso reconhecer a responsabilidade do Estado na promoção e garantia (ou não) dos direitos dos cidadãos e o papel decisivo que suas ações têm na dinâmica das desigualdades sociais, sob pena de alimentar espaços de confrontos e conflitos.

A política habitacional tem como função principal a correção de alguns dos efeitos negativos produzidos pela acumulação capitalista, geradores de conflitos urbanos. Tem um caráter compensatório, paliativo e corretivo de algumas das desigualdades produzidas pelo mercado capitalista. Cabe aqui destacar que as políticas públicas, especialmente as habitacionais, não devem ser pensadas como meras concessões benevolentes do Estado, mas sim compreendidas como produto de relações conflituosas e de (muita) luta entre os diferentes atores envolvidos.

A questão urbana é geralmente concebida como um problema social provocado pelo crescimento acelerado e anárquico das cidades nas sociedades capitalistas. Nesse contexto, o Estado tem a função de ordenar o desenvolvimento que, segundo Milton Santos (1991), não deve ser apenas econômico. Atua simultaneamente como promotor imobiliário (ao produzir o espaço urbano) e como consumidor e agente que regula o uso do solo. O papel do Estado como orientador do mercado imobiliário deve acontecer de forma a não servir, simplesmente, aos interesses dos investidores. Deve intervir no conflito entre grupos e classes, assumir a questão urbana e enfrentá-la através de um conjunto de medidas e ações às quais se dá o nome global de política urbana.

Vê-se que a ocupação do território, o sistema urbano e a própria cidade são um “subproduto” das articulações dos interesses hegemônicos (PIQUET, 2007). As ações e estratégias dos principais agentes e/ou sujeitos produtores do espaço urbano nos levam a enxergar com maior nitidez os processos reprodutores de desigualdade socioespaciais, de forma específica no que se refere à apropriação e uso desigual do solo urbano. A complexidade com que se relacionam os agentes sociais torna a produção do espaço urbano dinâmica, desigual e contraditória. A desigualdade manifesta-se a partir de diversas esferas, dentre elas, a espacial. “É no espaço que os agentes se localizam e se deslocam” (VASCONCELLOS, 2000, p. 199). O espaço é valorizado em função dos interesses de uso (para transporte, para atividades econômicas, dentre outras).

O processo de segregação socioespacial<sup>13</sup> não é um fenômeno contemporâneo no espaço urbano, dado que está associado, historicamente, à existência de classes

---

<sup>13</sup> Segundo Villaça (1998, p.142), uma das características mais marcantes das cidades brasileiras é a segregação espacial das classes sociais em áreas distintas da cidade, sendo “um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole.” A segregação urbana divide-se em dois tipos: voluntária (quando o indivíduo ou uma classe de indivíduos habita um determinado local da cidade por

e grupos sociais que se diferenciam e se opõem, com base no que Bourdieu (1989) designou de capital econômico, social, cultural e simbólico. Mas é especialmente a partir do início da industrialização que ele se intensifica e adquire novas formas. No capitalismo, a dominação do capital sobre o trabalho, sua influência no Estado e seu domínio sobre o conteúdo e o sentido das políticas públicas, particularmente na política urbana, faz com que as cidades favoreçam aqueles que se apropriam dela como mercadoria para acumulação e reprodução do capital, relegando os que não podem acessar o espaço e os bens públicos urbanos, às periferias intraurbanas (espaços desvalorizados no interior da malha urbanizada) e àquelas situadas às margens da cidade, ambas caracterizadas pela ausência ou extrema precariedades da infraestrutura e dos bens e serviços. Esse processo é permanente, fazendo com que, à medida que essas áreas são apropriadas para valorização e se tornam objeto de especulação, essas massas de pobres, excluídos e precarizados, são deslocadas para lugares sempre mais distantes e mais precarizados, agravando suas condições de trabalho e de vida (KOVARICK, 1979). No sistema romano-germânico de direito ao qual o Brasil se filia, a primeira fonte do direito é a lei e a melhor forma de alcançar justiça é buscar o amparo da lei.

O agravamento da questão urbana, nos anos 1970 no Brasil, levou ao movimento pela reforma urbana, que lutou por políticas para regular e ordenar o espaço da cidade. A partir da década de 1980, as cidades e regiões metropolitanas sofreram consideráveis transformações no padrão de segregação. Sobrepondo ao “centro-periferia”, as transformações recentes geraram espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular e interagir em áreas comuns (CALDEIRA, 2000; GUATTARI, 2015). O processo de industrialização, as mudanças no campo e a infraestrutura montada ocasionaram a intensificação da urbanização brasileira, acelerada a partir da década de 1970, chegando a 84% da população brasileira morando nas cidades (conforme Censo 2010). Os problemas urbanos agravaram-se ainda mais, nas “décadas perdidas” de 1980 e 1990: a segregação sócioespacial, as disparidades econômicas e de acesso a equipamentos urbanos, a violência, dentre outros, tornaram-se marcas das cidades, sobretudo das metrópoles.

---

sua própria iniciativa) e a involuntária (quando, por forças externas, o indivíduo é obrigado a morar em um determinado lugar e/ou a deslocar-se de determinados espaços) (MARICATO, 2002).

Há mudanças tanto na natureza dos processos de expansão e produção do espaço, como no tipo e características do tecido urbano, que sinalizam um sistema mais aberto, policêntrico e disperso. Spósito (2004) lembra que agora há uma pluralização da paisagem com novas formas de diferenciação, fragmentação e segregação territoriais.

Após inúmeras lutas, os movimentos sociais por moradia e melhores condições de vida e trabalho na cidade, juntamente com arquitetos, urbanistas, planejadores urbanos, universitários, intelectuais, em geral, e diversos grupos e instituições conquistaram um conjunto de princípios e direitos, na Constituição de 1988, consolidados mais tarde no Estatuto da Cidade, em 2001.

Os avanços, contudo, são tímidos, dentre outros motivos, porque a relação entre Estado e capital é marcada por sofisticados *lobbies*, capazes de direcionar os investimentos públicos no processo de urbanização. Tanto os investimentos feitos na provisão de infraestrutura básica, quanto os relacionados aos equipamentos urbanos são utilizados pelo capital imobiliário como mecanismos de valorização.

Assim, a soma das pressões realizadas pelos representantes dos interesses políticos e econômicos locais predominantes (proprietários de terras, usineiros e mercado imobiliário, no caso de Campos dos Goytacazes) com o histórico social e econômico de fragilidade da Administração Pública faz com que as necessidades da população (aqui englobados os jovens, nas famílias) sejam atendidas de forma restrita e pontual, sem um planejamento conjunto dos entes envolvidos.

É preciso tanto diagnosticar os problemas e as potencialidades existentes quanto buscar a melhoria das condições constatadas (JACOBS, 2011).

Os elevados investimentos públicos no setor de habitação se devem a diversos fatores que vão desde sua importância enquanto estratégica política às questões econômicas e sociais. Do que se vê que algumas políticas são implementadas com o intuito de conter a insatisfação da classe dominada, que vive sob a égide de um modelo econômico desigual e excludente (OLIVEIRA, 2009).

Outras políticas são implementadas como forma de inserir o país no circuito globalizado por meio da construção de grandes projetos de infraestrutura urbana. Com as obras, alimenta-se o mercado interno, favorecendo as indústrias do setor, gerando empregos e dinamizando a economia.

Por vezes, as políticas habitacionais são criadas como forma de conquistar votos, a partir de práticas clientelistas fortalecidas por insistente publicidade dos

programas, o que gera grande impacto social e político. O Programa Morar Feliz, por exemplo, que será explorado ao longo do Capítulo 04, foi ventilado no período de campanha política da então candidata à prefeita Rosinha Garotinho.

Noutra trilha, as políticas no setor de habitação podem ainda ser implementadas como uma tentativa de amenizar a crítica situação urbana, caracterizada pela expansão e adensamento desordenados, déficit habitacional e favelização.

Independentemente dos interesses que as motivam, a forma como essas políticas vêm sendo implementadas, em muitos casos, não condiz com uma política de ordenamento territorial que permita à população alvo do processo de intervenção usufruir da cidade. Isso porque a construção dos conjuntos habitacionais ocorre em áreas distantes dos centros urbanos, desprovidas de infraestrutura básica. Soma-se a isso o fato de que essas políticas quase sempre optam pela remoção, em detrimento da elaboração de projetos e obras de urbanização de favelas. Isso porque há um abandono dos poderes públicos nas favelas, com poucas preocupações com as políticas de intervenção e/ou urbanização (VALLADARES, 2005), materializado em poucas estratégias de inserção e, mais, abstenção do Estado. Faz-se uso inclusive da violência e da repressão. Para a população não resta outra opção, senão abandonar suas casas e seus referenciais espaciais e simbólicos<sup>14</sup>.

De acordo com Leal e Costa (2012), a remoção deveria ser a última opção, adotada somente em casos que a melhoria das condições do espaço já ocupado não é possível.

Constata-se que a luta por moradia é algo que atravessa as gerações e as experiências de vida. Os jovens de hoje continuam enfrentando um problema que já foi enfrentado por seus pais e avós. Assim, o acesso à moradia digna é condição básica de cidadania e meio de correção de injustiças históricas (SILVA, 1995).

Vivem e reproduzem a situação de pobreza herdada de seus ascendentes, fruto de uma sociedade marcada pela falta de proteção e promoção social, que fomenta a reprodução do mosaico da desigualdade social.

---

<sup>14</sup> Formalmente, a Constituição Federal de 1988, especialmente em seus artigos 182 e 183, ao estabelecer os princípios da função social da cidade e da propriedade, apresenta uma alternativa. De acordo com Azevedo (2007), a importância maior da Constituição talvez tenha sido instituir a função social da propriedade como direito subjetivo, ao criar a usucapião especial urbana, que possibilitou a permanência da população em áreas ocupadas. Para o autor, o texto foi “verdadeiro divisor de águas na forma de representação e de enfrentamento concreto do problema das favelas do país” (CARDOSO, 2007, p. 229).

Ser jovem no Brasil contemporâneo é estar imerso em uma multiplicidade de identidades, posições e vivências, seja por opção ou por origem (POLÍTICA..., 2006). Daí a importância do reconhecimento da existência de diversas juventudes no país, compondo um complexo mosaico de experiências que precisam ser valorizadas no sentido de se promover os direitos dos jovens, especialmente o da moradia que garanta o direito à cidade, dados seus reflexos no presente e nas perspectivas de futuro desses jovens.

Cada juventude pode reinterpretar à sua maneira o que é ser jovem, contrastando-se não apenas em relação às crianças e adultos, mas também em relação às outras juventudes. Assim é necessário que haja conquista de espaço e reconhecimento social.

Viu-se, neste capítulo, que a história do Brasil foi marcada pelo êxodo rural, gerando uma forte ocupação urbana com as famílias vindas do interior e se instalando principalmente em morros e alagados. Nesse período, o governo implementou algumas políticas contra a pobreza, entre elas, várias medidas de remoções das áreas centrais e mais valorizadas da cidade, deslocando as famílias dos jovens pobres para as periferias. Já nos anos 80, a juventude teve um papel determinante nas lutas em defesa da democracia e colaborou na construção da Constituição de 1988.

Os jovens (con)vivem com a desigualdade social, a rigidez e seletividade do mercado capitalista, o modelo de políticas públicas compensatórias e com a exclusão social. Como diz José de Sousa Martins, “essa população sobrando não sofre apenas a carência de bens materiais, sofre também a carência de direitos, de possibilidades, de esperança” (MARTINS, 1999, p. 89).

Morar em um bairro periférico significa vivenciar de forma intensa as refrações da questão social geradas pelo capitalismo contemporâneo. Dessa forma, a dinâmica socioespacial interfere nas experiências socioculturais e nas interações que os jovens pobres realizam com o outro e com as instituições (MENDES; CASSAB, 2011).

As políticas habitacionais evidenciam uma dualidade contraditória: mostram aos beneficiários uma imagem redistributiva, enquanto, paralelamente, desempenham um papel de inalteração em prol das classes dominantes, mantendo as desigualdades e legitimando a ordem estabelecida.

Esta realidade é visualizada nos mapas e nos indicadores sociais. É uma situação emergente da política neoliberal, do império dos mercados globalizados, transnacionais, que prioriza os capitais e secundariza os sujeitos sociais,

principalmente os mais pobres. Nesse cenário, tem-se o segmento juvenil pobre, que se encontra no limiar da fase adulta e necessita de oportunidades para fazer essa passagem de forma digna. Não deve ser considerado “coisa supérflua”, desfilado para o mundo atual.

Com efeito, numa sociedade como esta, a casa não deve ser concebida como meio de (mais) enriquecimento dos donos do capital. Ela é uma forma de inserção, de integração e de estabelecimento de redes de sociabilidade do jovem durante a sua existência social.

Especialmente em relação ao direito de moradia do jovem pobre, há um abismo existente entre a realidade social e os direitos consagrados na legislação; entre os valores proclamados pela sociedade e a prática que os nega.

Compreender as práticas, os vínculos sociais, os desencantos e os desejos dos jovens (especialmente dos jovens pobres), exige uma análise contextualizada das ações sociais e o mapeamento (objetivo e subjetivo) dos (des) encontros com a cidade (SILVA; SCHIPPER, 2012).

### **3 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES: INTEGRAÇÃO, SEGREGAÇÃO E EXCLUSÃO**

O presente capítulo realiza uma síntese sobre a formação histórico-territorial da cidade de Campos dos Goytacazes. Examina a atuação do poder público municipal ao longo dos anos e seus reflexos na elaboração dos planos diretores, da legislação de regulamentação do uso do solo e de regência do espaço público. Evidencia as contradições na espacialidade urbana do município, as dicotomias centro-periferia e as desigualdades socioespaciais no tecido urbano.

Para compreender o processo de formação de uma cidade, é preciso analisar a ação dos diferentes agentes que produzem o espaço urbano e identificar quais os interesses que os motivam. É essencial observar as relações sociais desenvolvidas em um determinado espaço e examinar de que modo elas influenciam os contornos desse espaço. Para que se democratize o direito à propriedade e o direito à cidade (atuais privilégios da minoria), a apropriação coletiva do espaço urbano deve ser prioridade para o Poder Público.

Para construir a reflexão a respeito dos territórios e das circulações dos jovens pobres na cidade de Campos dos Goytacazes, é preciso apresentar primeiramente informações indispensáveis sobre o município.

Por unidade de análise escolheu-se o perímetro urbano do distrito sede de Campos dos Goytacazes/RJ. Situado na região Norte do Estado do Rio de Janeiro (Mapa 01), o município de Campos dos Goytacazes, segundo Censo Demográfico IBGE 2010, possui 463.731 habitantes, sendo 418.725 residentes na zona urbana, o que representa 90,2%<sup>15</sup>. É o maior município do Estado em extensão territorial, com área de 4.026 Km<sup>2</sup>. Do total de habitantes, 118.954 são jovens de quinze (15) a vinte e nove (29) anos, o que representa 26%, número que evidencia considerável expressividade demográfica. Desses jovens, 63.039 (53%) se autodeclararam negros, segundo o Censo Demográfico IBGE 2010 (CORTES; SIQUEIRA; MENDES, 2016).

A escolha originou-se a partir da observação da distribuição da malha urbana, que revela marcante desigualdade socioespacial, o que tem sido analisado em um

---

<sup>15</sup> Segundo o IBGE, a população estimada em 2021 é de 514.643 pessoas.

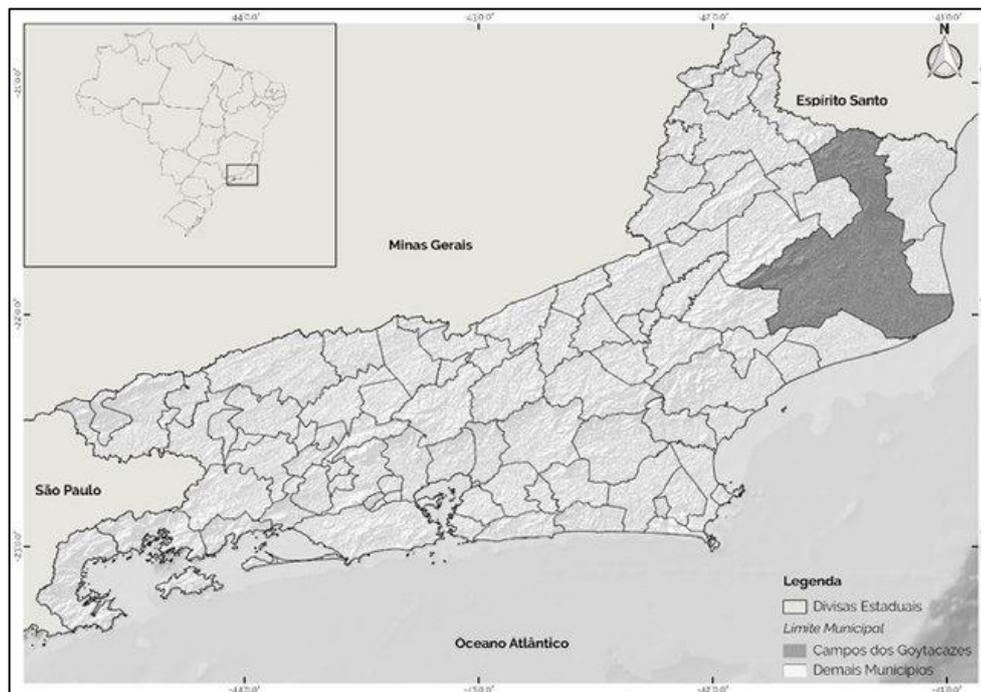
Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/panorama>. Acesso em 06 set.2021.

grande número de pesquisas, estudos, dissertações e teses. Segundo Cruz (2006), Campos dos Goytacazes é marcada por desigualdades sociais, pobreza e miséria.

Para Pinheiro (2018), a presença de instituições de ensino tem possibilitado um crescimento na produção acadêmica sobre diversos aspectos e contribuído para o conhecimento da realidade campista, sobretudo para se pensar a cidade em termos mais amplos nos contextos local, regional e nacional. Vê-se que a estrutura urbana da cidade de Campos dos Goytacazes possibilita o estudo empírico do processo de capitalização do espaço urbano e da atuação dos atores públicos e privados na construção do espaço.

As delimitações geográficas atuais do município em questão podem ser observadas no mapa representado pela Figura 1.

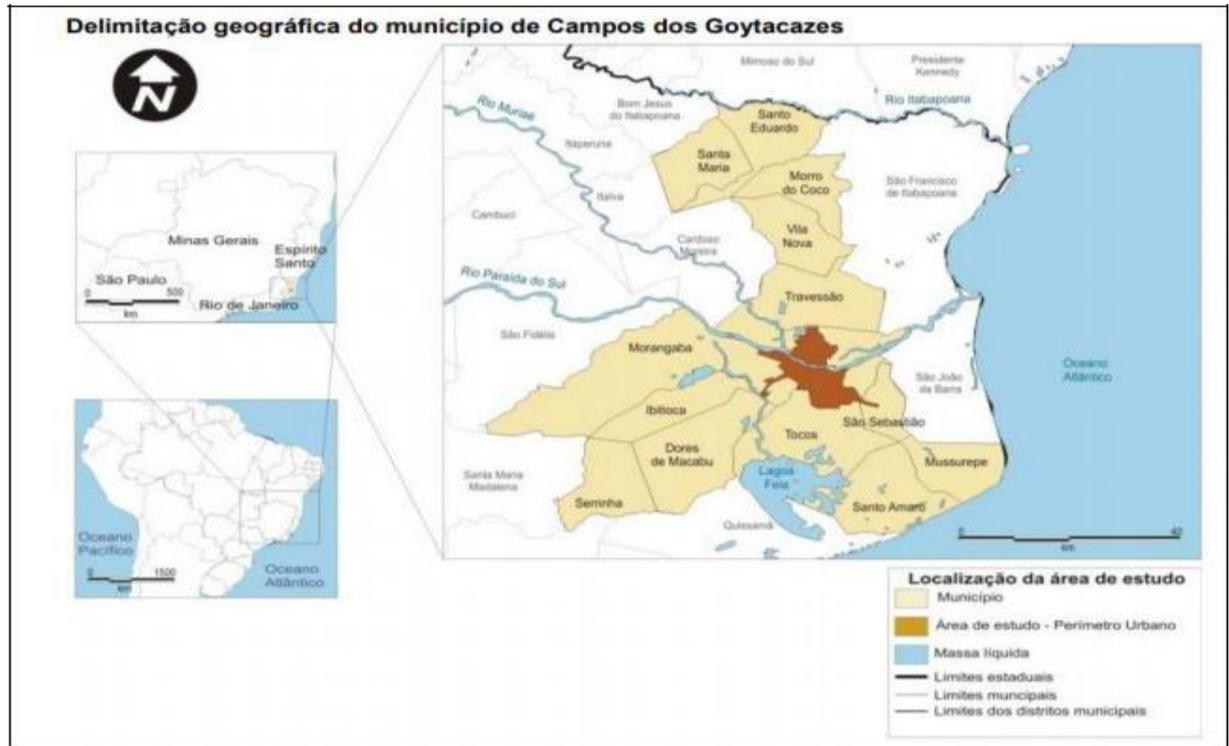
Figura 1: Mapa do Município de Campos dos Goytacazes no Estado do Rio de Janeiro



Fonte: AZEVEDO; HELLEBRANDTI; DOS SANTOS; PANZA (2019).

Na Figura 2, observa-se o mapa do município de Campos dos Goytacazes. Apresenta as divisões político-administrativas, isto é, as delimitações e conformações distritais, com destaque para a área de estudo desta tese.

Figura 2: Mapa contendo a divisão político-administrativa do Município de Campos dos Goytacazes



Fonte: TERRA (2007) *apud* FREITAS (2011).

Os bairros centrais são, em sua maioria, locais de moradia das classes mais abastadas, enquanto os bairros mais distantes são povoados pelos pobres. A segregação social ganha contornos espaciais. A figura 3 mostra a divisão em bairros do Distrito sede.



da cidade pelos mais pobres. Estigmatizados como periferia, representam a negação ao direito à cidade e às facilidades que ela fornece ao cotidiano da vida urbana.

Ao longo dos anos, constata-se que o cenário urbano vem sofrendo intervenções tanto pelo Poder Público nos setores habitacional e viário, por meio de construção de moradias populares e vias públicas, quanto pela iniciativa privada, com a construção de condomínios fechados verticais e horizontais.

Neste trabalho já se demonstrou que a organização do espaço não é, de forma alguma, um resultado ocasional. Assume a condição de informar e representar os determinismos de cada tipo e de cada período da organização social, retratando os momentos históricos de uma sociedade. Analisar o espaço enquanto expressão da estrutura social resulta, conseqüentemente, em estudar sua modelagem pelos elementos do sistema econômico, do sistema político, bem como pelas combinações e práticas sociais que ocorrem nele.

Para melhor compreender o processo de formação da cidade de Campos dos Goytacazes, é preciso que se faça uma análise histórica. Para tanto, recorreu-se especialmente às obras de Feydit (1979), Sousa (1985) e Nunes (2003).

O município de Campos dos Goytacazes teve sua origem com a ocupação do território pelos índios goitacazes. Em 1536, por meio da Carta de Doação datada de 28 de agosto daquele ano, a planície Goytacá passou a fazer parte da capitania doada a Pero de Góis da Silveira, denominada Capitania de São Tomé, logo rebatizada como Capitania do Paraíba do Sul. O processo de colonização começou a se processar de modo efetivo a partir de 1627, com a doação do território aos chamados Sete Capitães. Na ocasião o Governador-Geral, Martin Corrêa de Sá, incentivou a construção de currais próximos à Lagoa Feia e à Ponta de São Tomé, com o objetivo de ocupar o território por meio do desenvolvimento da pecuária.

Em 1652, ocorreu a instalação do primeiro engenho de açúcar na região, marcando o início dessa importante atividade econômica. Em 29 de maio de 1677, foi fundada a Vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes.

Em Campos dos Goytacazes, os jesuítas e beneditinos foram mediadores entre o homem branco e os índios, dadas as diferenças culturais, a exemplo do que ocorreu na colonização do Brasil com a chegada dos portugueses em 1500. Entretanto, isso não bastava para a ocupação territorial, vez que os conflitos ocorriam também entre os homens brancos, que se dividiam entre os herdeiros dos sete capitães que haviam recebido terras para a instalação de currais na Lagoa Feia e na Ponta de São Tomé,

os colonos arrendatários de sesmarias e os representantes da Coroa Portuguesa, fato que incentivou a retomada do controle das terras pela Coroa em 1752, e já em 1833 a Vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes passou a ser comarca. As vilas se caracterizavam como território de maior aglomeração de pessoas e, por isso, recebiam a instalação de símbolos de aglomeração, tais como a Igreja, a Casa de Câmara, a Cadeia e o Pelourinho, ou ainda símbolos do poder econômico e de distinção social, como os solares dos senhores de engenho e de terras.

Com o advento da independência, muitas vilas passaram à categoria de cidades, dentre elas Campos dos Goytacazes, que em 28 de março de 1835, por meio da Lei Provincial nº 06, deixou de ser a Vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes para se tornar a cidade de Campos dos Goytacazes (SOUSA, 1985, p. 14-15):

Joaquim José Rodrigues Torres, Presidente da Província do Rio de Janeiro – Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembleia Legislativa Provincial Decretou, e Eu Sancionei a Lei seguinte: Art. 1º - A Vila Real da Praia Grande, Capital da Província do Rio de Janeiro e elevada a categoria de Cidade, com a denominação de Niterói; Art. 2º - Ficam igualmente elevadas a mesma categoria a Vila de São Salvador dos Campos, com a denominação de Cidade de Campos dos Goytacazes e a Vila da Ilha Grande com o nome de Angra dos Reis. Mando portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteira como nela se contém. O Secretário desta Província a faça imprimir, publicar e correr. Dado no Palácio do Governo da Província do Rio de Janeiro aos vinte e oito dias do mês de março do ano de mil oitocentos e trinta e cinco, décimo quarto da Independência, e do Império. – Joaquim José Rodrigues Torres.

Com a mudança de *status* das vilas para cidades, formaram-se os centros urbanos brasileiros, que foram se consolidando após a ruptura com o passado colonial e com o processo de modernização das cidades, ocorrido no fim do século XIX.

Esse processo foi necessário para a melhoria das condições precárias de salubridade das vilas, para o fortalecimento das funções administrativas e para um maior investimento no espaço urbano com intervenções do Poder Público, que mudaram a configuração da antiga vila.

Em 1837, o aparecimento da ferrovia facilitou a circulação, transformando o município em centro ferroviário da região. As estradas de ferro têm relevante papel no processo de expansão da cidade, pois apesar de terem sido instaladas para escoar a produção e facilitar o acesso dos povoados à cidade, nos arredores do percurso da

estrada de ferro foram instaladas moradias, fato que propiciou a extensão do perímetro urbano nos anos que se seguiram e que, anos mais tarde, gerou uma estrada asfaltada vicinal (Estrada do Açúcar) e uma rodovia federal (BR 101).

Dentre as benfeitorias realizadas em Campos dos Goytacazes, tem-se a iluminação das ruas principais do centro da cidade com gás hidrogênio (1872); a circulação de bonde com tração animal (1875); a instalação da primeira central elétrica municipal da América do Sul (1883), ato que contou com a presença de D. Pedro II, em sua quarta visita à baixada campista (o que demonstra o prestígio da cidade no cenário nacional); instalação de uma linha telefônica (1894); bem como melhorias nas instalações de esgoto, construção de estradas de ferro e de canais (FEYDIT, 1979).

Tantos investimentos aconteceram porque um dos objetivos do projeto de modernização das cidades, implementado após a independência, era a melhoria de comunicação entre as vilas para beneficiar o escoamento da produção regional.

Como Campos dos Goytacazes ocupava a posição de maior centro produtor do Norte Fluminense, tais investimentos foram feitos no espaço urbano da cidade.

Uma análise sobre a formação histórico-territorial do município de Campos dos Goytacazes demonstra que as dinâmicas regionais do Norte Fluminense projetaram o município não apenas no âmbito da região, mas também - numa escala mais expandida - no cenário nacional.

É de grande importância compreender as origens e o processo de formação das elites locais, cujas ações (e omissões) repercutem nos desenhos do espaço urbano da cidade, que conta com as mais diversas formas de contradições e de desigualdades. Dotadas de proeminência econômica, as elites locais exerceram grande influência política nos governos municipal, estadual e federal. Por vezes, mais do que influência, era essa elite que, em diversos momentos, ocupava cargos de mando (ALVES, 2009).

A grande riqueza de Campos dos Goytacazes no século XIX pode ser creditada à expansão da produção açucareira, inicialmente apoiada nos engenhos a vapor, mais tarde substituídos por usinas. Em 1875, a região contava com 245 engenhos de açúcar.

O destaque da cidade no cenário nacional foi ampliado com a modernização do parque industrial local e o aumento da produção em razão da substituição dos engenhos a vapor por usinas de cana de açúcar, dotadas de máquinas mais modernas. Os engenhos a vapor haviam impulsionado a economia e expandido a

produção açucareira; entretanto, não acompanharam o desenvolvimento das formas de produção e foram adquiridos por famílias migradas de outras regiões do país.

Os compradores investiram em novos equipamentos de produção, novas técnicas de fabricação do açúcar e na elevação da capacidade produtiva do setor. O aumento da produção exigia maior quantidade de matéria-prima e esse fato favoreceu a concentração de terras da região nas mãos dos usineiros, que passaram a comprar as terras dos antigos proprietários de engenhos a vapor que já se encontravam descapitalizados e sem condições financeiras de competir com as usinas. Dessa forma, lhes restavam duas novas opções de angariar recursos financeiros: vender as terras para os usineiros ou fechar os engenhos e passar a se dedicar à plantação de cana de açúcar, a fim de manterem seu sustento com o fornecimento de matéria-prima para as usinas.

Constata-se que a concentração de terras nas mãos dos usineiros ocorreu por duas vias: aquisição de grandes propriedades de terras dos donos de engenho a vapor e também pela aquisição das terras dos pequenos e médios fornecedores de cana que existiam na região. Embora a concentração de terras nas mãos dos usineiros tenha acarretado consequências futuras na formação do espaço territorial campista, é de grande importância a construção do novo parque industrial, promovida pelas usinas, que, de forma reflexa, impulsionou o comércio local e favoreceu o desenvolvimento da região (FEYDIT, 1979).

Em 1902, o sanitarista Saturnino de Brito projetou uma nova intervenção na cidade, baseado nos lemas de ordem e progresso, tendo por meta a higienização e o saneamento público da cidade. Cortiços foram retirados da área central, o que alterou a arquitetura da cidade e a configuração social do espaço, tendo possibilitado que o mercado imobiliário se expandisse no Centro. Sob influência da elite local (formada por usineiros detentores de grandes extensões de terra e pela burguesia que atuava no comércio), a Administração Municipal sucumbiu às pressões, em detrimento do interesse coletivo (NUNES, 2003).

Com a execução do mencionado projeto de Saturnino, o espaço central, existente desde quando a cidade era apenas uma vila, foi modificado pelo investimento público em obras de embelezamento, como a instalação de um chafariz na praça São Salvador (Figura 4), que já continha um belo jardim; obras de ampliação de vias públicas como as ruas Formosa e 21 de Abril, dentre outras benfeitorias urbanas, além das obras privadas, capitaneadas pelo mercado imobiliário.

Figura 4: Praça São Salvador. Chafariz Belga inaugurado no dia 11 de outubro de 1906



Fonte: GONÇALVES (2017).

Nas décadas de 1920 e 1930, foram realizadas intervenções, com o objetivo de embelezar a cidade e ampliar os espaços centrais. Houve a expansão da cidade para o lado oeste, com a construção da Praça do Liceu, da Estação Leopoldina e do prolongamento da Avenida Alberto Torres.

Reforçou-se o delineamento do processo de segregação do espaço urbano campista, dado que, a partir dessas intervenções, ambulantes, pobres, andarilhos passaram a ser obrigados a deixar as áreas centrais, buscando nos subúrbios - áreas periféricas subequipadas – seus novos locais de moradia (FREITAS, 2011).

O poder público garantiu a viabilização dos planos urbanísticos através da revisão do Código de Posturas, afastando do centro da cidade vendedores ambulantes e o que destoasse da modelagem de uma cidade moderna, “de incontestável importância cultural, comercial e política e, portanto, possuidora de credenciais que a legitimavam como centro da política fluminense” (ALVES, 2009, p. 105).

Constata-se a relação entre a economia e as transformações na paisagem urbana. Distintos estilos arquitetônicos marcaram o espaço urbano do município de Campos dos Goytacazes e refletiram os ideais de bem-viver, de requinte, de luxo e

de modernidade demandados pelas elites (ou classes hegemônicas) em determinados recortes temporais, sempre em consonância com as dinâmicas capitalistas regionais.

Na administração de Salo Brand (1942-1945), foi realizado o plano urbanístico de 1944, pela empresa Coimbra Bueno, com o objetivo de corrigir os equívocos dos projetos anteriores. Foi definida a nova área central de Campos dos Goytacazes, com a delimitação entre as avenidas Barão de Miracema, Tenente Coronel Cardoso (Formosa), Marechal Floriano e o Rio Paraíba do Sul.

As administrações que sucederam Salo Brand deixaram de executar as previsões do plano urbanístico de 1944, o que comprometeu o crescimento ordenado da cidade e a tornou despreparada para receber o contingente de pessoas que chegava, causado pelo êxodo rural decorrente da crise nas lavouras de café nos anos 1930. Iniciou-se a formação das favelas Tamarindo, Aldeia, Parque Bela Vista e Ururaí, primeiras da cidade (NUNES, 2003).

Em 1979, durante o mandato do Prefeito Raul David Linhares, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Urbanístico e Territorial de Campos, embasado nas normas do Plano de 1944. Teve o objetivo de motivar o desenvolvimento urbano do município, bem como aplicar instrumentos que controlassem o crescimento desordenado da cidade (que já ultrapassava o limite urbano delimitado no Plano de 1944). Também tinha a finalidade de incentivar o crescimento em locais que não configurassem áreas alagadiças (como o entorno dos brejos e lagoas) e reduzir as discrepâncias sócioespaciais da cidade, que evidenciavam a dualidade centro/periferia.

Vê-se que o Plano de 1979 pretendia controlar as áreas de ocupação informal. Para ser efetivo, deveria ser aplicado conjuntamente com outras normas urbanísticas, tais como as leis que previam sobre o Perímetro Urbano; o Zoneamento e Uso do Solo; o Parcelamento do Solo e o Código de Obras.

Nesse período, nota-se o crescimento da cidade ao longo do Rio Paraíba do Sul e ao longo da RJ-216 (liga a sede de Campos dos Goytacazes com a localidade de Farol de São Tomé), no sentido da Avenida 28 de Março (ao sudeste), bem como no sentido da estrada de ferro e da BR 101 (ao norte).

Em 1991 (Lei nº 5.251, de 27 de dezembro de 1991), foi homologado novo Plano Diretor de Campos dos Goytacazes. Teve a finalidade de promover o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade, para a melhoria da

qualidade de vida da população. Buscou reverter o quadro de segregação social “dominante” (artigo 2º), com a integração dos vários setores da administração municipal para efetivar uma política de desenvolvimento urbano e ordenação do território do município.

A Administração Municipal de Campos dos Goytacazes revisou o Plano Diretor então existente. Houve a promulgação da Lei nº 7.972, de 10 de dezembro de 2007, que instituiu o novo Plano Diretor de Campos dos Goytacazes.

As intervenções urbanísticas, embora tenham sido iniciativas do poder público municipal, não foram capazes de produzir expressivos efeitos equalizadores nos processos de expansão urbana. A concentração demográfica urbana, somada à não implantação, na íntegra, dos planos urbanísticos para Campos dos Goytacazes, principalmente, a falta de intervenções concretas nas áreas periféricas, dirigidas às necessidades das camadas mais pobres, reforçam a segregação socioespacial que, associada ao declínio do setor sucroalcooleiro, acentua-se nos anos 1980 (FARIA, 2005).

O histórico do processo de formação da cidade de Campos dos Goytacazes permite compreender as diferenças entre o rural e o urbano e como esses espaços se confundem quando a cidade absorve o campo e muda os valores de uso do solo, contribuindo para a formação de vazios urbanos. A cidade cresceu de forma intensa, porém descontínua, o que privilegiou os agentes sociais do setor imobiliário (GONÇALVES, 2017).

Ao longo do tempo, pelas atividades econômicas exercidas, pela influência das classes dominantes sobre a política, em diversas escalas, bem como em razão das intervenções urbanas que deram à cidade ares de capital, o município se transformou no “centro irradiador e dinamizador” da região Norte Fluminense. Assim, imprimiu uma marca bastante singular, no tempo e no espaço, sobretudo quando comparado às demais cidades que compõem a rede urbana da Região Norte Fluminense (FARIA, 2006).

Totti e Pedrosa (2006) afirmam que a região Norte Fluminense possui um histórico de distribuição de terras desequilibrado. Isso porque imperou na região, desde a gênese de sua formação territorial, a concentração fundiária, na qual um pequeno grupo detinha a propriedade de extensas áreas de terras. Evidencia-se, mais uma vez, a lógica produtiva que se estabeleceu na região desde os tempos coloniais, embasada pelo tripé latifúndio, monocultura e escravidão (FURTADO, 2005). Os

vazios urbanos que existem, em grande proporção, próximos às áreas urbanas centrais da cidade, refletem esse processo histórico (GONÇALVES, 2017).

Segundo Cruz (2006), o padrão de dominação e de desenvolvimento regional hegemônico pelas elites açucareiras faz emergir a questão social do Norte Fluminense como a questão das relações de trabalho no campo, da precarização do mercado de trabalho, da pobreza e da exclusão social.

Em sua atuação, o poder público municipal, com o intuito de atrair investimentos do setor imobiliário, tem moldado os planos diretores e a legislação de regulamentação do uso do solo e de regência do espaço público, direcionando os investimentos, a construção de infraestrutura e os planos de valorização para beneficiar fortemente apenas determinadas áreas urbanas. Isso gera, a um só tempo, segundo Botelho (2007), a valorização dos capitais imobiliários, de modo mais específico, e do próprio capital, de forma mais expandida, de tal maneira que a valorização de áreas urbanas se faz necessariamente a partir do direcionamento de infraestrutura para elas, sem atacar questões centrais, como os vazios urbanos (GONÇALVES, 2017).

Se, por um lado, as ações públicas e privadas empenham-se no sentido da concentração de equipamentos urbanos em áreas valorizadas da cidade de Campos dos Goytacazes, por outro se constata a inexistência ou precariedade desses nas áreas periféricas, o que espacializa o fenômeno da segregação. Para além da dimensão geográfica, a segregação assume um viés social e, ao mesmo tempo, simbólico. Nesse sentido inclina-se Topalov (1979, p. 159):

A segregação espacial requer legibilidade simbólica dos espaços. A concentração espacial das camadas superiores opera uma transformação qualitativa de conteúdo dos equipamentos públicos e dos equipamentos comerciais privados, tornando-os mais seletivos. A especificidade do espaço das camadas superiores é signo de distinção social, participa do sistema de expressão e de reiteração simbólica da hierarquia das situações de classe.

Os grupos sociais excluídos, por sua vez, participam da construção do espaço urbano, seja pela ocupação de áreas e imóveis públicos e privados sem uso, seja pela autoconstrução ou moradia em loteamentos irregulares, provocando um debate entre direito, legitimidade e legalidade, uma vez que há uma clara relação entre essa atuação e a ausência de recursos para a aquisição de imóveis no mercado.

Desassistidos a contento pelo poder público, os pobres em Campos dos Goytacazes, como nas cidades brasileiras, em geral, são privados do integral usufruto do direito à cidade como valor de uso. A segregação socioespacial é a face visível de que a cidade e a vida urbana são possibilidades distantes de realização para a maioria de seus habitantes.

A cidade é experienciada pelos pobres de modo esfacelado e produz uma urbanidade fragmentada. A própria condição de cidadão se reduz à esfera simplista da sobrevivência, dissociando-o da condição de “homem da cidade” (CARLOS, 2013).

Para Alves (2009, p. 148),

As segregações urbanas são mais do que a separação dos diferentes sujeitos no espaço. Seu conteúdo inclui também, sem excluir a separação espacial, privações socioespaciais dos mais diferentes tipos, a saber: negação ou dificuldade de mobilidade física pela precariedade do transporte público e, em muitos casos, pela impossibilidade de pagamento do mesmo. Essa aparente imobilidade física corrobora com a imobilidade social, pois sem ter muitos recursos, o acesso à moradia, por exemplo, se dá no limite da sobrevivência. Como um dos conteúdos da produção do espaço urbano está pautado, ao menos no Brasil, na propriedade privada da terra/solo urbano, a impossibilidade de acesso às áreas com maiores riquezas sociais urbanas, como equipamentos públicos e de serviços (água encanada, tratada e com coleta de esgoto, acesso à energia elétrica, escolas públicas de qualidade, saúde pública de qualidade, áreas verdes, de lazer, cultura e esporte, serviços bancários e outros), obriga as pessoas a morarem em áreas sem esses bens e serviços, que em geral ficam distantes das centralidades já consolidadas, onde, além dessas riquezas sociais, também se concentram e há a possibilidade de empregos.

A falta de intervenções mais incisivas nas áreas periféricas resultou na continuidade e no aprofundamento das contradições na espacialidade urbana do município, acentuando as dicotomias centro–periferia e as desigualdades socioespaciais no tecido urbano do município. Para Mendes (2015), os conjuntos habitacionais construídos nas áreas periféricas da cidade de Campos dos Goytacazes ocupam áreas inadequadas à moradia e desvalorizadas pelo capital imobiliário.

Em Campos dos Goytacazes as diferenças são visíveis na paisagem das áreas centrais e das periféricas da cidade; entre os locais mais valorizados pelo poder público conjugado às iniciativas privadas e as áreas que não oferecem aos agentes imobiliários indícios de lucratividade. Segundo Lefebvre (2004), essas últimas seriam os “campos cegos”, regiões desfavorecidas socialmente e que, por não expressarem o ideal de modernidade que a cidade projeta, tornam-se “invisíveis” às classes hegemônicas e aos gestores públicos.

### 3.1 SOBRE A ATUAL DINÂMICA DA MALHA URBANA DA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Verifica-se que a malha urbana da cidade em estudo é bem centralizada e em constante crescimento. Constata-se verticalização e a busca de aproveitamento máximo do terreno disposto.

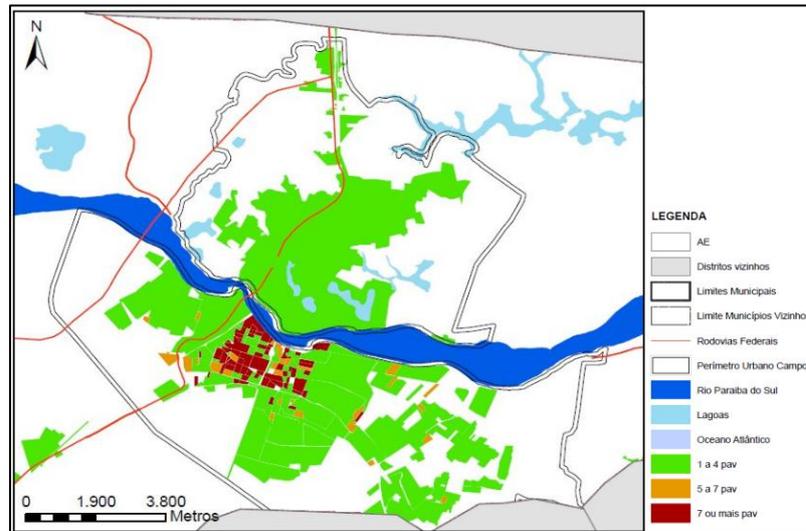
A área central possui o tecido urbano mais adensado da cidade. Corresponde ao centro histórico e aos bairros mais ocupados e mais valorizados de Campos dos Goytacazes.

O Distrito Sede ocupa o maior território urbano da cidade, compreendendo praticamente todo o perímetro urbano considerado pelo Plano Diretor Municipal (PDM 2007) e, por sua vez, concentra a maior parte da população campista.

O solo urbano é ordenado pelos planos urbanísticos que estabelecem a circulação e o zoneamento da cidade, definindo o parcelamento e o uso do solo, que se torna uma mercadoria. A localização determina o seu valor, assim como as formas de ocupação (ABRAMO, 2009 *apud* FARIA, 2011). Nesse contexto, aqueles que não possuem capital não conseguem adquirir terrenos em áreas centrais e/ou privilegiadas. Esse processo faz com que se aprofunde a segregação socioespacial (FARIA, 2011).

A Figura 5 mostra os níveis de verticalização do Distrito Sede. O mapa aponta quadras densamente preenchidas na área central, que possui o maior índice de verticalização e crescimento populacional do município conforme indica a cor vinho, referente aos imóveis que possuem sete pavimentos ou mais, frutos da concentração de ocupação dos espaços próximos ao centro antigo (10000 imóveis) e ao “novo centro”, que é a região da Pelinca (3946 imóveis), segundo informações concedidas pela Secretaria de Fazenda do Município sobre a quantidade de imóveis construídos por bairro (ver Apêndice 1). O adensamento acarreta a supervalorização imobiliária e a saída de moradores com menor renda para as margens do centro urbano.

Figura 5: Mapa de Verticalização do Distrito Sede



Fonte: PINHEIRO E ALIPRANDI (2015).

Quanto aos vetores de expansão urbana (Figura 6), constata-se que o primeiro vetor é na RJ 158- Campos x São Fidélis (em vermelho, sentido noroeste); o segundo vetor inicia na Avenida Nilo Peçanha, em direção à BR 101 (em azul, sentido norte); o terceiro vetor vai da Avenida Alberto Lamego- avenida que passa pela Universidade Estadual do Norte Fluminense- à BR 356- Campos x São João da Barra (em verde, sentido leste); o quarto vetor localiza-se ao longo da Avenida Presidente Kennedy até o final da Avenida 28 de Março (em laranja, no interior da malha urbana central). Além desses quatro, presentes na figura 6, existe ainda um quinto vetor, que se inicia na Avenida Lourival Martins Beda até a RJ-216, estrada que dá acesso à Quissamã e ao Farol de São Thomé e passa por diversos distritos de Campos (sentido sudeste, em direção ao oceano) (ZACCHI, 2012; COUTINHO, 2017). Observe que apenas o segundo vetor é no sentido de Guarus, que se situa na parte norte do município, dividido pelo Rio Paraíba do Sul.

Figura 6: Mapa dos Vetores de Expansão Urbana



Fonte: VIANA (2018).

Trata-se de um espaço urbano cortado por múltiplas diversidades, desigualdades, contradições e paradoxos. Se, por um lado, a extensão territorial do Distrito Sede de Campos dos Goytacazes não é tão grande, relativamente, por outro as distâncias sociais são bem expressivas, se entendermos a dinâmica da cidade em relação a alguns lugares e instituições (BERTOLI, 2013).

#### 4 O ESPAÇO URBANO E O DIREITO À CIDADE: CONJUNTOS HABITACIONAIS DO PROGRAMA MORAR FELIZ, SEGREGAÇÃO E A PERCEPÇÃO DA JUVENTUDE

Este capítulo analisa o Programa Morar Feliz desde a sua instituição. À luz do direito à cidade, problematiza os reflexos da eleição dos locais de construção das casinhas, especialmente quanto à discriminação territorial, à segregação espacial e à injustiça espacial, e como os jovens moradores se percebem nesse contexto.

Repisa-se que o Direito à Cidade será tratado com o sentido que é abordado no Estatuto da Cidade<sup>16</sup>, ainda que se recorra a autores que concebem o Direito à Cidade como algo apenas realizável em um contexto de superação do capitalismo. Aqui se refere à democratização do acesso à mobilidade e aos equipamentos urbanos.

O direito à moradia, alçado ao posto de direito social pela Constituição Federal de 1988<sup>17</sup>, ainda não é uma realidade para muitos brasileiros. Isso porque, no contexto capitalista, o acesso à moradia é viabilizado de acordo com as condições econômicas dos indivíduos. Assim, diante da necessidade de habitação e dada a falta de recursos financeiros suficientes para suprir essa necessidade, muitos indivíduos recorrem às suas próprias soluções, habitando áreas consideradas irregulares e, muitas vezes, em construções precárias.

Com a promulgação da Constituição Federal, as políticas públicas brasileiras passaram a ser descentralizadas<sup>18</sup>. Transferiu-se o poder decisório referente às esferas financeira, administrativa e programática aos municípios ou entidades e órgãos locais (MELO, 1996). Portanto, a União delegou parte da autonomia, do poder de decisão e da responsabilidade com as questões sociais.

---

<sup>16</sup> Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.

<sup>17</sup> No Brasil, o direito à moradia passou a ser garantido enquanto um direito social a partir da Emenda Constitucional nº 26/2000, que alterou o teor do artigo 6º da Constituição Federal.

<sup>18</sup> Para saber mais: ARRETCHE, Marta. **Mitos da descentralização**: maior democracia e eficiência nas políticas públicas? Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 11, n. 31, p. 44-66, São Paulo: 1996. Disponível em: [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_31/rbcs31\\_03.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_31/rbcs31_03.htm). Acesso em 26 mar. 2020.

Nesse contexto, a questão habitacional passou também a ser de competência de Estados e Municípios, sendo esses responsáveis por criar e gerir seus próprios programas habitacionais. Logo, o processo de descentralização política foi uma mola propulsora para o surgimento de diversos programas municipais de habitação social no Brasil. O discurso da casa popular integrou/integra a agenda de diversos governos, embora, em muitos casos, deslocado de um sentido profundo de reforma urbana.

O Poder Público de Campos dos Goytacazes vem, desde então, fomentando ações para o enfrentamento da problemática habitacional. Até a criação do Morar Feliz, diversos programas habitacionais foram instituídos pelo poder público local, quais sejam: “Pode entrar que a casa é sua” (1989); “Vale construção” (1991); “Cada família tem seu lote” (1991); “SOS habitação” (1993); “Comunidade Legal” (2000) e “Casa Nova” (2007).

Instituído pelo Decreto Municipal nº 055/2011, o programa de habitação popular municipal denominado “Morar Feliz” tem por objetivo realocar as famílias que residem em zonas de risco (como por exemplo, encostas de rios e lagoas e rodovias) para os conjuntos habitacionais construídos a partir de 2010<sup>19</sup>. Cabe aqui destacar que, segundo Arruda (2013), antes da publicação do decreto, ocorrida em 2011, o programa já estava em fase de elaboração.

Pode-se conceituar conjunto habitacional como um aglomerado de casas numa determinada região com características em comum na construção, geralmente pertencente a programas sociais de habitação (BONDUKI, 1998).

Como predito, a edificação de moradias por meio de políticas públicas habitacionais tem se concretizado no contexto brasileiro, inclusive em cidades de porte médio. É o caso de Campos dos Goytacazes, que, com a criação do programa

---

<sup>19</sup> O decreto estabelece os critérios e o perfil dos beneficiários das habitações.

De acordo com o Art. 3º do Decreto nº 055/2011, de 25/02/2011:

Art. 3º - Para concessão das casas de que trata este decreto serão priorizadas, na ordem que se segue, as famílias que se encontrem:

I - ocupando moradias irregulares em áreas de risco devidamente comprovadas por laudo emitido pela Defesa Civil Municipal;

II - vulneráveis socialmente, devidamente comprovadas através de relatório socioassistencial emitido por técnico da Secretaria Municipal da Família e Assistência Social;

III - oriundas do Programa SOS Habitação e que não tiveram seus imóveis recuperados, após devida análise sócio assistencial feita por um técnico da Secretaria Municipal da Família e Assistência Social.

§ 1º - Haverá reserva de 10% (dez por cento) das casas a serem entregues para as pessoas portadoras de necessidades especiais e aos idosos com mobilidade reduzida.

§ 2º - É vedada a concessão de outra casa a qualquer membro de família que já tenha sido contemplada pelo programa de que trata este decreto, inclusive àquelas beneficiadas com a reserva prevista no parágrafo 1º deste artigo.

habitacional municipal “Morar Feliz”, se propôs a construir e ofertar dez mil casas populares às famílias e indivíduos que viviam em áreas de risco e/ou de vulnerabilidade social.

De acordo com Azevedo, Timóteo e Arruda (2013), o município lançou o Programa Morar Feliz como estratégia para a redução do déficit habitacional, que expressava, segundo dados do IBGE publicados em 2008, a carência de cerca de 11.000 UH.

Vê-se que o programa foi alardeado pelo poder público municipal como uma política socioassistencial hábil a promover além de moradias, acesso aos serviços públicos, combate à pobreza e cidadania.

O programa em questão construiu e concedeu, até 2012, 5.426 casas populares, conforme ilustra a tabela 1. Foram realizados investimentos da ordem de R\$ 357 milhões até 2012, em sua primeira etapa (GOMES, 2015). Foram catorze conjuntos habitacionais localizados em dez bairros do município, “com a construção de 206 ruas, galerias de água e esgoto, implantação de projeto paisagístico e iluminação pública, tendo alcançado mais de 22 mil pessoas” (GOMES, 2015). Havia previsão de construir mais 4.574 até 2016, totalizando 10.000 unidades habitacionais, o que não se concretizou, conforme demonstra a Tabela 2<sup>20</sup>, informação confirmada em entrevista realizada com servidor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social (SMDHS).

---

<sup>20</sup> Cabe aqui destacar que o programa foi o “carro-chefe” da campanha eleitoral de Rosinha Garotinho, então candidata à prefeita. A previsão era de que as 10.000 casas fossem construídas e entregues na sua primeira gestão (2009-2012). Entretanto, até o final do primeiro mandato foram entregues 5.426 unidades habitacionais. Ao ser reeleita, em 2012, prometeu construir as 4.574 casas restantes até o final de 2016, quando terminou o segundo mandato da prefeita.

Tabela 1: Conjuntos Habitacionais – Morar Feliz - 1.ª Etapa (2010-2012)<sup>21</sup>

CONJUNTO	NÚMERO DE CASAS ENTREGUES
Parque Prazeres I	250
Parque Prazeres II	164
Novo Eldorado I	348
Novo Eldorado II	936
Novo Eldorado III	140
Santa Rosa (Rio Branco)	598
Parque Aldeia	502
Lagoa das Pedras	100
Tapera I	380
Tapera II	418
Novo Jockey	934
Penha	370
Travessão	100
Esplanada	186
Total: 14 Conjuntos (10 bairros)	Total: 5 426 casas

Fonte: DUTRA (2015).

Tabela 2: Conjuntos Habitacionais entregues – Morar Feliz – 2ª Etapa (2012-2014)<sup>22</sup>

CONJUNTO	NÚMERO DE CASAS ENTREGUES
DORES DE MACABÚ	30
PONTA GROSSA	84
SATURNINO BRAGA	90
URURÁ I	392
Total: 596	

Fonte: DUTRA (2015).

<sup>21</sup> DUTRA, Pollyana Lopes. **Programa Habitacional Morar Feliz em Campos dos Goytacazes: análise da percepção dos beneficiários sobre as suas novas condições de moradia.** 2015. 208 f.. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Campos dos Goytacazes-RJ, 2015. Disponível em: <<http://uenf.br/pos-graduacao/sociologia-politica/files/2013/03/DISSERTA%C3%87%C3%83O-POLLYANA-LOPES-DUTRA-SOCIOLOGIA-POL%C3%8DTICA-PPGSP-CCH-UENF.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

<sup>22</sup> DUTRA, Pollyana Lopes. **Programa Habitacional Morar Feliz em Campos dos Goytacazes: análise da percepção dos beneficiários sobre as suas novas condições de moradia.** 2015. 208 f.. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Campos dos Goytacazes-RJ, 2015. Disponível em: <<http://uenf.br/pos-graduacao/sociologia-politica/files/2013/03/DISSERTA%C3%87%C3%83O-POLLYANA-LOPES-DUTRA-SOCIOLOGIA-POL%C3%8DTICA-PPGSP-CCH-UENF.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

O Morar Feliz foi propagandeado como o maior programa habitacional já desenvolvido por um município no Brasil (AZEVEDO; TIMÓTEO; ARRUDA., 2013; BARBOZA e MALAGOLI, 2017).

Não existe no Brasil nenhum município com programa de habitação tão audacioso quanto o Programa Morar Feliz, implementado em Campos. Não existe no país casas populares com este padrão de qualidade. Além de estar retirando 5.100 famílias de moradias insalubres, em locais de risco, a Prefeita Rosinha está cuidando de cada membro dessas famílias. As mudanças realizadas pela Defesa Civil são acompanhadas por assistentes sociais e a prefeita já determinou que, assim que todas as casas estiverem concluídas e ocupadas pelas famílias cadastradas, que sejam implantados Núcleos de Assistência Social para acompanhamento de todos. (PMCG, 2011)<sup>23</sup>.

A Prefeita Rosinha Garotinho, que exercia mandato à época, fazia questão de ressaltar que os recursos empregados na construção dos conjuntos eram provenientes apenas dos cofres públicos municipais, como anunciado durante a inauguração de um conjunto habitacional:

Estamos entregando estas casas para quem realmente precisa. Estamos completando hoje, a entrega de 2.810 casas do Programa Morar Feliz. São casas construídas com o dinheiro de royalties da prefeitura, sem ajuda de outros governos. (PMCG, 2011. Grifo nosso).<sup>24</sup>

Cabe aqui atentar para o fato de que este discurso realizado em dezembro de 2011 já evidenciava que as metas anunciadas no início de governo não vinham sendo cumpridas em sua totalidade.

Segundo matéria veiculada no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes em 10 de outubro de 2016<sup>25</sup>,

Campos é a cidade que tem o maior programa habitacional desenvolvido por prefeituras no Brasil. Trata-se do Programa Morar Feliz, que contemplou cerca de 32 mil pessoas que moravam em situação vulnerável e em áreas de risco, em moradias insalubres, nas margens de lagoas, do Rio Paraíba do Sul, nas margens da ferrovia e de rodovias federais que cortam o município.

Entrevistas realizadas com gestores públicos que fizeram parte da implantação do Morar Feliz conduzem a algumas compreensões sobre a efetivação do programa:

1) havia um conflito de interesses entre os agentes públicos que participaram do planejamento do Plano Diretor; 2) as empresas privadas responsáveis pelos Estudos

<sup>23</sup> Disponível em [http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\\_noticia=5988](http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=5988). Acesso em: 22 jun. 2020.

<sup>24</sup> Disponível em [http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\\_noticia=10786](http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=10786). Acesso em: 22 jun. 2020.

<sup>25</sup> Disponível em [https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\\_noticia=37854](https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=37854). Acesso em: 20 mar. 2020. Observe que a matéria já não utiliza mais o termo “dez mil habitações”, antes veiculada nas campanhas eleitorais e nos discursos.

de Impacto de Vizinhança propuseram alterações na legislação municipal de parcelamento do solo, de acordo com os interesses dos gestores (o que foi acatado e promulgado); e, 3) houve, nas palavras do gestor, um conluio, movido pelo interesse político de construir 10 mil casas (BARBOZA, 2019).

Em 2013, o Morar Feliz ganhou o prêmio Selo de Mérito nas categorias Relevância Social e Grande Impacto Regional da Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públicos de Habitação, conforme matéria veiculada em 14 de julho de 2013 pelo Jornal Folha da Manhã on line<sup>26</sup>.

As ações foram realizadas através de parcerias estabelecidas entre as diversas secretarias do município<sup>27</sup>: a Secretaria de Obras e Urbanismo atuou na realização da

<sup>26</sup> Disponível em [http://www.folha1.com.br/\\_conteudo/2013/07/geral/635294-morar-feliz-obra-por- agora-so-em-ururai.html](http://www.folha1.com.br/_conteudo/2013/07/geral/635294-morar-feliz-obra-por- agora-so-em-ururai.html). Acesso em: 23 mar. 2020.

<sup>27</sup> O respaldo legal para a estratégia intersetorial foi o artigo 4º do Decreto nº 055/2011, de 25/02/2011. Destaca-se que a atuação da Secretaria de Obras e Urbanismo não está prevista no instrumento legal. Art. 4º - O procedimento para concessão das casas pautar-se-á na intersetorialidade entre a Secretaria Municipal de Família e Assistência, Defesa Civil Municipal, Empresa Municipal de Habitação – EMHAB e Secretaria Municipal de Governo, cabendo a:

I - Secretaria Municipal de Família e Assistência Social:

- a) coordenar o programa de que trata este decreto, devendo proceder às visitas domiciliares para a análise socioassistencial das famílias com o perfil descrito no art. 3º;
- b) proceder a análise, por meio de Assistentes Sociais, da possibilidade de inclusão das famílias no programa;
- c) efetuar a marcação das casas a serem concedidas e posterior aplicação do Formulário de Levantamento socioeconômico-habitacional;
- d) celebrar com o beneficiário o Termo de Permissão de Uso, nos termos do anexo único deste decreto;
- e) formar e manter o CRAS itinerante, o qual fará o acompanhamento sistêmico das famílias beneficiárias;
- f) capacitar os agentes sociais e os estagiários bolsistas do Município, que entrevistarão as famílias no interior dos condomínios residenciais, sempre acompanhados de um assistente social;
- g) proceder a inclusão das famílias beneficiárias em programas socioassistenciais públicos e/ou da Rede de Proteção Social, co-financiados pelo Município;
- h) efetuar reuniões periódicas com as famílias beneficiadas antes, durante e após a entrega das moradias, como forma de mensuração dos impactos obtidos com a política habitacional criada;
- i) providenciar a apresentação de temas, através de palestras educativas, como higiene e limpeza, meio ambiente, uso correto da pia e vaso sanitário, preservação do imóvel, dentre outros assuntos correlatos.

II - Defesa Civil Municipal:

- a) emitir laudo de avaliação de risco iminente, procedendo o posterior envio à Secretaria Municipal de Família e Assistência Social;
- b) proceder a retirada, em caráter emergencial, das famílias que se encontrem em áreas de risco iminente;

III - Empresa Municipal de Habitação - EMHAB:

- a) identificar as áreas a serem desapropriadas para construção dos condomínios residenciais populares;
- b) efetuar a construção de áreas de uso comum, bem como de um escritório de campo;
- c) fiscalizar as famílias beneficiárias no que tange a conservação do imóvel concedido.

IV - Secretaria Municipal de Governo:

- a) articular com os Órgãos Municipais a disponibilização de programas e projetos destinados aos moradores dos condomínios residenciais populares;
- b) supervisionar o cumprimento das competências destinadas a cada um dos Órgãos envolvidos;

licitação e na fiscalização do projeto; a Defesa Civil atuou na remoção das famílias, após sinalização mediante laudo; a EMHAB atuou na localização das áreas para construção dos conjuntos, construção de áreas de uso comum e fiscalização da conservação do imóvel concedido; a Secretaria Municipal de Governo, à qual cabe a articulação e supervisão dos programas e projetos destinados aos moradores dos condomínios residenciais populares, atuou na escolha do síndico, pessoa responsável pela oitiva das demandas dos moradores do condomínio residencial; e a Secretaria de Família e Assistência Social atuou no cadastramento e na avaliação social das famílias (GOMES, 2015). A empreiteira responsável pelas obras foi a Norberto Odebrecht Brasil; e a PCE Projetos e Consultorias, que tem sede no Rio de Janeiro e não mais presta serviços em Campos dos Goytacazes<sup>28</sup>, assinou os serviços de gerenciamento, assistência técnica, planejamento e orçamento.

Quando questionado sobre como se deu a política de remoção capitaneada pelo poder público municipal, o servidor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social (SMDHS) afirmou:

Então...inicialmente foi realizado um levantamento da área a ser removida, onde os moradores e seus imóveis eram cadastrados e identificados. Posteriormente era marcada uma data de mudança e nesse dia a mesma era realizada com acompanhamento do serviço social às famílias, com a presença e participação da Secretaria de Obras, EMAHB e Defesa Civil, como também de caminhões e funcionários da construtora responsável pela construção das casas que também ajudavam no processo de mudança.

Parte dos procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa foi a realização de entrevistas com dez jovens moradores das casinhas<sup>29</sup>. Quanto ao perfil dos entrevistados, algumas informações iniciais são bastante relevantes. São jovens com idades entre 18 e 29 anos, nominados de forma fictícia e narrados a seguir em ordem crescente de idade.

---

c)efetuar a escolha e gestão do síndico, que será a pessoa responsável pela escuta das demandas dos moradores do condomínio residencial;

<sup>28</sup> <http://www.pcebr.com.br/>. Acesso em 26 mar. 2020.

<sup>29</sup> Neste caminho, alguns desafios demandaram enfrentamento. A primeira grande barreira é a desconfiança; creio que este foi o motivo de quatro jovens (todos homens) terem desistido de conceder a entrevista, após marcarem e remarcarem data e hora diversas vezes. Outro ponto a ser superado foi o medo, especialmente de que se tratasse de uma investigação policial. As descobertas feitas e os relatos colhidos ao longo das entrevistas em muito enriqueceram esta pesquisa, tendo motivado diversas reflexões, questionamentos e desconstruções.

Tabela 3: Perfil dos jovens entrevistados

NOME	SEXO	IDADE	ESTADO CIVIL	COR	ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO	BAIRRO ANTERIOR	BAIRRO ATUAL
Erick	M	18	solteiro	preto	cursando 3º ano do Ensino Médio	vendedor (não quis especificar)	Parque Prazeres	Tapera
Andreza	F	19	solteira	branca	Ensino Médio Completo	vendedora de roupas	Parque Prazeres	Parque Rio Branco
Kelly	F	20	solteira	branca	Ensino Médio Completo	vendedora de roupas e semijoias	Calabouço	Parque Santa Clara
Fábia	F	20	solteira	parda	Ensino Médio Completo	vendedora externa da Telecon	Santa Rosa	Parque Santa Clara
Wesley	M	21	solteiro	preto	Ensino Médio Completo	barbeiro	Santa Rosa	Parque Prazeres
Dandara	F	22	solteiro	preta	Ensino Médio Completo	não tem	Parque Santa Clara	Parque Santa Clara
Carol	F	23	solteira	preta	Ensino Médio Incompleto	não tem	Parque Tarcísio Miranda	Penha
Lenon	M	25	casado	preto	Ensino Médio Completo	DJ	Ururá	Santa Rosa
Danielle	F	26	solteira	parda	Ensino Médio Incompleto	não tem	Santa Rosa	Sapo I
André	M	29	casado	preto	Ensino Médio Completo	vendedor no camelô	Aldeia	Aldeia

Fonte: Elaboração própria.

No projeto, os conjuntos do Programa Morar Feliz contam com drenagem, abastecimento de água e esgoto, pavimentação, iluminação, telefonia, arborização, calçadas com acessibilidade e transporte público.

Das UH entregues na Etapa I, 5.100 são do tipo padrão, cada uma com área edificada de 43,08 m<sup>2</sup> em lotes de 140 m<sup>2</sup> e as demais são no padrão acessível, com área edificada de 51m<sup>2</sup> em lotes de 160 m<sup>2</sup>. São compostas de dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço, em construção de alvenaria e laje, com paredes com acabamento, pintura e revestimento no banheiro, cozinha e área de serviço. Contam com cobertura de telha de concreto em duas águas. Houve a consolidação do uso de empreendimentos horizontais periféricos, estruturados a partir de uma tipologia de moradias individuais isoladas repetidas.

Questionados quanto à casa atual, os dez jovens foram unânimes em considerar a qualidade da construção da casa boa. Nota-se que eles valorizam o aspecto físico da casa.

“É boa. Tem dois quartos e quintal.”  
(Erick. Mora com uma pessoa.)

“Estrutura boa. Tem dois quartos.”  
(Andreza. Mora com uma pessoa.)

“É boa. Papai é deficiente. Aí tem os cômodos maiores e o quintal grande.”  
(Kelly. Mora com duas pessoas.)

“Casa boa. Com dois quartos e quintal.”  
(Fábia. Mora com uma pessoa.)

“Tem dois quartos e quintal.”  
(Wesley. Mora com três pessoas.)

“Tem estrutura boa, dois quartos e quintal.”  
(Dandara. Mora com duas pessoas.)

“Tem materiais bons, dois quartos e quintal.”  
(Carol. Mora com duas pessoas.)

“É uma casa com dois quartos. Tem quintal.”  
(Danielle. Mora com duas pessoas.)

“Tem dois quartos e quintal.”  
(Andreza. Mora com duas pessoas.)

Quanto ao serviço de iluminação pública, cinco jovens responderam que a iluminação é boa, uma que é pouca, uma que apenas algumas ruas têm, uma que alguns lugares têm iluminação ruim e dois se limitaram a dizer que tem.

“Tem luz sim.”  
(Erick - Tapera)

“Luz é boa.”  
(Andreza – Parque Rio Branco)

“Pouca.”  
(Kelly - Parque Santa Clara)

“Tem luz mas tem lugar que tem iluminação ruim.”  
(Fábia - Parque Santa Clara)

“Serviço é bom.”  
(Wesley - Parque Prazeres)

“Algumas ruas têm.”  
(Dandara - Parque Santa Clara)

“Tem iluminação.”  
(Carol - Penha)

“Serviço bom.”  
(Lenon – Santa Rosa)

“Iluminação é boa.”  
(Danielle – Sapo I)

“Eu acho boa sim.”  
(André – Aldeia)

Quanto ao serviço de limpeza urbana/ coleta de lixo, todos responderam que tem. Cinco responderam que é bom. Cinco disseram que o serviço é prestado três vezes na semana, dois afirmaram que é prestado duas vezes na semana, um disse que não sabe em quais dias e dois se limitaram a dizer que é bom.

“Tem mas não sei os dias.”  
(Erick - Tapera)

“Tem e é bom.”  
(Andreza – Parque Rio Branco)

“Tem. É terça, quinta e sábado.”  
(Kelly - Parque Santa Clara)

“Tem. Duas vezes na semana.”  
(Fábia - Parque Santa Clara)

“É bom e é três vezes na semana.”  
(Wesley - Parque Prazeres)

“Têm sim. Três vezes na semana.”  
(Dandara - Parque Santa Clara)

“Têm. Três vezes na semana. Segunda, quarta e sexta.”  
(Carol - Penha)

“É bom. Passa três vezes na semana.”  
(Lenon – Santa Rosa)

“É bom. Tem duas vezes na semana.”  
(Danielle – Sapo I)

“É bom.”  
(André – Aldeia)

Quanto ao serviço de policiamento/segurança pública existente, responderam o seguinte:

“(risos) De vez em quando eles se *mete*.”  
(Erick - Tapera)

“Tem polícia.”  
(Andreza – Parque Rio Branco)

“Tem até demais.”  
(Kelly - Parque Santa Clara)

“Acho pouca polícia.”  
(Fábria - Parque Santa Clara)

“Fraco.”  
(Wesley - Parque Prazeres)

“Pouco. Assim, não frequentemente.”  
(Dandara - Parque Santa Clara)

“Não...(pausa) é que nem pode. Tem o *movimento*<sup>30</sup>.”  
(Carol - Penha)

“Pouco.”  
(Lenon – Santa Rosa)

“Não. Só quando tem *BO*<sup>31</sup>.”  
(Danielle – Sapo I)

“É ruim o policiamento.”  
(André – Aldeia)

Questionados sobre os problemas encontrados no bairro e na casa em que viviam, narraram:

“A rua era sem asfalto e vazava esgoto. A nossa casa era simples.”  
(Erick – morava no Parque Prazeres)

“Falta de luz, rua sem asfalto, vazamento de esgoto e enchente. A casa era simples e enchia na chuva.”  
(Andreza – morava no Parque Prazeres)

“Meu bairro não tinha nenhum problema. A casa era longe da lagoa, sabe? A casa era excelente, tinha três andares (chora). Meu pai não quis ficar isolado e aceitou sair.”  
(Kelly – morava no Calabouço)

“A casa no caso não era própria. *Nós morava era* no quintal de vovô, de favor. Ela tinha dois cômodos. Era um bairro bem violento. Eu vivi uma vez um tiroteio, era assim umas seis da tarde. A iluminação *tava* ruim. Era sem policiamento. Pra você *vê* que a polícia chegou depois que mataram o cara.”  
(Fábria – morava no Santa Rosa)

---

<sup>30</sup> “Movimento” é gíria para tráfico de drogas.

<sup>31</sup> “BO” é abreviação de Boletim de Ocorrência. Jovem se refere ao fato de que a polícia apenas aparece quando há algum conflito.

“Bairro era violento, sem coisas *pá* criança. Tinha perigo, mas hoje tem mais. A casa era pequena e sem reboco.”  
(Wesley – morava no Santa Rosa)

“Eu acho que é mais, como eu posso dizer, confusões. Minha casa não tinha problema. Nos vizinhos é que tinha enchente.”  
(Dandara – morava no Parque Santa Clara)

“Era bom mas morar com mamãe era ruim. Não se damos bem. A casa era com um quarto. Tinha cômodos grandes. Era de telha. Chuviscava dentro mas era pouco.”  
(Carol – morava no Tarcísio Miranda)

“Era um bairro longe, com pouco ônibus e tinha enchente. A casa tinha um quarto, era no tijolo e enchia quando tinha enchente.”  
(Lenon – morava em Ururá)

“O bairro era violento, perigoso. A casa enchia na enchente. A casa era muito boa. Tinha dois quartos, laje. Um varandão. Derrubaram (chora).”  
(Danielle – morava no Santa Rosa)

“O bairro assim tinha pouco lazer, asfalto ruim. A casa tinha goteira e era de um quarto.”  
(André – morava na Aldeia)

De fato, parte das pessoas removidas residiam em áreas de risco, com condições insalubres por inexistência de infraestrutura. A remoção dessas pessoas poderia ser a oportunidade de democratizar o espaço urbano por meio da instalação das moradias em locais com maior oferta de serviços públicos e de equipamentos urbanos<sup>32</sup>.

O servidor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social (SMDHS) em entrevista afirmou que

A partir de demandas levantadas pelo serviço social, começamos a participar das reuniões de engenharia, pois foi observado que estava sendo resolvida a questão estrutural, a casa em sua expressão física, ou seja, a ausência de habitabilidade. Nós que atuávamos à frente do programa como assistentes sociais tínhamos muito claro que uma habitação considerada adequada era aquela que atenderia as necessidades das famílias num contexto mais global possível, em locais que pudessem ter acesso a serviços públicos, integração dos habitantes com o entorno, mas outros problemas foram surgindo em decorrência da localização dos terrenos por serem distantes do centro urbanizado, como: mobilidade/uso do transporte público, distância de escolas, hospitais, postos de saúde e outras estruturas e serviços urbanos. **O fator localização foi algo propício ao agravamento dos problemas sociais, promovendo assim uma segregação urbana.** Com isso

---

<sup>32</sup> Diversos vazios urbanos identificados na dissertação da autora possuem condições estruturais e poderiam ter sido escolhidos como local de construção dos conjuntos habitacionais. Para saber mais: GONÇALVES (2017).

passamos a defender a ideia da compra de terrenos o mais próximo possível da área em que estavam sendo **retirados**.

O posicionamento adotado pelo poder público municipal evidenciou as controvérsias e contradições das políticas públicas voltadas para os pobres e em muito contribuiu para reforçar a discriminação territorial, a segregação espacial e a injustiça espacial (FARIA; POHLMANN, 2016).

Desde o lançamento do Programa Morar Feliz, muito se especulou sobre seu planejamento e execução, principalmente após os diversos conflitos que se apresentaram ao longo desses anos em vários conjuntos habitacionais construídos pelo programa, transformando-o repetidas vezes em objeto de matérias jornalísticas<sup>33</sup>.

Questionado quanto aos critérios da escolha dos conjuntos onde as famílias foram realocadas, o servidor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social (SMDHS) em entrevista afirmou que

Vários fatores foram levados em consideração para escolha do local onde as famílias foram realocadas. O primeiro deles é se havia mais de uma opção de conjunto habitacional a ser entregue. Caso tivesse, a opção da família por sua preferência na maioria dos casos era levada em consideração. Também foi considerado se no local a ser removido **havia atuação do poder paralelo e no que isso implicaria para a realocação dessa família em outro local**. Estas questões têm um peso determinante quanto à localização, **embora não tenha sido o suficiente para evitar algumas problemáticas relacionadas ao domínio exacerbado do tráfico nos conjuntos habitacionais**.

Constata-se que a política habitacional municipal de Campos dos Goytacazes tem se caracterizado pela índole segregacionista que nega o direito à cidade aos moradores. Isso porque, com a construção dos conjuntos habitacionais nas margens da cidade, há, por via de consequência, a segregação dos moradores e a demanda pelos equipamentos urbanos e pelos serviços públicos até então inexistentes. A configuração da localização dos referidos conjuntos habitacionais populares construídos pelo Poder Público Municipal não parece caracterizar a chamada

---

<sup>33</sup> Para citar apenas algumas matérias:

<http://www.fmanha.com.br/geral/quando-nem-o-lar-garante-seguranca>, de 30 de setembro de 2012. Acesso em 24 mar. 2020.

<http://ralphbraz.blogspot.com.br/2012/10/mega-operacao-em-campos-do-mpe-prf-pm-e.html>, de 10 de outubro de 2012. Acesso em 24 mar. 2020.

[http://www.folha1.com.br/\\_conteudo/2012/05/geral/630900-casas-do-morar-feliz-da-penha-ja-estao-rachadas.html](http://www.folha1.com.br/_conteudo/2012/05/geral/630900-casas-do-morar-feliz-da-penha-ja-estao-rachadas.html), de 14 de maio de 2012. Acesso em 24 mar. 2020.

[https://www.folha1.com.br/\\_conteudo/2019/11/politica/1254413-do-morar-feliz-a-cadeia-outra-vez.html](https://www.folha1.com.br/_conteudo/2019/11/politica/1254413-do-morar-feliz-a-cadeia-outra-vez.html), de 05 de novembro de 2019. Acesso em 24 mar. 2020.

“urbanização em saltos”<sup>34</sup>, tal como definida por Kovarick (1979). A declaração acima, do servidor, deixa entrever que nem sempre havia opção, e que, mesmo havendo, os locais estavam pré-definidos por critérios que não passaram pela consulta aos moradores.

O Poder Público de Campos dos Goytacazes atuou na contramão dos objetivos propostos na Política Habitacional Nacional, que materializa a intenção de promoção da urbanização e inserção dos assentamentos precários na cidade, a democratização do acesso à terra urbanizada, bem como o intuito de concretizar a promoção habitacional dentro do perímetro urbano, nas áreas centrais desocupadas, por meio da habitação de interesse social, de forma a otimizar a infraestrutura instalada (BRASIL, 2004).

Questionados sobre a proximidade com os locais onde estudam/trabalham, responderam:

“Mais ou menos. Trabalho no conjunto às vezes e estudo no José do Patrocínio, que é bem longe daqui.”  
(Erick - Tapera)

“Trabalho perto. Vendo as roupas nas casas dos vizinhos e na minha.”  
(Andreza – Parque Rio Branco)

“Não trabalho perto.”  
(Kelly - Parque Santa Clara)

“Não trabalho perto.”  
(Fábia - Parque Santa Clara)

“Não trabalho perto.”  
(Wesley - Parque Prazeres)

“Não trabalho. E quando estudava era longe porque estudava no Frederico<sup>35</sup>.”  
(Dandara - Parque Santa Clara)

“Não trabalho. E quando estudava era longe. Eu já estudei no Rotary I, Rotary III, Liceu e Colégio Estadual Desembargador Álvaro Pereira Pinto, em Donana.”  
(Carol - Penha)

“Não é perto não.”  
(Lenon – Santa Rosa)

---

<sup>34</sup> A urbanização em saltos pode ser entendida como parte de um processo de desconexão dos espaços de vida cotidianos dentro das aglomerações, claramente associado às mudanças nos deslocamentos espaciais da população, uma vez que a continuidade da mancha urbana não é mais necessária para que os contextos urbanos sejam integrados. Essa forma de desenvolvimento urbano é, depois da densidade urbana, o fator mais característico da dispersão urbana, pois adiciona uma evidência espacial ao padrão de distribuição da população dentro dos contextos urbanos.

<sup>35</sup> Escola Municipal Frederico Paes Barbosa, localizada no Parque Novo Mundo.

“Não trabalho perto.”  
(Danielle – Sapo I)

“Não é muito perto não.”  
(André – Aldeia)

Quanto ao meio de transporte que utilizam para chegar à escola/trabalho, todos os homens responderam que usam moto. Uma mulher respondeu que usa moto, uma que o pai tem que levar ou usa uber, três pegam ônibus e uma anda a pé.

Embora o Programa Habitacional Morar Feliz represente um avanço no que tange à política habitacional em Campos dos Goytacazes, rompendo com um período de inércia política no setor, ele tem se mostrado pouco eficiente, com resultados muito pontuais. Gestado aparentemente com amparo na legislação, mas em verdade com base na economia de mercado, separa a “cidade legal” da “cidade ilegal” e acaba por definir territórios dentro e fora da lei, ou seja, configura regiões de plena cidadania e regiões de cidadania limitada, conforme Rolnik (1997, p. 13).

O Poder Público demonstra pouca compreensão de que “enfrentar o problema da moradia exige ações continuadas e permanentes, de médio e longo prazo, articulando diferentes níveis de administração pública e da sociedade civil” (INSTITUTO CIDADANIA, 2000, p.19).

Ademais, reproduz um padrão intervencionista assentado na remoção de favelas, em contraposição à urbanização destas, atuação muito presente no histórico das políticas de habitação no país, assunto abordado no Capítulo 2.

Quando um dos programadores do Morar Feliz foi questionado, em uma das entrevistas, sobre como se deu a política de remoção capitaneada pelo poder público municipal, afirmou:

Há uma discussão, por exemplo, da favela da linha né ... que está às margens de uma ferrovia por exemplo... há um grupo que defende que **esses caras** devem ficar lá né... aí a pergunta que se faz é a seguinte: por que que eles não podem ter direito à qualidade... né... uma vez que já está configurada a desconformidade por eles estarem em ‘área de risco’.

Então eu acho que ... tem gente ... **tem grupos que defendem né... e aí se coloca porque o cara tem raiz** [voz enfática] ... olha, **a única coisa que não tem raiz e não se muda é árvore, é vegetal** (Palavras do Coordenador do Plano de Mobilidade e Sustentabilidade extraídas de BARBOZA, 2019, p. 106. Grifo nosso).

Parte das entrevistas realizadas com os jovens se debruçou sobre o sentimento quando receberam a notícia do processo de remoção, sobre como o jovem e sua

família vivenciaram a remoção e se em algum momento a prefeitura ouviu a opinião dos afetados acerca da remoção ou da construção do conjunto habitacional. Os trechos a seguir são muito reveladores:

“Odiei. Mamãe disse que não podia escolher. Derrubaram a nossa casa. Eu tenho ódio disso até hoje, raiva. A prefeitura não quis saber. Comunicou só.”  
(Erick - Tapera)

“Eu até gostei da ideia porque a nossa casa enchia na chuva. Foi fácil assim. A gente aceitou porque também não tinha opção. A prefeitura, no caso as assistentes, comunicaram a mudança apenas.”  
(Andreza – Parque Rio Branco)

“Foi a pior coisa do mundo. Odiei. (chora) A gente aceitou pra não ficar *isolados*. Saímos obrigados. Eu tinha treze anos. Perguntei. E as assistentes sociais falaram que sair era projeto da Prefeitura. Em nenhum momento ouviram *nós*. Falaram que fariam projeto lá e fomos obrigados a sair.”  
(Kelly - Parque Santa Clara)

“Lá não tinha enchente mas eu queria sair pela condição da casa. Tinha dois cômodos. Não era própria *né*? Eu vivia no quintal do meu avô de favor. Sair foi tranquilo mas não deram o caminhão. A prefeitura não quis nem saber o que a gente pensava.”  
(Fábia - Parque Santa Clara)

“Eu fiquei triste e com medo. Mamãe quis porque derrubaram a casa. Não, a prefeitura não quis saber de nada.”  
(Wesley - Parque Prazeres)

“Olha... eu aceitei *né*? Mamãe que no caso ganhou a casa. Ela ficou contente. Não perguntaram nada. Mamãe só recebeu a notícia.”  
(Dandara - Parque Santa Clara)

“Eu *senti um sentimento* bom. Eu queria ter minha casa. A prefeitura me complicou. Não queria me dar a casa. Eu que lutei, fui no CRAAS. A prefeitura não quis saber o que eu penso.”  
(Carol - Penha)

“Fiquei com medo, sem saber pra onde eu ia. A gente teve que sair. A prefeitura não quis saber de nada.”  
(Lenon – Santa Rosa)

“Não gostei. Odiei *na real*. Eu um dia tive que sair e derrubaram a casa. (chora) *qui nada*, já chegaram derrubando.”  
(Danielle – Sapo I)

“Não gostei. Os *caras* derrubaram minha casa. A gente não pôde escolher. Não quiseram saber de nada. E agora outras pessoas fizeram casa perto do rio.”  
(André – Aldeia)

Segundo o servidor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social (SMDHS) entrevistado,

“o serviço social acompanhava as famílias das comunidades a serem **removidas**, as orientavam no que tange a respeito de permanecerem naquele local, já que **a grande maioria de seus vizinhos estaria mudando** e eles **permaneceriam em um local sem luz e sem água**, ou seja, era enfatizado o perigo de permanecerem isolados e os riscos que estariam correndo dali por diante. É importante ressaltar, que costumamos dizer que ninguém foi obrigado a sair, no entanto, **não deixa de ser uma forma de expulsão, pois esta família que oferecia resistência se via sem opção, até mesmo ameaçado diante dos riscos aos quais passariam a ser expostos**” (Palavras do servidor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social – SMDHS. grifo nosso).

Como se pode ver, as percepções dos removidos se confirmam nas declarações do servidor entrevistado, no sentido da ausência de opções e da política de “fato consumado”, sem participação e sem poder de influência dos removidos sobre todo o processo.

Tal é o caso exemplar da Margem da Linha. A Figura 7, a seguir alocada, demonstra que, conforme ventilado na Audiência do Plano de Metas do Quadriênio 2017-2020, realizada no dia 12 de abril de 2017, a meta era remover 100% da comunidade Margem da Linha, o que não aconteceu, graças ao apoio da sociedade aos moradores que resistiram e permaneceram na comunidade.

Figura 7: Audiência do Plano de Metas (2017).



Fonte: RUST (2017).

Na ocasião, afirmou o Superintendente de Planejamento

Essas famílias estão em área de risco. Nossa intenção **não é retirar famílias** de suas localidades, **como aconteceu anteriormente**. Não vamos deslocar as famílias, quebrando seus vínculos com o local e as afastando dos equipamentos urbanos. Vamos **procurar terrenos mais centrais** para acolher as novas residências. (Fonte: Sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. Grifo nosso. Disponível em: [https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\\_noticia=39410](https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=39410). Acesso em: 25 jun. 2020).

Cabe aqui a seguinte reflexão: o contexto das remoções da favela Margem da Linha é exemplo prático da política de remoção. Segundo Mendes, Gomes e Siqueira (2014), trata-se de uma conjugação de interesses políticos e econômicos que se relacionam com o processo de produção e apropriação do espaço urbano.

Historicamente, a favela Margem da Linha constitui-se de um espaço produzido socialmente pelos trabalhadores de baixa renda. Segundo os autores, “na busca por remover tal entrave, o Estado incentiva e viabiliza os interesses econômicos empresariais” (MENDES; GOMES; SIQUEIRA, 2014, p. 53). O poder público retirou as condições dos moradores permanecerem; realizou uma pressão indireta.

A área da favela Margem da Linha é denominada como de “risco”, mas não se explica qual risco, uma vez que está às margens de uma linha férrea desativada e não está às margens de rodovias ou áreas inundáveis.

Ocorre que, se por um lado o Estado remove com a justificativa do “risco” das inundações, por outro legitima a construção do loteamento “Barra de Ururá” em áreas também de risco, classificadas pela Defesa Civil. O loteamento foi aprovado pela Secretaria de Obras e pelo Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV).

As Figuras 8, 9 e 10 dispostas a seguir demonstram espacialmente que os bairros nos quais os Conjuntos Habitacionais foram construídos estão localizados na periferia da cidade e são marcados pela pobreza e pelo desigual processo de apropriação dos bens de consumo. São espaços que contam com pouca infraestrutura urbana, dotados de semelhantes formas de habitação, diferentes níveis de violência e presença do poder público de forma ineficiente (SOARES, 2013). Segundo Siqueira (2016), são fronteiras visíveis (apesar de simbólicas) para a circulação dos jovens pobres. Das relações de poder no processo de construção dos territórios e no estabelecimento das fronteiras emergem os conflitos, que podem ficar em estado de latência ou eclodir como violência e enfrentamento (FELTRAN, 2011).

Questionados sobre a identificação de lugares onde não circulariam, sendo proibidos para você, os jovens entrevistados responderam:

“Ah, outras casinhas. Pelinca e Boulevard.”

(Erick - Tapera)

“Posso ir *em* qualquer lugar.”  
(Andreza – Parque Rio Branco)

“Santa Rosa. Isso é uma coisa clara pra todos daqui.”  
(Kelly - Parque Santa Clara)

“Boulevard.”  
(Fábia - Parque Santa Clara)

“Proibido não mas na Pelinca e Boulevard não me sinto bem.”  
(Wesley - Parque Prazeres)

“Pelinca. Lá é área nobre, pra quem tem condição financeira.”  
(Dandara - Parque Santa Clara)

“Não sinto não. Vou onde eu quero. Mas assim no Boulevard eu fui só uma vez.”  
(Carol - Penha)

“Eu não vou *em* outros conjuntos.”  
(Lenon – Santa Rosa)

“Pelinca.”  
(Danielle – Sapo I)

“Outras casinhas de outros bairros.”  
(André – Aldeia)

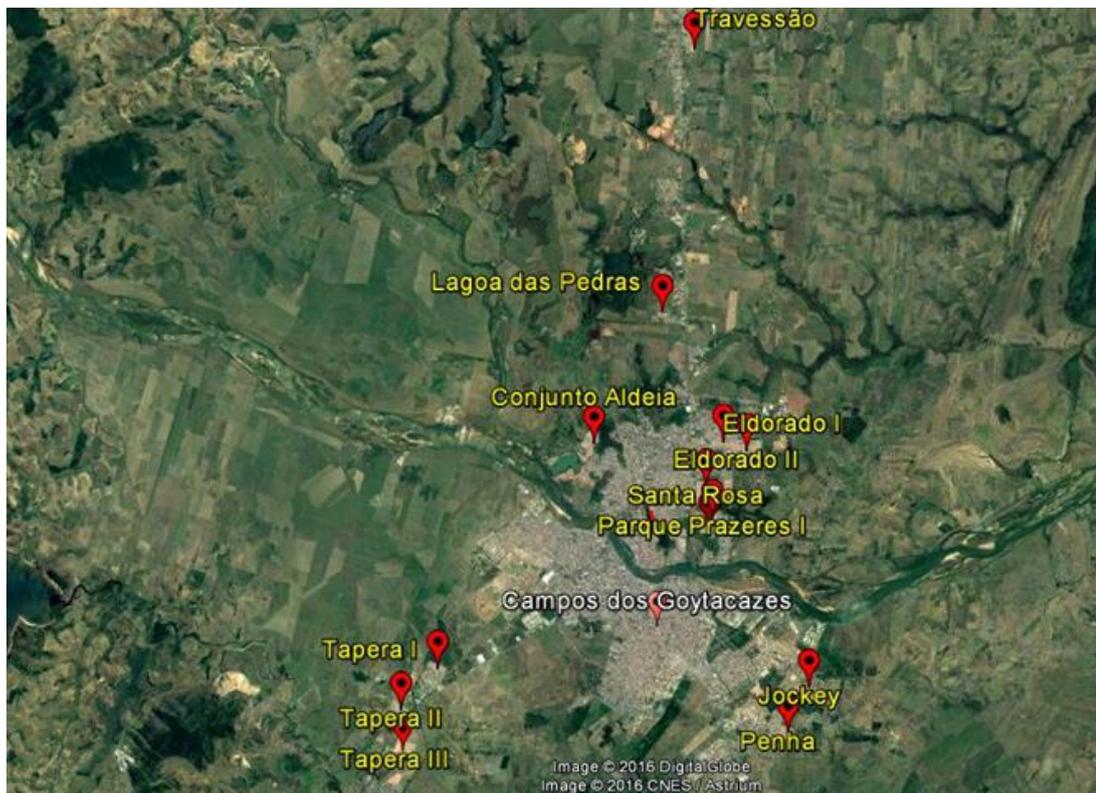
Aqui ficam evidentes o medo e o estigma. A análise das fronteiras e margens é baseada nas leituras que os jovens pobres fazem sobre o local em que vivem, incluindo tanto as condições de sua estrutura física como o grau de inclusão no espaço urbano (REGINENSI, 2017). Cabe aqui analisar as categorias existentes nas trajetórias que o jovem vem se (re) constituindo e se reconhecendo nos limites postos pelo tempo e pelo espaço em que está inserido. Esses limites constituem o chamado campo de possibilidades (VELHO, 1994), que é composto de elementos objetivos que afetam a vida dos jovens. O campo de possibilidades contradiz a ideia de que a conquista dos projetos de futuro depende somente do esforço pessoal ou da vontade própria do indivíduo, pois faz perceber em que “limites” sociais, culturais e políticos os jovens se movem na construção do seu presente e futuro (VILLAS; NONATO, 2014).

Fazer da paisagem urbana coisa pública é, sem dúvida, compreendê-la não como coisa, mas como uma composição. É necessário dar um passo a mais e decompor a coisa, para percebê-la como sociedade. A paisagem urbana é o teatro da ação, o espaço da disputa por excelência, tanto para os diferentes atores do projeto urbano como para os cidadãos, que dele fazem uso e o põem em evidência, ao organizar suas próprias perspectivas, individuais ou conjuntas, e seus encontros com

a coisa pública (JOSEPH, 1999). Urge compreender, portanto, a paisagem não apenas como um cenário dado, mas como um resultado das práticas, de intervenções e de ações engendradas pelos diferentes atores, de maior ou menor poder, por meio de suas redes de trocas (MAGNANI, 2012). A localização dos conjuntos habitacionais no espaço urbano parece revelar em Campos dos Goytacazes o planejamento excludente, classista e com recorte racial (BARBOZA; MALAGOLI, 2017).

A seguir, as figuras 8, 9 e 10 apresentam a localização de alguns Conjuntos do Morar Feliz.

Figura 8: Localização dos Conjuntos Habitacionais do Programa Morar Feliz (1)



Fonte: GOOGLE EARTH (2020). Indicações feitas pela autora.

Figura 9: Localização dos Conjuntos Habitacionais do Programa Morar Feliz (2)



Fonte: GOOGLE EARTH (2020). Indicações feitas pela autora.

Figura 10: Foto Panorâmica do Conjunto da Penha



Fonte: GONÇALVES (2017).

Considerando a localização dos Conjuntos Habitacionais (figuras 8 a 10) e tendo como referência o centro da cidade, nota-se que se concentram em determinados segmentos da cidade, mais afastados do centro, constituindo vizinhanças periféricas. As concentrações, sobretudo nas bordas da mancha urbana,

são traços característicos da urbanização segregadora e desigual no Brasil, abordada no item 2.5 deste trabalho.

Faria (2005) afirma que o espaço urbano é definido por um sistema de atratividade entre locais de oferta e demanda de facilidades urbanas. Nesse contexto, a distribuição desigual de investimentos públicos no fornecimento de infraestrutura básica também contribui para um processo de diferenciação socioespacial. Com isso, as cidades apresentam uma divisão espacial relacionada, dentre outros fatores, às condições sociais da população, potencializando os problemas gerados pelas diferenças nas formas de produção e apropriação do solo urbano e pelas ações implementadas pelo Estado, dotando certos espaços de infraestrutura urbana e deixando à margem tantas outras porções.

De acordo com Faria (2012) as desigualdades e o processo de divisão e diferenciação do espaço urbano, segundo o seu conteúdo material, social ou simbólico são definidos como segregação socioespacial.

Como predito, é o caso de Campos dos Goytacazes. Verifica-se que os conjuntos habitacionais em análise se situam às margens da cidade, alguns inclusive bem distantes da área urbanizada, conforme evidenciam as figuras 09 e 10. Localizam-se junto à BR-101, sentido Estado do Espírito Santo e Sul Fluminense, na baixada, em direção ao Farol e no Noroeste, em direção a Itaperuna e Minas Gerais.

De fato, não deve ser um atributo de responsabilidade do Plano Diretor a manutenção das relações de enraizamento e de solidariedade entre as famílias, embora devam ser metas buscadas e acordadas com as famílias. Contudo, o Plano Diretor deve ser utilizado para favorecer o sentimento de identidade e o fortalecimento da noção de cidadania das famílias beneficiadas pelos programas habitacionais. Isso é possível quando o Plano Diretor é efetivamente aplicado como lei em relação à inserção dos loteamentos ou conjuntos de interesse social em áreas já consolidadas, ou seja, em áreas não ocupadas dentro da cidade já urbanizada, como nos vazios urbanos. Assim, a continuidade do tecido urbano que já possui infraestrutura e equipamentos urbanos será preservada, ainda que seja necessária a ampliação de suas capacidades para se atender à nova demanda populacional.

Conjuntos construídos em áreas periféricas da cidade, distantes da área central (como o retratado na Figura 10), criam dois problemas, conforme exposto nas falas dos entrevistados aqui transcritas: a falta de mobilidade da população, pois em muitos conjuntos a falta de transporte público é uma realidade, e o reforço da segregação

socioespacial, uma vez que o programa tem expulsado a população pobre das áreas centrais e alocando-a nesses conjuntos. Para o jovem, a questão é mais emblemática: conjuntos habitacionais distantes de escolas afastam ainda mais as perspectivas de futuro, o que foi aqui confirmado pelas entrevistas. A literatura de Sen (2000) mostra que a falta de acesso a melhores níveis educacionais e ao conhecimento constitui uma das principais barreiras para a expansão de outras liberdades, que poderiam gerar grandes oportunidades de desenvolvimento humano, social e econômico (VIEIRA; KUHN; MARIN, 2017).

De acordo com o servidor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social (SMDHS) entrevistado,

existe uma parcela dos conjuntos, como já respondi na outra pergunta, que ficou **bem distante dos centros urbanos**, proporcionando **dificuldade de acesso** aos serviços oferecidos em outras áreas da cidade, sejam eles públicos ou privados. (Grifo nosso).

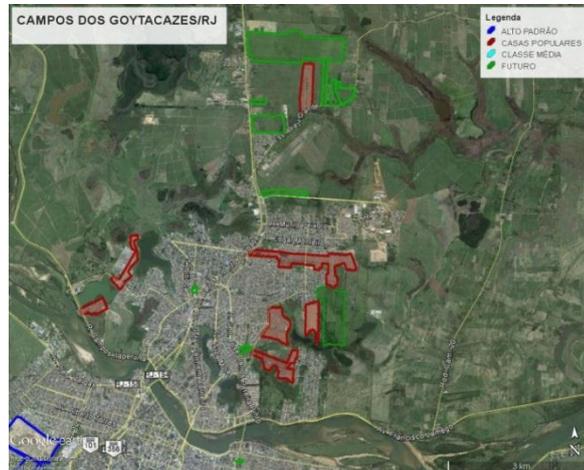
Entre os estudos que abordam as transformações das cidades latino-americanas contemporâneas, destacam-se os que se dedicam a analisar as desigualdades urbanas a partir de uma perspectiva multidimensional das condições sociais, simbólicas e do novelo de relações que afeta a reprodução da desigualdade e a sua manifestação em termos espaciais. Nessa perspectiva, resta evidenciada a contribuição dos estudos urbanos que introduzem o reconhecimento da dimensão sóciohistórica das desigualdades (REYGADAS, 2004), o que implica reconhecê-las como fenômeno social e historicamente desenhado em configurações territoriais urbanas segregadoras (DI VIRGILIO; PERELMAN, 2014; CARMAN; CUNHA; SEGURA, 2013).

O poder público municipal contribui decisivamente para tal processo: a uma, porque não implanta políticas públicas hábeis a garantir a efetivação de instrumentos de gestão urbana que objetivem a apropriação coletiva do espaço, já previstos em Lei, como o IPTU Progressivo (GONÇALVES, 2017). Nasceria para o proprietário a obrigação da construção em terrenos vazios para reduzir a especulação. A duas, porque investe em projetos habitacionais em áreas distantes, contribuindo para a ocupação periférica, como aconteceu com o Programa Habitacional Morar Feliz (RAMOS, 2016).

As Figuras 11, 12 e 13 evidenciam no espaço a segregação social, demonstrando a localização das moradias direcionadas aos públicos de baixo, médio

e alto padrão, permitindo a observação sobre a distribuição dessa dinâmica imobiliária (e também a prospecção de futuro sobre os rumos da expansão).

Figura 11: Lado Norte da Cidade de Campos dos Goytacazes - Distrito de Guarus



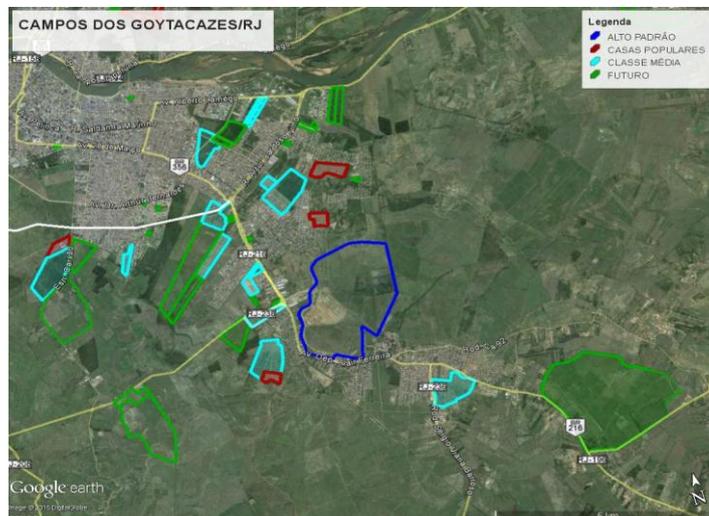
Fonte: GOMES (2015).

Figura 12: Lado Sul da Cidade de Campos dos Goytacazes – Centro



Fonte: GOMES (2015).

Figura 13: Expansão Central e Sudeste da Cidade de Campos dos Goytacazes



Fonte: GOMES (2015).

A juventude pobre, nesse contexto, experimenta uma condição de elevada fragilidade social, dado que é cada vez mais forte a relação entre pobreza, desigualdade social e exclusão social envolvendo as economias avançadas. Cenário pior apontam os chamados países emergentes, como é o caso do Brasil.

Não está se tratando nesta tese, obviamente, de uma grande metrópole brasileira, mas a importância geopolítica de Campos dos Goytacazes no cenário do interior fluminense permite fazer determinadas aproximações (PINHEIRO, 2018).

Em Campos dos Goytacazes, as fronteiras foram reforçadas pelos projetos urbanistas implementados na cidade, que delegavam aos bairros periféricos um tratamento desigual em relação aos centrais, conforme abordado no Capítulo 3. Historicamente, os projetos urbanistas e as políticas habitacionais tiveram um cunho higienista e grande parte da população pobre não conseguia um lugar para habitar e trabalhar nos bairros centrais, motivo pelo qual se dirigia para locais distantes, que estavam abandonados pelo poder público, sendo carentes dos direitos mais insipientes, como o do saneamento básico (FARIA, 2005). As fronteiras impactam no exercício dos direitos, no acesso aos serviços públicos e na vivência dos espaços da cidade, o que dificulta sobremaneira o pleno exercício do direito à cidade (DI MÉO, 1999).

As consequências desse processo histórico ressoam fortemente no município. Segundo Arruda (2014), a desigualdade se torna evidente quando comparado o acesso a diversos direitos entre os moradores das favelas com os demais residentes da cidade, com base no Censo 2010. A população dos aglomerados subnormais<sup>36</sup> possui condições habitacionais mais precárias e menor escolaridade. Enquanto 19,88% da população moradora de favelas possuem rendimento domiciliar *per capita*

---

<sup>36</sup> O IBGE define aglomerados subnormais como o “conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade” e que possuem pelo menos uma das características a seguir: “irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública)”.

A existência destes aglomerados está relacionada à forte especulação imobiliária e fundiária e ao decorrente espraiamento territorial do tecido urbano, à carência de infraestruturas das mais diversas, incluindo de transporte e, por fim, à periferização da população.

Surgem, nesse contexto, como uma resposta de uma parcela da população à necessidade de moradia, e que irá habitar espaços menos valorizados pelo setor imobiliário e fundiário dispersos pelo tecido urbano.

O Censo realizado pelo IBGE em 2010 aponta que o município de Campos dos Goytacazes possui **25 aglomerados subnormais**.

(Grifo nosso) Disponível em:

[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados\\_subnormais/default\\_aglomerados\\_s\\_ubnormais.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais/default_aglomerados_s_ubnormais.shtm). Acesso em: 18 jun. 2020.

de até ¼ de salário mínimo, entre os não moradores dos conglomerados normais apenas 7,2% apresenta tal rendimento (ARRUDA, 2014).

Siqueira (2016) afirma que o direito de ir e vir, ao lazer, ao transporte, ao estudo e ao trabalho, assim como o acesso aos serviços que a cidade oferece, são comprometidos pelos processos de segregação socioespacial. Trata-se de exclusão social que ganha contornos espaciais, ou seja, é um mecanismo de dominação e exclusão que dificulta o acesso de determinado grupo social a serviço, benefício, direito ou vantagem, tanto no que concerne ao público quanto ao privado (VILLAÇA, 2003).

Segundo Azevedo; Timóteo; Arruda (2013), a lógica imposta pelo Programa Morar Feliz tem repetido o erro já demonstrado em inúmeros outros assentamentos sociais construídos no país, que é promover a construção de conjuntos habitacionais em locais distantes dos centros urbanos, em bairros já segregados social e espacialmente.

Questionado sobre a existência de política de transporte para integrar os conjuntos ao centro, o servidor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social (SMDHS) entrevistado informou que “não foi elaborada uma política de transporte de integração para os conjuntos”.

Sobre o serviço de transporte existente nas proximidades, todos os jovens afirmaram que ou não tem ônibus ou o serviço é prestado apenas de vez em quando.

“Meu bairro não é próximo do centro e não tem ônibus. *Risco tudo* de moto.”

(Erick - Tapera)

“Aqui no Parque Rio Branco não é próximo do centro e ônibus é só de vez em quando.”

(Andreza)

“Aqui no Parque Santa Clara é ruim. Sem ônibus. Pra *mim* pegar tenho que ir *pro* HGG.”

(Kelly)

“Pouco ônibus.”

(Fábia - Parque Santa Clara)

“Transporte assim van e ônibus é muito ruim. Por isso que eu fiz de tudo pra comprar a moto.”

(Wesley - Parque Prazeres)

“Pouco ônibus.”

(Dandara - Parque Santa Clara)

“Pouco ônibus e ônibus uma m\*\*\*\*.”

(Carol - Penha)

“Transporte aqui é fraco. No caso eu lutei pra *mim* comprar a moto.”  
(Lenon – Santa Rosa)

“Aqui no Sapo I é muito ruim de ônibus.”  
(Danielle)

“A Aldeia é ruim de ônibus. A coisa que eu mais quis foi comprar aquela moto ali pra *mim* ir pro camelô e voltar.”  
(André)

A segregação socioespacial é um processo e só pode ser compreendido nas articulações e codeterminações entre condições sociais e condições espaciais, e se expressa social e espacialmente. Sendo assim, “não é possível pensar numa segregação apenas social, visto que ela é sempre expressa e determinada espacialmente” (SPOSITO, 2013, p.80).

Nesse contexto, aprofundam-se assimetrias na malha urbana do município. A localização do conjunto habitacional alija grandes parcelas da população, deslocadas para as periferias da cidade, onde o preço da terra é baixo, sendo regiões subequipadas ou desfavorecidas. É a negação da cidade enquanto direito.

Para Diógenes (1998, p. 162), é a juventude “o segmento que mais cataliza as tensões sociais e as exterioriza, porquanto é a vitrine dos conflitos sociais”. Quanto à política habitacional em debate, seu estudo a revela como incapaz de considerar efetivamente os jovens como sujeitos capazes de participar dos processos de definição e implementação dos seus direitos.

O local de moradia mostra-se aqui como operador classificatório, pois aproxima, distancia e separa os indivíduos (CECCHETTO; FARIAS, 2009). Essa qualificação diferenciada dos espaços a partir da classe social, à qual seus moradores pertencem, estabelece um processo de segregação socioespacial nas cidades brasileiras (FARIA, 2009). Segundo Marinho e Vargas (2015), a estigmatização territorial influencia na construção da subjetividade dos sujeitos que vivem nos ambientes de segregação.

Por isso, parte desta pesquisa se dedica a investigar a relação entre os conjuntos habitacionais, o(s) bairro(s) e a cidade com o estigma, ou melhor, os estigmas possíveis, e como esses atuam e influenciam as vidas e ações sociais dos jovens pobres.

Diversos pesquisadores estudam o caráter estigmatizado dos jovens pobres, tais como Zaluar (1985) e Zaluar e Alvito (2004), destacando-se que o estigma que o

jovem pobre carrega está constantemente na associação ao seu local de moradia (GOFFMAN, 1993). Por causa dessas concepções, o fato de um jovem morar “mal” acaba por transformá-lo num estigmatizado, sendo-lhe atribuída uma condição desviante, de anormalidade e periculosidade (ZALUAR; ALVITO, 2004). Estabelece-se uma incriminação preventiva dos tipos sociais (MISSE, 2010).

Questionados sobre se recordavam de episódios em que tenham sido alvo de racismo ou de algum tipo de preconceito, a resposta foi afirmativa entre todos os jovens do sexo masculino, em reforço às declarações anteriores sobre os espaços de exclusão. Quanto às mulheres, a resposta negativa foi unânime. Nota-se um agravamento de questões como violência, gênero e raça. São elementos que já eram frágeis e foram potencializados.

“Já. Em loja assim. Povo não atende. E na rua também. A pessoa atravessa.”  
(Erick)

“Não, por eu ser branca.”  
(Kelly)

“Em ônibus. Trocaram de cadeira. Na rua, atravessaram. Em loja não atenderam.”  
(Wesley)

“Não. Eu revido se alguém falar. Sou preto no branco.”  
(Dandara)

“Já. De alguém não contratar quando descobre onde moro.”  
(Lenon)

“Já. Na vez que fui *na* Pelinca. E também não falo que moro nas casinhas.”  
(André)

A característica do estigma que interessa para esta tese se relaciona ao fato de o indivíduo ou grupo ser cerceado para estabelecer relações sociais mais amplas devido a algum atributo que o diferencia dos outros (“normais”). A resposta à situação de estigma se torna retribuição ao “padrão de julgamento estigmatizante”, situação que estabelece tanto o comportamento dos “normais” para os estigmatizados, quanto destes para os “normais”. A sociedade estabelece os meios para caracterizar as pessoas e os atributos, que se percebem como correntes e naturais nos membros de cada uma dessas categorias (GOFFMAN, 1993).

A realidade vivida pelos jovens das casinhas contribui para a baixa autoestima e o baixo conceito de si próprio, interfere na subjetividade e na concretização do projeto de vida; gera conflitos e frustrações. A condição de precariedade pode assim

constituir-se como uma fonte de identidade negativa e como condição de “não liberdade” (BAUMAN, 1989).

O endereço não é apenas um indicador de subalternidade econômica ou de diferenciação de classe social. Alguns endereços trazem embutida a marca de áreas urbanas subjugadas pela criminalidade e negatividades, fato que pode influenciar diretamente na apropriação da cidade pelos jovens moradores desses bairros (MARTINS; MONTEIRO; SANTOS, 2013). Campos (2008) afirma que esses preconceitos são imputados pela cidade através dos marcos simbólicos visíveis, operados pelo imaginário que expressa uma postura política e ideológica que classifica o lugar como fora do comum, anormal e não desejável.

Dessa forma, mesmo sabendo que aqueles que participam das ações criminosas nas periferias são minoria, essas representações colocam todos os jovens pobres em um mesmo quadro representativo, transformando-os em um suspeito em potencial, pois pode aderir ao crime a qualquer momento (MACHADO; LEITE, 2008).

A partir do momento em que o conceito de cidadania passa a depender da mensuração de menor ou maior grau de dignidade das pessoas para integrar a humanidade comum, passa-se a naturalizar a segregação urbana como ordem moral da cidade, onde os moradores de territórios da pobreza são, a todo o momento, desqualificados (FREIRE, 2014).

Sua condição desigual corrobora para que tenham acesso restrito à cidade e, conseqüentemente, limitados usos da mesma. O que significa afirmar que as condições de desigualdade aos quais estão sujeitos impõem, em grande medida, distinções espaciais. Ou seja, há na cidade os espaços onde esses jovens devem e podem estar e outros onde eles devem ser impedidos de circular. A distinção aqui é tratada, portanto, a partir da dimensão espacial. É a distinção espacial, relacionada a seus bairros de moradia, um dos muitos elementos produtores de estigmas e da invisibilidade imposta a esses jovens. É essa situação que torna esses jovens distintos. (CASSAB, 2010, p. 36).

Freire (2014) afirma que há um processo de fragmentação da cidadania, também chamado por Lautier de cidadania de geometria variável. Em determinadas áreas da cidade, há um abandono das noções de cidadania, havendo um processo de gradação de acordo com a desqualificação do estado de humanidade da população do território em questão. Essa qualificação ou desqualificação é estabelecida de acordo com a análise das situações da vida cotidiana que problematizam a segurança em um círculo fechado e acabam por categorizar os cidadãos de acordo com o contexto. Assim, ocorre nas áreas periféricas um regime de ação de “degradação da

humanidade”, resultante do reconhecimento de uma das várias hierarquias de poder que fundamentam a cidadania de geometria variável (FREIRE, 2014).

Questionados sobre se acreditam que os jovens interferem na construção da cidade, todos responderam que não.

“Não. Jovem não é ouvido.”  
(Andreza)

“Não, não são ouvidos.”  
(Kelly)

“Em nada.”  
(Fábia)

“Não tem oportunidade de falar. Tô falando de bairros carentes tá?”  
(Dandara)

Questionados sobre se acreditam que a cidade é para todos da mesma maneira, responderam:

“Não. Quem tem *verba*, tem oportunidade.”  
(Erick)

“Não. Vida melhor é de quem tem dinheiro. Prefeito mesmo não vai *no* mesmo hospital.”  
(Andreza)

“De jeito nenhum. Quem tem mais dinheiro, tem mais oportunidade.”  
(Kelly)

“Não. É pra quem tem mais recurso. Pobre não tem.”  
(Fábia)

“Não.”  
(Wesley)

“Não. Cada um tem um ponto de vista, mas tem quem mais dinheiro tem mais facilidade.”  
(Dandara)

“Umhas tem mais oportunidade. Conhecimento conta muito. *QI*. Senão é na sorte.<sup>37</sup>”  
(Carol)

“De jeito nenhum.”  
(Lenon)

“Não. Quem tem dinheiro pode tudo.”  
(Danielle)

“Não. Quem tem dinheiro tem chance.”  
(André)

---

<sup>37</sup> “*QI*”: abreviação de “quem indica”.

Os jovens pobres tornam-se invisíveis no espaço e na política. Os jovens pobres retratados nesta tese vivenciam as desigualdades na restrição dos bens e serviços essenciais à reprodução da vida, vivem em bairros pobres e pouco utilizam os equipamentos de lazer e cultura. Muitos são indesejados na cidade, controlados e vigiados, vítimas de violência, estigmatizados e discriminados. A eles são reservados fragmentos da cidade.

Questionados sobre a existência de opções de lazer no conjunto habitacional, todos responderam que não há.

“Não tem. Aqui é muito perigoso. Nem uber entra.”  
(Fábia)

Perguntados sobre como ocupam a maior parte do tempo livre (as opções dadas eram assistindo à TV, escutando música, praticando esporte, exercendo atividades domésticas, exercendo trabalho informal (bico), conversando com pessoas nas ruas, conectado na internet, cuidando dos irmãos e desocupado), responderam o que segue.

“Fico escutando música. Converso um pouco na rua e também mexo na internet.”  
(Erick)

“Vejo TV. Faço caminhada e mexo no celular.”  
(Andreza)

“Assisto televisão, faço as coisas de casa, faço bico, fico na internet um pouco e cuido meu filho, mas nem é lazer.”  
(Kelly)

“É difícil ter tempo livre. No domingo eu fico em casa e mexo um pouco na internet no celular.”  
(Fábia)

“Escuto música e jogo futebol. Também mexo na internet.”  
(Wesley)

“Vejo TV e fico na internet do celular.”  
(Dandara)

“Eu fico mais é cuidando dos meus filhos mesmo. Quando dá, mexo na internet.”  
(Carol)

“Vejo televisão, jogo futebol e mexo na internet.”  
(Lenon)

“Fico mais na internet mesmo.”  
(Danielle)

“Escuto rádio, jogo futebol e mexo no celular.”  
(André)

De acordo com o servidor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social (SMDHS) entrevistado, alguns conjuntos tinham os chamados “parquinhos”, todos tinham áreas disponíveis para construções futuras de áreas de **lazer**, mas tal **proposta não foi executada**. (Grifo nosso).

Como se observa, a questão central da sociabilidade dos jovens pela apropriação dos espaços públicos, como parte do exercício da cidadania, através da troca e do processo de formação através da troca entre os contemporâneos, é subtraída desses jovens. Os mecanismos de distinção territorial promovem e reproduzem as desigualdades. A invisibilidade dos jovens pobres manifesta a ausência de exercício dos direitos aos quais fazem jus. Segundo Cassab (2010, p. 39), “apenas a realização efetiva do direito à cidade poderá construir o sentido pleno da cidadania”.

A segregação tem vieses para além do aspecto econômico: é uma desigualdade estrutural da apropriação residencial, estética, econômica e política do espaço urbano, na distribuição dos equipamentos coletivos e nas práticas discursivas que legitimam uma série de práticas discriminatórias, racistas, autoritárias e violentas em relação ao jovem pobre (RAMOS, 2003).

Nesse sentido, em verdade, o Programa Morar Feliz é alvo de variadas razões de críticas e questionamentos. Quanto à localização, de acordo com Soffiati (2012), o programa tem edificado conjuntos em áreas contíguas a lagoas, como nas de Maria do Pilar (Brejo Prazeres), do Taquaruçu (Lagoa dos Prazeres), da Olaria, do Fogo e das Pedras. Segundo o autor, a legislação vigente determina que as lagoas envolvidas pela malha urbana devem ter uma faixa de 30 metros nas margens a contar do seu leito mais alto, o que se denomina Área de Preservação Permanente (APP). Das lagoas eleitas para serem núcleos do Morar Feliz, todas têm APP.

A falta de qualidade das construções é outro ponto passível de críticas. Em diversas unidades do programa apareceram precoces rachaduras e deterioração. De acordo com Faria (2012), por conta das rachaduras, duas unidades do Morar Feliz da Penha foram interditadas e os moradores removidos para o conjunto habitacional do Novo Jockey, o que foi motivo de protestos.

Ponha-se em destaque que muitos moradores não conseguem se adequar às exigências da nova moradia, como pagamento de contas de água e luz, despesas que antes não faziam parte dos seus custos, aumentando, assim, os gastos das famílias removidas, que muitas vezes não possuem recursos financeiros para arcar com essas obrigações.

Merecem ser repisados os impactos sociais, econômicos e espaciais decorrentes do processo de remoção instituído pelo programa. Conforme já elucidado, a política remocionista é muito viva no Programa Morar Feliz e pode provocar efeitos negativos, profundos e duradouros sobre os que a vivenciam, ao modificar suas representações socioespaciais e suas relações simbólicas e afetivas com os espaços anteriormente ocupados, especialmente em se tratando dos moradores jovens.

Oliveira e Pedlowski (2012) entendem que os programas habitacionais da prefeitura de Campos dos Goytacazes, nos moldes em que são feitos, configuram-se em “verdadeiras ilhas sociais”. As ilhas sociais são promovidas tanto pelo Poder Público, que mantém a periferia social na periferia territorial urbana, quanto pela iniciativa privada, que se autosegrega em condomínios fechados.

Independente do termo usado para cada extrato social – “ilhas sociais” (OLIVEIRA e PEDLOWSKI, 2012) para conjuntos populares, ou “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2000) para condomínios fechados de classe média ou de luxo – o que se verifica é que há uma aparente intenção do Poder Público e dos agentes do capital imobiliário de manter e reproduzir a segregação.

#### 4.1 O HABITAR NO CONTEXTO DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DO PROGRAMA MORAR FELIZ

A noção de habitar parte de uma visão mais ampla, para além de um teto onde se abrigar. De acordo com Breviglieri (2006), o habitar deve ser primeiro compreendido em sua dimensão pragmática, como uma forma pessoal e íntima de se envolver no mundo. Nesse sentido, o habitar não pode ser resumido à construção empírica, à casa, especificamente, mas deve compreender as coisas familiares (humanas e não humanas), que formam um núcleo de identificação para a pessoa, na medida em que ela se reconhece nelas (BREVIGLIERI, 2006).

Para Stock (2004), habitar significa possuir uma relação com o espaço, que se expressa a partir das práticas dos indivíduos. Essas práticas são mobilizadas pelos

indivíduos através de atos e situações. De acordo com o autor, os lugares de referência não existem em si mesmos, de forma independente; são concretizados pelas práticas dos indivíduos. Assim, a questão do habitar é fundamentalmente uma questão de prática, associada a representações, valores, símbolos, fantasias, que têm referência aos lugares geográficos.

Pallasmaa (2017) conceitua o ato de habitar como o modo básico de alguém se relacionar com o mundo, sendo fundamentalmente um intercâmbio e uma extensão. Isso porque, se por um lado, o habitante se acomoda no espaço e o espaço se acomoda na consciência do habitante, por outro esse lugar se converte em uma exteriorização e uma extensão de seu ser, tanto do ponto de vista físico quanto mental.

Habitar é, assim, envolver-se emocionalmente com um determinado espaço; significa construir uma história de vida, produzir interações, criar identidade. Habitar significa deixar que a vida tome seu curso, de modo a guiar cada gesto do homem em seu cotidiano – gestos que nascem da simplicidade das relações que esse estabelece com as coisas dentro do mundo (JESUS; RIBEIRO, 2007).

O ato de habitar “produz a ‘pequena história’, aquela construída nos lugares comuns, por sujeitos comuns, na vida diária” (ARRUDA, 2009). Nesse contexto, ele cria a noção de pertencimento no indivíduo, de se sentir parte integrante de uma dinâmica social e espacial específica, expressa pela forma de viver de uma comunidade.

De acordo com Lima (2007), o ato de habitar tem uma dimensão que funda coletividades, que coloca homens e mulheres em um mesmo espaço organizado, o qual vai ser denominado de comunidade. E, desta forma, o habitar instaura uma dimensão de comunidade no sentido em que é comum a todos.

O habitar está relacionado à maneira do indivíduo se envolver com o mundo que o cerca, às representações, aos valores e aos significados dados ao espaço vivido e aos que dele compartilham. Nesse sentido, o habitar dialoga com a reterritorialização: passando de um território a outro, abandonam-se territórios e criam-se novos territórios. Os jovens das casinhas empregam estratégias de superação diversas em suas vidas redesenhadas pós remoção. Se veem envolvidos em novas relações de poder.

Evidencia-se cada vez mais no contexto brasileiro que o sentido de habitar tem sido negligenciado pelos formuladores de políticas públicas habitacionais e não foi diferente na execução do programa em exame.

Isso porque foi adotada a política remocionista, que é, quase sempre, a opção eleita no tratamento das questões habitacionais urbanas no Brasil. Assim, o programa implantado demoliu residências e efetuou a remoção da população para os conjuntos habitacionais.

Rememora-se a entrevista concedida por um dos programadores do Morar Feliz, que afirma:

Há uma discussão, por exemplo, da Favela da Linha, né ... que está às margens de uma ferrovia, por exemplo... há um grupo que defende que **esses caras** devem ficar lá, né... aí a pergunta que se faz é a seguinte: por que que eles não podem ter direito à qualidade... né... uma vez que já está configurada a desconformidade por eles estarem em 'área de risco'. Então eu acho que ... tem gente ... **tem grupos que defendem né... e aí se coloca porque o cara tem raiz** [voz enfática] ... olha, **a única coisa que não tem raiz e não se muda é árvore, é vegetal** (Palavras do Coordenador do Plano de Mobilidade e Sustentabilidade extraídas de BARBOZA, 2019. Grifo nosso).

Em regra, as pessoas foram para locais distantes dos que residiam, desconsiderando-se as relações espaciais existentes, a questão da identidade do grupo social, as características da população, seus hábitos de vida, a relação de vizinhança e a proximidade de parentes e amigos.

Perguntados sobre a quantidade de anos que moravam no bairro que sofreu o processo de intervenção, ficou evidente que todos moravam nos bairros há, no mínimo, dez anos.

“Dez anos.”  
(Erick)

“Dez anos.”  
(Andreza)

“Treze anos.”  
(Kelly)

“Treze anos.”  
(Fábia)

“Treze anos.”  
(Wesley)

“Catorze anos.”  
(Dandara)

“Dezesseis anos.”  
(Carol)

“Dezessete anos.”  
(Lenon)

“Dezenove anos.”  
(Danielle)

“Dezenove anos.”  
(André)

Quanto ao local onde moravam,

“Era uma casa simples. Um casa de um quarto. Eu tinha muitos *parceiros*. E tinha comércio. Era longe do centro, mas tinha ônibus e van.”  
(Erick – morava no Parque Prazeres)

“Era uma casa simples, pequena, de um quarto. A minha relação com os vizinhos era boa. Tinha muito comércio. A casa era longe do centro, mas tinha ônibus e van.”  
(Andreza – morava no Parque Prazeres)

“Minha casa tinha três andares. Sério, três andares! A vizinhança era ótima. Tinha tudo de comércio. Era na pracinha da Lagoa do Vigário. Tinha padaria, loja, material de construção, tinha de tudo. Ela era próxima do centro. Tinha ônibus e van.”  
(Kelly – morava no Calabouço)

“A casa, no caso, não era própria. *Nós morava era* no quintal de vovô, de favor. Ela tinha dois cômodos. Os vizinhos eram *muito do bem*, só mesmo fofoqueiros (ri). Tinha bastante comércio. Era longe do centro, mas tinha ônibus e van direto.”  
(Fábia – morava no Santa Rosa)

“Bairro era violento, sem coisas *pá* criança. Tinha perigo, mas hoje tem mais. A casa era pequena e sem reboco. Eu tinha amigos e lá tinha comércios variados. Era longe do centro. Tinha ônibus e van. Naquela época eu ainda não usava moto.”  
(Wesley – morava no Santa Rosa)

“Minha casa não tinha problema. Tinha dois quartos. Eu não tinha muitos amigos, era mais na escola mesmo porque naquela época eu estudava. Tem muito comércio. Eu morava próximo à (avenida) José Carlos Pereira Pinto.”  
(Dandara – morava no Parque Santa Clara)

“Eu tinha muitas amizades de colegas. Lá tem muitos comércios. Não era perto do centro mas tinha ônibus e van.”  
(Carol – morava no Tarcísio Miranda)

“A casa tinha um quarto, era no tijolo e enchia quando tinha enchente. A vizinhança era boa. O comércio tinha opções. Era longe e tinha pouco ônibus passando lá.”  
(Lenon – morava em Ururá)

“O bairro era violento, perigoso. A casa enchia na enchente. A casa era muito boa. Tinha dois quartos, laje. Um varandão. Derrubaram (chora). Eu tinha muitas amizades. Lá tinha vendas. Era longe da região do centro mas tinha ônibus e van.”  
(Danielle – morava no Santa Rosa)

“O bairro assim tinha pouco lazer, asfalto ruim. A casa tinha goteira e era de um quarto. A casa era simples. Eu tinha amigos e lá tinha muito comércio. Era perto do centro.”

(André – morava na Aldeia)

Sobre os laços de vizinhança:

“Tenho pouco contato. Perdi alguns parceiros pra vida. (Perguntei se eles morreram) Uhum, morreram. Outros sumiram.”  
(Erick)

“Mantenho amizade só por rede social e telefone.”  
(Andreza)

“Mantenho contato com a família e alguns vizinhos que foram **colocados** em casinhas perto.”  
(Kelly)

“Falo por telefone.”  
(Fábia)

“As amizades ficaram ruins. Tenho contato só com dois amigos que são clientes da barbearia.”  
(Wesley)

“Alguns vizinhos eu falo na rede.”  
(Dandara)

“Não, muito difícil eu ir lá. Mamãe ainda mora lá no bairro.”  
(Carol)

“Não. Também porque vários parceiros já morreram.”  
(Lenon)

“Não. Nem em internet.”  
(Danielle)

“Só no face.”  
(André)

Com isso, além de ter que processar a retirada involuntária das suas moradias, muitas construídas com o trabalho de uma vida inteira, as pessoas ainda tiveram seus referenciais espaciais, sociais e simbólicos afetados. Rompeu-se, assim, com um “sistema mínimo de assistência social e de bem-estar familiar patrocinado pela comunidade” (PERLMAN, 1977, p. 24) que habita as favelas. A sociabilidade vivida por eles, no antigo espaço de moradia, criou redes de solidariedade, reciprocidade, cooperação que supria as deficiências da urbanização e proporcionava um certo grau de segurança e previsibilidade. São condições de vida que não se reduzem exclusivamente ao acesso ao espaço físico da nova residência.

“Odiei sair. Mamãe disse que não podia escolher. Derrubaram a nossa casa. Eu tenho ódio disso até hoje, raiva. A prefeitura não quis saber. Comunicou só.”  
(Erick - Tapera)

“Eu até gostei da ideia porque a nossa casa enchia na chuva. A gente aceitou porque também não tinha opção. A prefeitura, no caso as assistentes, comunicaram a mudança apenas.”  
(Andreza – Parque Rio Branco)

“Foi a pior coisa do mundo. Odiei. (chora) A gente aceitou pra não ficar *isolados*. Saímos obrigados. Eu tinha treze anos. Perguntei. E as assistentes sociais falaram que sair era projeto da Prefeitura. Em nenhum momento ouviram *nós*. Falaram que fariam projeto lá e fomos obrigados a sair.”  
(Kelly - Parque Santa Clara)

“Lá tinha enchente mas eu queria sair pela condição da casa. Tinha dois cômodos. Não era própria *né?* Eu vivia no quintal do meu avô de favor. Sair foi tranquilo mas não deram o caminhão. A prefeitura não quis nem saber o que a gente pensava.”  
(Fábia - Parque Santa Clara)

“Eu fiquei triste e com medo. Mamãe quis porque derrubaram a casa. Não, a prefeitura não quis saber de nada.”  
(Wesley - Parque Prazeres)

“Olha... eu aceitei *né?* Mamãe que no caso ganhou a casa. Ela ficou contente. Não perguntaram nada. Mamãe só recebeu a notícia.”  
(Dandara - Parque Santa Clara)

“Eu *senti um sentimento* bom. Eu queria ter minha casa. A prefeitura me complicou. Não queria me dar a casa. Eu que lutei, fui no CRAAS. A prefeitura não quis saber o que eu penso.”  
(Carol - Penha)

“Fiquei com medo, sem saber pra onde eu ia. A gente teve que sair. A prefeitura não quis saber de nada.”  
(Lenon – Santa Rosa)

“Não gostei. Odiei *na real*. Eu um dia tive que sair e derrubaram a casa. (chora) *qui nada*, já chegaram derrubando.”  
(Danielle – Sapo I)

“Não gostei. Os *caras* derrubaram minha casa. A gente não pôde escolher. Não quiseram saber de nada. E agora outras pessoas fizeram casa perto do rio.”  
(André – Aldeia)

Lefebvre (2006), ao propor uma discussão acerca dos níveis e dimensões do fenômeno urbano, evidencia a importância de se repensar o habitar. Segundo o autor, no final do século XIX, este termo foi posto de lado pelo pensamento urbanístico, concebendo em seu lugar, o conceito de habitat, que, possui uma função simplificada, restringindo o ser humano a alguns atos elementares: comer, dormir, reproduzir-se.

Assim, entende que o uso do termo habitat acaba por reprimir as características elementares da vida urbana, as diversidades da maneira de viver, os modelos culturais e os valores da vida cotidiana. Por este motivo, o autor enfatiza que é preciso

reencontrar o sentido de habitar, uma vez que a relação do ser humano com a natureza e com sua própria natureza, com o ser e seu próprio ser, reside no habitar, nele se realiza e nele se lê.

Habitar é tomar posse, incorporar e dar vida ao espaço. Nesse contexto, num processo de intervenção habitacional, a noção de habitar não deveria ser negligenciada pelos formuladores da política pública. Ao contrário, deveria ser parte fundamental do processo, tendo em vista que o homem é um ser que age e interage com o espaço onde vive (TEIXEIRA, 2007). Para tanto, é necessário modificar os estereótipos vigentes sobre as favelas e seus moradores, bem como repensar as próximas ações governamentais no tratamento das questões habitacionais urbanas, para que não se repitam os equívocos praticados ao longo da implementação do Programa Habitacional Morar Feliz.

## 5 SER JOVEM NA CIDADE: REFLEXÕES SOBRE O COTIDIANO DOS JOVENS MORADORES DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DO PROGRAMA MORAR FELIZ EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

O presente capítulo dedica-se a compreender a juventude no contexto do Programa Habitacional Morar Feliz. Serão desenvolvidas questões referentes à apropriação do território pelo jovem, o grau de inserção no próprio conjunto habitacional, no bairro e na cidade e suas impressões quanto a estudo, saúde, segurança, moradia, mobilidade, sociabilidade, cultura, religião, lazer, trabalho e futuro.

Segundo matéria veiculada no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes<sup>38</sup>,

Não é apenas a moradia digna que configura o legado do Morar Feliz. São desenvolvidas ações que promovem a integração social e a difusão cultural por meio de atividades que elevam a autoestima dos moradores dos condomínios habitacionais, verdadeiros bairros criados pela prefeitura.

O programa, implementado com recursos do município, já transformou a vida de cerca de 32 mil pessoas que estão abrigadas em mais de 6,5 mil casas em conjuntos habitacionais do Morar Feliz, dotados de infraestrutura completa em áreas desapropriadas para o Programa Habitacional que fez surgir novos bairros com toda infraestrutura.

São conjuntos habitacionais com infraestrutura completa, dotados de equipamentos urbanos com base em um novo conceito de praça, com foco no Centro de Convivência. De acordo com as dimensões das praças, os conjuntos habitacionais têm até mesmo Centro Esportivo, como por exemplos, os condomínios Tapera II e Eldorado.

Vários são os benefícios que contemplam as famílias dos condomínios habitacionais do Programa Morar Feliz. São casas com acabamento em materiais de primeira qualidade, com laje, pintura texturizada na sala, janelas e portas com esquadrias de alumínio, piso cerâmico e quintal gramado, além de outros benefícios são prestados pela Prefeitura.

O lugar tem sofrido amplas reflexões sobre seu significado, entre os mais variados campos do conhecimento, sendo um conceito chave para a geografia e um importante elemento para a compreensão deste estudo.

Remete à reflexão da relação das pessoas com o mundo, mas que em sua definição mais antiga, apresentada por Aristóteles, é entendido como o “espaço que circunda o corpo” (LEITE, 1998, p. 09) e que, reelaborado por Descartes, deveria obedecer a relação da posição do corpo com a posição dos outros corpos.

---

<sup>38</sup> Disponível em [https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\\_noticia=37854](https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=37854). Acesso em: 20 mar. 2020.

Quanto ao pensamento geográfico, o lugar pode ser analisado sob duas correntes: a geografia humanística e a geografia marxista. Surgiram com o mesmo propósito, embora possuam fundamentações filosóficas diferenciadas. São reações ao positivismo (LEITE, 1998), corrente filosófica surgida na primeira metade do século XIX através do filósofo Augusto Comte, que se baseava “na redução da realidade ao mundo dos sentidos, isto é, em circunscrever todo trabalho científico ao domínio das aparências” (MORAES, 2005, p. 19).

A corrente geográfica humanista ganhou força enquanto corrente filosófica a partir de 1960, com a renovação da chamada geografia cultural, “na qual a natureza, a sociedade e a cultura são refletidas como fenômenos complexos, sobre os quais só se obtém repostas a partir de experiências” (ROCHA, 2007, p. 21). Assim sendo, procura entender o mundo através do estudo das relações dos homens com a natureza, considerando suas experiências. Suas bases teóricas valorizam os sentimentos, a intenção, a intersubjetividade e a compreensão das pessoas sobre o meio ambiente que habitam (ROCHA, 2007).

Para esta linha, o conceito de lugar é analisado a partir das experiências diretas do ambiente em que vivemos. Constitui-se como a base da própria existência humana através de uma experiência profunda e imediata do mundo ocupado com significados. Nesse sentido, o lugar “não se refere a objetos e atributos das localizações, mas a tipos de experiência e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e segurança” (LEITE, 1998, p. 10).

Concordante, Tuan afirma que “lugar é um centro de significados construídos pela experiência” (LEITE, 1998, p. 14). Refere-se, assim, aos locais onde construímos referenciais afetivos que desenvolvemos ao longo de nossa vida, de nossa convivência com o espaço e seus habitantes. É, pois, fruto da construção de um elo entre o sujeito e o ambiente em que vive, onde se articulam as experiências e vivências dos homens no espaço. Configura “um centro de significações insubstituível para a fundação de nossa identidade como indivíduos e como membros de uma comunidade, associando-se, desta forma, ao conceito de lar” (FERREIRA, 2000, p. 68).

O processo de globalização, para os teóricos que sustentam essa doutrina, tende a destruir e desconsiderar a importância dos lugares, uma vez que tende a diminuir o número dos lugares significantes e a homogeneizar as paisagens.

Relph propôs nesse cenário um novo conceito: a deslugaridade, cuja gênese está associada ao mundo moderno, onde “a comunicação de massa, a cultura de massa, as grandes empresas, o processo de autoridade central e o próprio sistema econômico são os principais responsáveis por todo esse processo” (FERREIRA, 2000, p. 69).

A outra acepção geográfica que trata do conceito de lugar é a marxista, conhecida como geografia crítica ou radical. Divulgada na década de 1970, ela surge em busca da transformação da realidade social, fundamentada no materialismo histórico e dialético. Tem como fator ideológico o uso do conhecimento geográfico como instrumento de “libertação do homem” (MORAES, 2005, p. 119) e a necessidade de se construir na sociedade uma visão integrada e articulada do espaço, como forma de resistência social.

Entende o lugar como resultado da relação entre o que é singular com o que é homogeneizado pela globalidade, pelo advento das redes de transporte e de comunicação. Ele se apresenta como “o ponto de articulação entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento” (CARLOS, 2007, p. 19). É o elo que estabelece a relação entre o de fora (o global), com o de dentro (o local).

Nesse sentido, o lugar pode ser compreendido como o espaço onde se estabelecem as relações local-global. Essa corrente de pensamento não nega que o lugar tende a ser vulnerável às influências externas. Contudo, salienta que isso não elimina as peculiaridades dos lugares, pois cada sociedade produz seu espaço; cada lugar responde de um jeito aos estímulos gerados externamente, de acordo com a capacidade de organização dos grupos que ali habitam (CALLAI, 2004). De acordo com Santos, “quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos” (LEITE, 1998, p. 15).

À medida que se integram os lugares, intensificam-se as singularidades. Cada lugar reage de uma maneira às influências do global, formando sua identidade.

Já se fala em hibridismo entre as dimensões global e local. Assim, os fenômenos globais tanto podem sobrepor-se aos fenômenos locais, modificando toda a sua estrutura, como os fenômenos locais podem se expandir a nível mundial, por intermédio dos meios técnico-científicos. É o chamando glocal, “definido como a interação de relações de globalização e de localização” (HAESBAERT, 2010, p. 140).

Para a corrente marxista, o conceito de lugar, frente à globalização, parece ganhar ainda mais destaque, pois se apresenta como “a forma mais clara de explicar o todo na parte e a parte no todo” (CAVALCANTE, 2011). Nele, se instalam a densidade técnica e informacional, um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas e instituições.

O lugar é a porção do espaço que traz segurança, onde o indivíduo se constitui enquanto ser social. Na medida em que ninguém vivencia o espaço como um todo, o sujeito vive apenas em uma parte dele, e é essa parte que compõe o lugar, onde se tecem as relações sociais, realizadas no cotidiano, “o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida” (CARLOS, 2007, p. 29).

Do exposto depreende-se que o sentido de lugar, considerando as acepções aqui abordadas, possui variadas definições, que em comum identificam que o lugar é carregado de sentido e significado para os que o habitam, sendo uma relevante categoria de análise para a formulação de políticas públicas habitacionais.

Quando se trata de remoção, pensar a questão do lugar se torna fundamental, tendo em vista que as pessoas tendem a estabelecer uma estreita relação com os espaços onde habitam. Suas casas, por mais simples que sejam, possuem um simbolismo de grande relevância para os indivíduos. Envolvem práticas individuais e sociais, formadas por lugares de referência, nos quais os habitantes se identificam.

A moradia evoca a sensação de pertencimento e segurança, construída a partir da convivência com o lugar e com as pessoas que também o habitam (CARLOS, 2007).

De acordo com Carlos (2007), o lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante - identidade - lugar. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso e ocupação do espaço, passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo.

Nesse sentido, resta evidente que as ações do Estado, em todas as esferas (federal, estadual e municipal), no que tange à provisão de moradias populares deveriam, além de prezar pelas funções sociais da cidade, garantir à população o acesso aos serviços de infraestrutura básica e também considerar a questão do lugar,

respeitando as relações identitárias estabelecidas entre a população com os locais ocupados.

Conforme abordado no item 2.3 deste trabalho, a pobreza deve ser compreendida como uma realidade de privação multidimensional (SEN, 2000), na qual o sujeito se encontra privado de condições de satisfação de suas necessidades básicas de alimentação, moradia, segurança, educação, lazer e saúde. Partindo dessa concepção, Cidade, Moura Jr. e Ximenes (2012) pontuam que é necessário conceber a pobreza em sua complexidade, considerando fatores sociais, políticos e simbólicos.

Sabe-se que o protagonismo juvenil se trata, inicialmente, de um paradigma teórico. Contudo, é importante compreender o quanto esse tema gera desdobramentos no cotidiano do jovem. Em regra associado à juventude no contexto de pobreza, diz-se protagonismo tanto a participação dos jovens pobres na superação das adversidades vividas por eles quanto por suas famílias (FERRETI *et al.*, 2004). Nesse caso, o protagonismo é o modelo proposto ao jovem pobre para superação de sua condição de pobreza.

Vieira (2009), ao analisar o protagonismo, diz estar implícita a ideia de reconhecer o jovem como senhor de seu destino, e isso é capturado pelo modo de sentir do jovem. Entretanto, corre-se o risco de considerar os jovens como os únicos responsáveis pelas suas escolhas, desconsiderando-se assim os limites colocados pelas próprias condições sociais (VASCONCELOS, 2008) e reforçando a culpabilização do sujeito pobre (GÓIS, 2008). Isso fortalece a importância de se investigar como eles, jovens, entendem esse (e outros) conceito(s) na prática e em seus cotidianos.

Para De Certeau (2008), o espaço realiza-se enquanto vivenciado. Dito de outra forma, um determinado lugar só se torna espaço na medida em que indivíduos exercem dinâmicas de movimento nele através do uso e, assim, o potencializam e o atualizam. Quando ocupado, o lugar é imediatamente ativado e transformado, passando à condição de lugar praticado.

É na dinâmica da sociabilidade que o lugar adquire um significado pleno de sentidos e elementos simbólicos que reforçam as identidades e memórias contidas nos referenciais e narrativas sobre o passado e o presente dos jovens pobres (REIS, 2007).

A personalidade dos jovens enquanto indivíduos é formada a partir da vida coletiva. Assim, a consciência moral e o pensamento lógico se originam, mas, também, se destinam ao meio social (DURKHEIM, 1989). Assim, é a partir das representações sociais que se pode compreender de que maneira aquele meio social tem influenciado os jovens e como ele tem vivenciado e modificado essas representações a partir das abstrações que faz do meio.

A pesquisa de campo se torna fundamental pois, sem o impacto existencial e psíquico, parece que os dados, embora presentes, se tornam “frios, distantes e mudos” (PEIRANO, 1995, p. 48).

As entrevistas com os jovens seguiram um roteiro pré-estabelecido e buscaram a opinião e o sentimento deste grupo sobre a forma como foi conduzida a remoção, as mudanças ocorridas no cotidiano deles, os significados por eles atribuídos aos espaços onde estão morando e as relações sociais estabelecidas nesses espaços. Enfim, como vivenciaram a remoção e vivenciam o cotidiano, procurando identificar os possíveis impactos causados na vida dessas pessoas.

Foi possível constatar que nenhum dos jovens entrevistados chegou a sequer iniciar o ensino superior. Duas jovens interromperam seus estudos (Carol e Danielle). Todos estudaram em escolas públicas ao longo de toda a formação (foram citados o Colégio Estadual José do Patrocínio, Rotary I, Rotary III, Escola Municipal Frederico Paes Barbosa, Liceu de Humanidades de Campos, Colégio Estadual Desembargador Álvaro Pereira Pinto, e o Brizolão).

Segundo Dayrell (2007), a parcela da juventude brasileira que, majoritariamente, frequenta as escolas públicas é formada por jovens pobres que vivem nas periferias dos grandes centros urbanos, marcados por um contexto de desigualdade social.

As entrevistas foram fundamentais para a análise e a compreensão das práticas e dos usos na e da cidade, isto é, todas as maneiras pelas quais um local vem a ser, de fato, apropriado e usado (VOGEL; MELLO, 2017).

Para Silva e Schipper (2010), deve-se valorizar a experiência social, traçar realmente a transformação do território em usado, praticado e vivenciado.

Na relação entre o universal e o particular, entre unidade e totalidade, se constrói a rede das relações interpessoais e dentro dessa ‘rede’ é que o sujeito pode recriar significados e produzir sentidos no seu espaço cotidiano (REIS, 2007).

O ponto de partida para a análise da apropriação da cidade é o bairro, pois esse é o primeiro lugar onde os jovens definem os percursos cotidianos por meio dos quais constroem as interações com a cidade.

O bairro é o espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla do que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável do que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade (MAGNANI, 1998).

Questionados sobre o bairro atual, responderam que:

“Eu tenho ódio disso até hoje, raiva. A prefeitura não quis saber. Comunicou só. Agora moro aqui. Não é próximo do centro, não tem ônibus.”  
(Erick - Tapera)

“É um bairro melhor. Mas não é próximo do centro e só tem ônibus de vez em quando.”  
(Andreza – Parque Rio Branco)

“É um bairro ruim, sem ônibus. Pra pegar tenho que ir pro HGG. A vizinhança é muito ruim e aqui tem tráfico.”  
(Kelly - Parque Santa Clara)

“Não é bom. É perigoso. Eu morava em um lado (da cidade) e ganhei casinha em outro lado. Aqui só tem comércio porque os moradores fizeram venda nas casas.”  
(Fábia - Parque Santa Clara)

“O bairro é muito violento. Tem comércio mas é um bairro muito perigoso.”  
(Wesley - Parque Prazeres)

“Eu acho o bairro hoje em dia muito mais violento.”  
(Dandara - Parque Santa Clara)

“Eu moro aqui nas casinhas da Penha. Tem comércio e tal, mas não é perto do centro.”  
(Carol - Penha)

“É um bairro perigoso. Tem comércio.”  
(Lenon – Santa Rosa)

“Tem comércio aqui em algumas casas. É longe do centro. E é perigoso, muita coisa mesmo.”  
(Danielle – Sapo I)

“É um bairro que tem pouco lazer e pouco ônibus. E agora outras pessoas fizeram casa perto do rio, onde era a de mamãe.”  
(André – Aldeia)

Perguntados sobre o sentimento de segurança no conjunto habitacional, foi possível constatar que apenas uma jovem se sente plenamente segura.

“Não. A vida é doida né?”  
(Erick - Tapera)

“Me sinto.”  
(Andreza – Parque Rio Branco)

“Me acostumei. Me sinto segura só em casa. A vizinhança é muito ruim e aqui tem tráfico.”  
(Kelly - Parque Santa Clara)

“Não. Muita barricada.”  
(Fábia - Parque Santa Clara)

“Depende. Mas também não fico na rua. Melhor evitar né? (questionei sobre evitar o que) evitar problema.”  
(Wesley - Parque Prazeres)

“Não. Violência tá muito grande.”  
(Dandara - Parque Santa Clara)

“Dentro de casa. Mas também na rua ninguém mexe com ninguém.”  
(Carol - Penha)

“Não. Tenho medo de tiroteio.”  
(Lenon – Santa Rosa)

“Não.”  
(Danielle – Sapo I)

“Não. Eu tenho medo de ser confundido.”  
(André – Aldeia)

Ao serem perguntados sobre quais os lugares em que se sentem protegidos e seguros, apenas quatro jovens do sexo feminino afirmaram que é dentro de suas casas. Nota-se que todos os jovens do sexo masculino não se sentem seguros em lugar nenhum.

“Em lugar nenhum. Hoje em dia eu faço algumas coisas.”  
(Erick - Tapera)

“Dentro de casa. Me sinto mais segura do que na rua.”  
(Andreza – Parque Rio Branco)

“Só em casa. A vizinhança é muito ruim e aqui tem tráfico.”  
(Kelly - Parque Santa Clara)

“Nem dentro de casa. Aqui não é bom. É perigoso. Eu morava em um lado (da cidade) e ganhei casinha em outro lado.”  
(Fábia - Parque Santa Clara)

“Nenhum.”  
(Wesley - Parque Prazeres)

“Somente dentro da minha casa.”  
(Dandara - Parque Santa Clara)

“Na minha casa.”

(Carol - Penha)

“Nenhum. Porque o mundo é violento. Eu sou preto, pobre, polícia já chega atirando.”

(Lenon – Santa Rosa)

“Nem dentro de casa. Aqui é perigoso, muita coisa mesmo.”

(Danielle – Sapo I)

“Não me sinto.”

(André – Aldeia)

Quanto aos serviços públicos de que fazem uso, hospital foi citado pelos dez jovens. Escola, por um jovem. Transporte, por cinco jovens. Creche, por duas jovens.

Em um dado momento das entrevistas, os jovens foram questionados sobre se acreditam que tiveram melhoria na qualidade de vida após o reassentamento.

“Tive. Comecei a *trampar*. Tive dinheiro.”

(Erick - Tapera)

“Sim. A casa é maior, melhor e não dá enchente.”

(Andreza – Parque Rio Branco)

“Não. Piorou.”

(Kelly - Parque Santa Clara)

“A casa é melhor mas tem esgoto a céu aberto e o lugar é perigoso. Não tenho *uma* liberdade direito.”

(Fábia - Parque Santa Clara)

“A casa é maior.”

(Wesley - Parque Prazeres)

“Em questão de moradia sim, mas é violento.”

(Dandara - Parque Santa Clara)

“Em questão de vida em geral. Aqui a casa é minha. Saí da casa da minha mãe. A ‘casa é minha, quem manda aqui sou eu’. Graças a Deus.”

(Carol - Penha)

“Sim. Não tem mais enchente.”

(Lenon – Santa Rosa)

“Não. Só em sentido da enchente.”

(Danielle – Sapo I)

“A casa é maior.”

(André – Aldeia)

Questionados sobre se acreditam que seus laços afetivos com o espaço anteriormente ocupado foram perdidos/modificados, todos responderam que foram.

“Foram.”

(Erick)

“Foi sim. Por falta de se ver, distanciamento.”  
(Andreza)

“Foram prejudicadas as amizades. Nós se vê, mas não é a mesma coisa.”  
(Kelly)

“Um pouco. A gente não se vê.”  
(Fábia)

“Bastante.”  
(Wesley)

“Perdi sim.”  
(Dandara)

“Não tenho mais contato. Com três, quatro eu ainda falo.”  
(Carol)

“Sim.”  
(Lenon)

“Não tem mais.”  
(Danielle)

“Bastante.”  
(André)

Perguntados sobre como é a circulação pela cidade, as respostas tiveram pouca variação. Os depoimentos demonstraram que os jovens são excluídos quando tentam acessar outras partes da cidade.

“Quase não saio.”  
(Erick)

“Vou *na* igreja, que é na 28 de março. Vou *no* centro, *no* Shopping Boulevard e *na* Praça São Salvador.”  
(Andreza)

“Vou *no* Parque Prazeres, *no* centro e *no* Boulevard.”  
(Kelly)

“Trabalho na rua. Ando muito. Fora isso vou *na* igreja, que é no Santa Rosa, e *no* centro.”  
(Fábia)

“Vou *na* igreja no Parque Prazeres, *no* centro e *no* Campos Shopping.”  
(Wesley)

“Quase não saio. Mas quando vou, vou *no* centro e *na* igreja no Nova Campos.”  
(Dandara)

“Tô afastada na igreja aqui na Penha. Vou ao centro assim. E fui *no* Boulevard uma vez.”  
(Carol)

“Vou *no* centro e *na* igreja no Santa Rosa.”  
(Lenon)

“Vou na igreja *no* Nova Campos e *no* centro.”  
(Danielle)

“Vou no camelô e na praça do centro.”  
(André)

Sobre Campos dos Goytacazes e as possibilidades que oferece aos jovens, as respostas variaram entre *ruim* e *bem poucas*.

“Só tem chance se for *play*.”<sup>39</sup>  
(Erick)

“Ruim. Pode melhorar com novo prefeito. Dar chance de estudos pros jovens.”  
(Andreza)

“Ruim. Prefeito não dá oportunidade.”  
(Kelly)

“Nenhuma. Quem tem dinheiro é que tem chance.”  
(Fábia)

“Poucas. Mais é comércio e prestar serviço.”  
(Wesley)

“Tem um *cado*. Uns cursos gratuitos para tentar tirar os jovens do meio criminal.”  
(Dandara)

“Tem nada. Zero chance.”  
(Carol)

“Poucas.”  
(Lenon)

“Não tem.”  
(Danielle)

“Só pra quem tem dinheiro.”  
(André)

Questionados sobre a vivência de situações em que se sentiu um estranho na própria cidade, três jovens, todas mulheres, afirmaram que não se sentem estranhas e que se sentem parte da cidade. A Pelinca foi citada por quatro jovens (duas mulheres e dois homens) como um local de segregação. O Boulevard foi mencionado por um jovem do sexo masculino. E dois jovens (uma mulher e um homem) destacaram a dificuldade financeira que enfrentam na cidade.

“Já. Uma vez na Pelinca. Eu senti que não era pra *mim* estar lá. Eu ainda era *di menor*, tinha 14 anos e *nem ainda* fazia nada errado.”  
(Erick)

---

<sup>39</sup> “Play” é abreviação de *playboy*, homem abastado.

“Não.”  
(Andreza)

“Sim. A Pelinca não é pra mim.”  
(Kelly)

“Não. Eu gosto daqui de Campos.”  
(Fábia)

“Uma vez na Pelinca. Ficaram me olhando.”  
(Wesley)

“Não. Eu moro aqui e me acho parte.”  
(Dandara)

“Em questão de serviço assim. Eu não arrumo nada aqui. Faço faxina e vivo de pensão e auxílio.”  
(Carol)

“No Boulevard.”  
(Lenon)

“Na Pelinca.”  
(Danielle)

“Já. As coisas é de muita batalha, difícil mesmo (olhos cheios d’água).”  
(André)

Perguntados sobre o conceito de direito à cidade, sete afirmaram não saber o que é, um afirmou que achava que sabia, um que não sabe muito bem e apenas um atestou saber.

“Não sei.”  
(Erick)

“Acho que sei.”  
(Andreza)

“Não.”  
(Kelly)

“Não.”  
(Fábia)

“Sei.”  
(Wesley)

“Não.”  
(Dandara)

“Não.”  
(Carol)

“Não sei muito bem.”  
(Lenon)

“Não.”

(Danielle)

“Não.”

(André)

Questionados sobre *o que pensam que é*, cinco associaram o conceito ao direito de moradia.

“Direito de morar em alguma cidade.”

(Erick)

“Saúde melhor, transporte melhor, polícia na rua.”

(Andreza)

“Direito de estudar?”

(Kelly)

“Eu acho que é o direito de ter uma cidade pra morar.”

(Fábia)

“Cidade com saúde e igualdade.”

(Wesley)

“Direito de andar pela cidade, *no livre arbítrio*.”

(Dandara)

“Não *faço* noção.”

(Carol)

“Direito de todos morarem numa cidade?”

(Lenon)

“Direito de morar na cidade.”

(Danielle)

“Não sei. Direito de morar?”

(André)

Perguntados sobre *se acham que têm*, apenas metade afirmou que tem, novamente associando o direito à cidade ao fato de morarem/terem uma casa em Campos.

“Tenho. Moro aqui.”

(Erick)

“Não. *Falta* muitas coisas.”

(Andreza)

“Acho que não tenho. Porque pra mim as coisas são muito difíceis. Cada dia uma batalha.”

(Kelly)

“Tenho.”

(Fábia)

“Não, porque em Campos não tem igualdade.”

(Wesley)

“Acho que tenho. Porque moro aqui.”  
(Dandara)

“Eu não tenho.”  
(Carol)

“Acho porque eu moro na cidade.”  
(Lenon)

“Tenho. Porque moro aqui.”  
(Danielle)

“Eu tenho, porque eu tenho casa.”  
(André)

Essa última pergunta foi bastante reveladora. Não foi a última questão abordada na entrevista, mas foi uma das mais impactantes para mim enquanto pesquisadora. Perguntei aos dez jovens sobre *do que eles têm medo*, quando saem à rua. As respostas trazem o retrato da segregação e da violência vivenciadas cotidianamente pelos jovens das casinhas.

“De morrer *né?*”  
(Erick)

“Às vezes tenho sim. De ser assaltada.”  
(Andreza)

“Assaltada, *estrupada*, bala perdida.”  
(Kelly)

“Tirroteio.”  
(Fábia)

“De morrer por ser negro.”  
(Wesley)

“Ser assaltada.”  
(Dandara)

“De morrer. Medo é maior fora *que* dentro de casa.”  
(Carol)

“De morrer.”  
(Lenon)

“Tiro.”  
(Danielle)

“De morrer.”  
(André)

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inquietude em construir sociedades mais justas não é nova: o mundo ocidental tem demonstrado crescente preocupação em erradicar a desigualdade e, principalmente, a pobreza. Contudo, ambos os processos têm aumentado, juntamente com a concentração de riqueza.

Por que as desigualdades socioespaciais não são sequer mitigadas, ou enfrentadas, no caso brasileiro, em geral? O espaço não é ocupado ao acaso. O “equilíbrio social” e do “ordenamento espacial” não passam de discursos tecnocráticos, impregnados de ideologia/interesses de grupos e corporações de classe. A ação dos agentes sociais que fazem e refazem a cidade ocorre dentro de um marco jurídico que regula a sua atuação.

Esse marco não é neutro, é resultado de uma longa luta pela Reforma Urbana e de uma longa prática que reflete a dominância dos interesses dos agentes detentores da terra, do capital e dos imóveis, e constitui-se em uma retórica ambígua, que permite que haja transgressões de acordo com os interesses do agente dominante, numa articulação dos grupos mais poderosos.

Há, entretanto, denominadores comuns que os unem: um deles é a apropriação de uma renda da terra. Por outro lado, a ação desses agentes serve ao propósito dominante da sociedade capitalista, que é o da reprodução das relações de produção, implicando a continuidade do processo de acumulação, ao lado da tentativa de minimizar conflitos de classe. Assim, a cidade, com tudo o que ela representa em termos produtivos e de local da reprodução da força de trabalho, cresce ao sabor dos interesses privados. As decisões acerca da urbanização são decisões políticas. E tais decisões, no Brasil, têm peculiaridades perversas, advindas da relação entre sociedade e Estado. Os processos decisórios acabam por ser influenciados por padrões históricos estruturadores e organizadores de tais relações.

A concentração não é apenas material, vez que os que concentram riqueza geralmente monopolizam níveis mais altos de poder, tendo forte participação na delimitação da organização material e simbólica do futuro. Assim, os processos de concentração e desigualdade social são multidimensionais, onde diversas vantagens - e desvantagens - convergem simultaneamente. Desigualdades e condições desfavoráveis (e favoráveis para uns) são geradas, não são naturais e podem ser mantidas, ser reduzidas ou ampliadas, de acordo com os objetivos das políticas

públicas delineadas (MAYER; DUHALDE; ORTEGA; SILVA, 2020).

Este estudo demonstrou que o histórico das políticas de habitação no Brasil evidencia que a remoção de favelas tem sido a opção mais adotada pelos órgãos públicos no tratamento das questões habitacionais urbanas, em detrimento da provisão de melhorias e instalação de infraestrutura e serviços nesses espaços.

O Programa Morar Feliz não se configura um ponto fora da curva. Ele acompanha essa lógica de intervenção, sendo responsável pela extinção de diversas favelas na cidade de Campos dos Goytacazes e pela alocação da população removida em conjuntos habitacionais que enfileiram residências padronizadas, construídas nas áreas periféricas da cidade e com infraestrutura precária.

A remoção de favelas adotada pelo programa Morar Feliz tem sido justificada pelo poder público municipal como meio para retirar a população das áreas de risco e de vulnerabilidade social, promovendo-lhe moradia digna. Ocorre que o acesso à moradia digna implica um cenário muito mais complexo do que construir e conceder casas populares. Uma série de condições deve ser atendida, para que um abrigo possa ser considerado como moradia digna. Pode-se aqui enumerar a segurança da posse, uma localização que garanta o usufruto do Direito à Cidade e a adequação cultural, que respeite a expressão da identidade cultural das pessoas.

As ações do Poder Público em relação ao programa Morar Feliz demonstram que essas condições, quase sempre, são desconsideradas. Em um processo de intervenção habitacional, a noção de habitar não deveria ser negligenciada pelos formuladores da política pública. Pelo contrário, deveria ser o ponto de partida do processo, tendo em vista que o homem é um ser que age e interage com o espaço onde vive.

Ocorre que, com o intuito de oferecer um maior número possível de unidades habitacionais às famílias, o programa acabou por privilegiar o quantitativo em detrimento do qualitativo.

Este estudo é um indicador de que a reconfiguração habitacional do Morar Feliz não foi capaz de promover mudanças profundas no que consiste ao acesso à vida urbana em sua plenitude para os jovens pobres que residem nessas áreas. É uma periferia planejada pelo próprio Estado para retroalimentar esse sistema tão desigual.

O programa não concretiza avanços que garantam aos jovens o pleno exercício do direito à cidade. O morar é um processo definido por uma rede articulada e complexa de agentes, de relações e de interações que ultrapassam em muito o âmbito

estrito do espaço da edificação, implicando em sua constituição processos sócioespaciais mais amplos. O endereço influencia diretamente na situação dos indivíduos, em suas possibilidades e perspectivas.

Em um ensaio de adaptabilidade, vê-se que os jovens buscaram encontrar novas formas de interação social e fundaram novos espaços de vivência, sendo evidências de reterritorialização. São tentativas de criar suas próprias estratégias de enfrentamento às privações cotidianas, embora, restringidas, conforme as entrevistas demonstraram, pelas carências dos equipamentos e espaços públicos e pela insegurança do entorno abandonado pelo Poder Público, restando-se lhes a sociabilidade das redes sociais virtuais. As entrevistas foram em verdade uma sucessão de lições de vida, um série de encontros cheios de emoção, um choque de realidade que muito me ensinou (aqui relembro de uma entrevista com uma jovem – Carol - que me ofereceu café em sua casinha e completou sorrindo “é...só tem café mesmo. Aceita?” Claro que aceitei. Tomei o café e o ensinamento).

O contato com os jovens ao longo desta pesquisa deixa muito claro o aparente óbvio: o jovem não é "o adulto de amanhã", ele é o jovem de hoje. São seres humanos, amam, sofrem, divertem-se, pensam a respeito de suas condições e de suas experiências de vida, posicionam-se, agem, possuem desejos e propostas de melhoria de vida. É neste processo que cada um deles vai se construindo e sendo construído como sujeito: um ser singular que se apropria do social, transformado em representações, aspirações e práticas. Um sujeito que interpreta e dá sentido ao seu mundo e às relações que mantém.

Eles são sujeitos concretos, com experiências singulares, cujas trajetórias de vida possibilitam a compreensão além da etiqueta de “jovem pobre”. Expressam experiências e momentos de vida diversificados, revelando mundos próprios.

Esta tese se propôs a analisar como se dá a experiência juvenil na e com a cidade, a partir das apropriações, circulações e práticas sociais de um grupo de jovens que habita conjuntos sujeitos às condições de pobreza.

Restou evidente que um dos grandes desafios do Poder Público é pagar a dívida social em relação aos jovens pobres. As suas percepções refletem a desigualdade e a segregação sócioespacial que marcam o cotidiano da cidade. Os jovens trouxeram à tona temas como a desigualdade social, o planejamento urbano (ou sua ausência), as dificuldades, no que diz respeito ao transporte e à mobilidade, bem como as implicações do medo e da violência na modelação do espaço urbano e

nas relações sociais. Portanto, identificaram elementos que restringem o seu direito à cidade, diminuem a qualidade de vida de parte da população pobre e influenciam na dinâmica cotidiana.

Os padrões são perversos. Diante das limitações e da discriminação sofrida devido ao local de moradia (e todas as representações que ele carrega), o jovem “das casinhas” tem suas práticas sociais moldadas e limitadas. A dificuldade de acesso às políticas e conseqüentemente a diminuição da possibilidade de exercer os direitos atinge em maior proporção esses jovens do que aqueles que residem em outras áreas urbanas. Muitas das reivindicações trazidas por eles estão garantidas como direitos na legislação brasileira, mas não são, de fato, vividos em seus cotidianos.

Apesar do elevado número de jovens pobres residentes na área urbana do município, insuficientes são os projetos sociais estruturados para esse segmento social. Considerados a idade, o nível de escolaridade, o local de moradia e os conflitos existentes no cotidiano desses jovens, percebe-se que há a premência de implementação e ampliação das políticas públicas de juventude.

O pleno exercício do direito à cidade por esses jovens se torna ainda mais distante, principalmente no que diz respeito à possibilidade de discutir e pensar a cidade, visto que ainda são impedidos de exercer direitos mais básicos como o de simplesmente circular em seus espaços.

Nos contextos em que vivem os jovens entrevistados, faz-se necessário o estabelecimento de uma rede de sustentação mais ampla, com políticas públicas que garantam espaços e tempo para que os jovens possam se colocar de fato como sujeitos e cidadãos, com direito a viver plenamente a juventude.

Políticas e programas precisam atuar de forma integrada e pensar o enfrentamento dos desafios de forma conjunta, dialogando com a juventude, para que se tornem mais eficientes, apresentem melhores resultados e satisfaçam as necessidades e anseios do público-alvo.

É fundamental ressignificar os estereótipos vigentes sobre as casinhas e seus moradores, bem como as ações governamentais no tratamento das questões habitacionais urbanas. Dessa maneira, será possível caminhar para a elaboração de propostas de planejamento e gestão urbanas que prezem pelo desenvolvimento das funções sociais da cidade, garantindo o bem estar dos seus habitantes e concretizando a moradia digna para a população.

Chega-se ao fim de um percurso... a andança continua. Não há como sugerir

soluções categóricas e milagrosas, mas se podem fixar algumas trilhas, que não garantem, per se, o encontro de soluções, porém contribuem para repensar saídas. Com a consciência de que, por sua complexidade, as questões não foram esgotadas, enxergam-se possibilidades de pontos hábeis a estimular novas pesquisas.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil Brasil contemporâneo. *In*: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (org.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. cap. 2, p. 37-72.

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5/6, p. 25-36, 1997.

ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas juvenis**: punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Escrita, 1994.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. Ser jovem no Brasil hoje: políticas e perfis da juventude brasileira. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 13-25, 2015.

ABRAMOVAY, Miriam. Juventudes no Brasil. Vulnerabilidades negativas e positivas, desafiando enfoques de políticas públicas. *In*: **Família, sociedade e subjetividades. Uma perspectiva multidisciplinar**. PETRINI, João Carlos; CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon (org.). Petrópolis: Editora Vozes, 2005. p. 54-83.

ABRAMOVAY, Miriam; FEFFERMAN, Marisa. Juventude e sociabilidade: vivendo uma cultura de violência. **Sociologia Especial**, São Paulo, ano 1, n. 2, p. 46-55, 2007.

ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, Violência e Vulnerabilidade social na América Latina**; desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO/BID, 2002.

ABRAMOVAY, Miriam *et al.* **Gangues, galeras, chegados e rappers**: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

ALVES, Heloíza Manhães. **A sultana do Paraíba**: reformas urbanas e poder político em Campos dos Goytacazes, 1890-1930. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal. *In*: VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 11-74.

ARAÚJO, Ronaldo de Sousa. **Modificações no planejamento urbanístico**. São Paulo: Nobel, 2010.

ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira de. **Política habitacional e direito à cidade**: a experiência do programa “Morar Feliz” em Campos dos Goytacazes – RJ. 2014. 274 f. Tese (Doutorado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2014.

ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira de. **Política habitacional e remoção de favelas em cidades de porte médio**: A experiência do conjunto habitacional Aldeia em Campos dos Goytacazes. 2009. 166 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2009.

AZEVEDO, Sérgio; TIMÓTEO, Geraldo Márcio; ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira de. Habitação social e segregação espacial: Implicações do programa “Morar Feliz” em Campos dos Goytacazes – RJ. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37., 2013, Águas de Lindóia. **Anais** [...]. Águas de Lindóia: ANPOCS, 2013. p. 1-24.

AZEVEDO, Sérgio. Desafios da habitação popular no Brasil: políticas recentes e tendências. *In*: CARDOSO, Adauto. **Habitação social nas metrópoles brasileiras**: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Coleção Habitare. Porto Alegre: ANTAC, 2007. p. 13-41.

AZEVEDO, Venâncio Guedes de; HELLEBRANDT, Luceni; DOS SANTOS, Livia Muniz Nunes; PANZA, Alessandra Bonaparts. **Mulheres na Cadeia Produtiva da Atividade Pesqueira de Ubatuba-SP**. Campos dos Goytacazes-RJ: EDUENF, 2019. Disponível em: [http://https://www.researchgate.net/publication/334277430\\_Mulheres\\_na\\_cadeia\\_produtiva\\_da\\_atividade\\_pesqueira\\_de\\_Ubatuba-SP](http://https://www.researchgate.net/publication/334277430_Mulheres_na_cadeia_produtiva_da_atividade_pesqueira_de_Ubatuba-SP). Acesso em: 15 jun. 2020.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BARBOZA, Florence Marcolino. **Risco para quem?** A instrumentalização do “risco” contra o Direito à Cidade das famílias removidas em Campos dos Goytacazes/RJ. 2019. 126 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Campos dos Goytacazes, 2019.

BARBOZA, Florence Marcolino; MALAGOLI, Marco Antonio Sampaio. Inundações e remoções no Bairro de Uruaí, Campos (RJ). *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL CALEIDOSCÓPIO DA CIDADE CONTEMPORÂNEA, 2., 2017, Campos dos Goytacazes. **Anais** [...]. Campos dos Goytacazes: UFF, 2017. p. 1-13. Disponível em: <http://congressointernacionalcaleidoscopio.sites.uff.br/edicao-atual/>. Acesso em: 25 jun. 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **A Liberdade**. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

BERTOLI, Naiana de Freitas. **Juventude e religiosidade evangélica na cidade de Campos dos Goytacazes**: singularidades em torno de jovens moradores de favelas. 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2013.

BIRMAN, Patrícia. Favela é comunidade? *In*: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. (org.) **Vida sob cerco**: violências e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2008. p. 99-114.

BOCCO, Fernanda. **Cartografias da infração juvenil**. Porto Alegre: ABRAPSO SUL, 2009.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil**. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria. São Paulo: FAPESP, 1998.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos**, São Paulo, n.45; 1996. Disponível em: <[http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/79/20080626\\_as\\_cidades\\_como\\_atores.pdf](http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/79/20080626_as_cidades_como_atores.pdf)>. Acesso em: 08 mar. 2020.

BOTELHO, Adriano. **O urbano em fragmentos**: a produção do espaço urbano e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: Bourdieu, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro, 1983.

BREVIGLIERI, Marc. Penser l' habiter, estimer l' habitabilité. **Tracés**, Zurich, n. 23/29, p. 9-14, nov. 2006.

BRUM, Mario. Ditadura civil-militar e favelas: estigma e restrições ao debate sobre a cidade (1969-1973). **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 14, n. 28. p. 357-379, 2012.

BRUSEKE, Franz Josef. Risco e Contingência. Os paradigmas da modernidade e sua contestação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Florianópolis, v. 22, n. 63. p. 69-80, 2007.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade dos muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: EDUSP; Editora 34, 2000.

CALLAI, Helena Copetti. O estudo do Lugar como possibilidade de construção da identidade e pertencimento. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 7., 2004, Coimbra. **Anais [...]**. Coimbra: Faculdade de Economia da UC, 2004.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: Panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. (Texto para discussão n. 621).

CAMPOS, Ricardo Bruno Cunha. **Sociabilidade, Medo e Estigma no Contexto Urbano Contemporâneo**: O Bairro do Roger na Cidade de João Pessoa – PB. 2008. 167 f. Monografia (Curso de Ciências Sociais) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Decreto nº 55, de 28 de fevereiro de 2011. Estabelece os critérios e o procedimento para concessão das casas populares do

Programa Morar Feliz ou outro programa habitacional de moradia popular instituído neste município. Campos dos Goytacazes: Câmara Municipal [2011]. Disponível em <https://www.campos.rj.gov.br/app/assets/diario-oficial/with-450>. Acesso em 17 mar. 2020.

CARDOSO, Adauto Lucio. Avanços e desafios na experiência brasileira de urbanização de favelas. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, n. 17, p. 219-240, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2013.

CARMAN, María; VIEIRA DA CUNHA, Neiva; SEGURA, Ramiro. **Segregación y diferencia en la ciudad**. Buenos Aires: Clacso, 2013.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. Jovens, escolas e cidades: entre diversidades, desigualdades e desafios à convivência. *In*: COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO, 2., 2009, Portalegre. **Anais** [...]. Portalegre: IPP, 2009.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventudes: as identidades são múltiplas. **Movimento**, Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, n. 1, p. 11-26, maio 2000.

CARVAJAL, Guillermo. **Tornar-se adolescente** - a aventura de uma metamorfose - uma visão psicanalítica da adolescência. São Paulo: Cortez, 1998.

CASSAB, Clarice. Os jovens e a Cidade: Relações e Representações. **Revista de Geografia**, Recife, v. 27, n. 01, jan./abr., 2010, p. 26-39.

CASSAB, Clarice. **(Re) Construir utopias**: jovem, cidade e política. 2009. 228 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

CASSAB, Clarice. O lugar da juventude: espaço-temporalidades da noção de juventude. *In*: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 26., 2007, Guadalajara. **Anais** [...]. Guadalajara: ALAS, 2007. Disponível em <http://cdsa.academica.org/000-066/1729.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2020.

CASSAB, Maria Aparecida Tardin. **Jovens pobres e o futuro**: a construção da subjetividade na instabilidade e na incerteza. Niterói: Intertexto, 2001.

CASTRO, Antônio Maria Gomes de; LIMA, Susana Maria Valle; SARMENTO, Eduardo Paulo de Moraes; VIEIRA, Luis Fernando. **Juventude rural, familiar e políticas de acesso a terra no Brasil**. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2013. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/livro/juventude-rural-agricultura->

familiar-e-pol%C3%ADticas-de-acesso-%C3%A0-terra-no-brasil. Acesso em 22 abr. 2020.

CAVALCANTE, Márcio Balbino. O lugar no mundo e o mundo no lugar: a Geografia da sociedade globalizada. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 12, n. 40, dez. 2011, p. 91-95.

CECCHETTO, Fátima; CORRÊA, Juliana; FARIAS, Patrícia. Quando o projeto era moda: projetos sociais, juventudes e a política de “pacificação” no Rio de Janeiro. **Journal for Brazilian Studies**, Brasileira, v. 4, n. 2, 2016.

CECCHETTO, Fátima; FARIAS, Patrícia. “Tu mora onde”? Território e produção de subjetividade no espaço urbano carioca. *In*: Sandra de Sá Carneiro, Maria Josefina Gabriel Sant’Anna (org.). **Cidades, olhares e trajetórias**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p. 219-240.

CECCHETTO, Fátima; MONTEIRO, Simone. Cor, Gênero e Classe: dinâmicas da discriminação entre jovens de grupos populares cariocas. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 32, p. 301-329, 2009.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artemed, 2000.

CIDADE, Elívia Camurça; MOURA JÚNIOR, James Ferreira; XIMENES, Verônica Moraes. **Implicações psicológicas da vida em condições de pobreza para o povo latino-americano**. Curitiba: Psicologia Argumento, 2012.

CODES, Ana Luiza Machado de. **A Trajetória do Pensamento Científico sobre Pobreza**: Em direção a uma visão complexa. Brasília: IPEA, 2008. (Textos para discussão n. 1332). Disponível em [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1332.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1332.pdf). Acesso em: 23 abr. 2020.

COIMBRA, Cecília; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Jovens pobres: o mito da periculosidade. *In*: Fraga e Iulianelli (org.) **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 19-37.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito chave da Geografia. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CORREIA, Alice; COELHO Carolina; SALLES, Livia. **O direito à cidade nas perspectivas de gênero e raça**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2018. Disponível em <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/o-direito-cidade-nas-perspectivas-de-genero-e-raca/>. Acesso em: 23 abr. 2020.

CORTES, Thaís Lopes; SIQUEIRA, Antenora Maria da Mata; MENDES, Juliana Thimóteo Nazareno. A violência no município de Campos dos Goytacazes noticiada pela mídia impressa. *In*: COLÓQUIO DO NUGEA, 2., 2016, Juiz de Fora. **Anais [...]**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.

- COUTINHO, Matheus Baptista de Souza. **A Expansão dos Condomínios Residenciais em Campos dos Goytacazes**: Uma Análise do Bairro Novo Jockey. 2017. 189 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade) - Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2017.
- CRESCO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A Pobreza como um Fenômeno Multidimensional. **RAE**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1676-56482002000200003&script=sci\\_abstract&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1676-56482002000200003&script=sci_abstract&tlng=es). Acesso em: 23 abr. 2020.
- CRUZ, José Luis Vianna da. Origem, natureza e persistência de desigualdades sociais no Norte Fluminense. *In*: **Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense**. CARVALHO, Ailton Mota de Carvalho; TOTTI, Maria Eugenia Ferreira Totti (org.) Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p. 33-67.
- DÁVILA, Cristina Gomes. **Da Situação Irregular à Proteção Integral**: A juventude em Conflito com a lei em Campos dos Goytacazes. 2011. 166 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2011.
- DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil, **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, 2007.
- DAYRELL, Juarez. O Jovem Como Sujeito Social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, 2003.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Ed. 34, 2009. v.1.
- DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Tradução Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 2008.
- DI MÉO, Guy. Géographies tranquilles du quotidien Une analyse de la contribution des sciences sociales et de la géographie à l'étude des pratiques spatiales. **Cahiers de Géographie du Québec**, [s.l.], v. 43, n. 118, p. 75-93, avril 1999.
- DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência**: gangues, galeras e movimento hip hop. Fortaleza: SECULT, 1998.
- DI VIRGILIO, Mercedes; PERELMAN, Mariano (coord.). **Ciudades latinoamericanas**: desigualdad, segregación y tolerancia. Buenos Aires: Clacso, 2014.
- DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.
- DUTRA, Pollyana Lopes. **Programa Habitacional Morar Feliz em Campos dos Goytacazes: análise da percepção dos beneficiários sobre as suas novas condições de moradia**. 208 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) -

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2015.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

EVANS, Peter B. **Dependent development**: the alliance of multinational, state, and local capital in Brazil. Princeton, N. J.: Princeton University Press, 1979.

FARIA, Teresa Peixoto. **Justiça espacial como referência para análise de políticas públicas no Brasil?** 2012. Relatório (Pós-Doutorado) - Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais, França, 2012.

FARIA, Teresa Peixoto. Justiça espacial como referência para análise de políticas públicas no Brasil? *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL UFES, Université de Paris Est, Universidade do Minho, 2., 2011, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: GM Editora, 2011. p. 1-12, v. 1.

FARIA, Teresa Peixoto. Análise do processo de favelização em Campos dos Goytacazes: permanência da dualidade centro-periferia na configuração do espaço urbano. *In*: ENANPUR, 7., 2009, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: ENANPUR, 2009.

FARIA, Teresa Peixoto. Gênese da rede urbana no Norte e Noroeste Fluminenses. *In*: CARVALHO, Ailton Mota de; TOTTI, Maria Eugênia Ferreira (org.). **Formação histórica e econômica do Norte Fluminense**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p. 69-97.

FARIA, Teresa Peixoto. Configuração do espaço urbano da cidade de Campos dos Goytacazes, após 1950: novas centralidades, velhas estruturas. *In*: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

FARIA, Teresa Peixoto; POHLMANN, Maria Alice Ribeiro de Oliveira. Remoção, Resistência e Permanência da Favela no Quadro Urbano Brasileiro: O Programa Habitacional Morar Feliz, em Campos dos Goytacazes-RJ. **Geografares**, Vitória, n. 22, p. 122-135, 2016.

FARIA, Teresa Peixoto; POHLMANN, Maria Alice Ribeiro de Oliveira. Políticas públicas urbanas no Brasil: a caminho da construção da cidade justa? *In*: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA – REENCONTRO DE SABERES TERRITORIAIS LATINOAMERICANOS, 14., 2013, Lima. **Anais [...]**. Lima: CGP, 2013.

FARIA, Teresa Peixoto; POHLMANN, Maria Alice Ribeiro de Oliveira. **Acesso dos pobres a cidade informal e mobilidade residencial nas favelas**: características da mobilidade residencial dos pobres e do mercado informal urbano na região Norte Fluminense. Estudo (Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico do Centro de Ciências do Homem) - Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2011.

FARIAS, Carine Lavrador de. **Música gospel e sociabilidades juvenis**: modos de relação com o religioso entre os evangélicos. 2013. 143 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2013.

FEIXA, Carlos. **De jóvenes, bandas e tribus**. Barcelona: Ariel, 1998.

FELÍCIO, Munir Jorge. A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos da agricultura familiar e de camponês. Campo Território: **Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 14-30, ago. 2006.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras da Tensão**: Política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

FERRARI, Celso. **Curso de Planejamento Municipal Integrado**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1979.

FERREIRA, June Maria Silva. **Medidas Socioeducativas de meio aberto**: uma análise sobre sua execução na cidade de Campos dos Goytacazes. 2012. 144 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2012.

FERREIRA, Luiz Felipe. Acepções recentes do conceito de Lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, n. 9, p. 65-83, jul./dez. 2000.

FERRETTI, Celso; ZIBAS, Dagmar; TARTUCE, Gisela. Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do Ensino Médio. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 122, p. 411-423, 2004.

FEYDIT, Julio. **Subsídios para a história de Campos dos Goytacazes**. Campos dos Goytacazes-RJ: Esquilo, 1979.

FLINTER, Andréas. Os problemas sociológicos nas primeiras pesquisas sobre a juventude. In: BRITO, Sulamita. de (org.). **Sociologia da Juventude**. Rio de Janeiro: Zahar, v. 1, 1968. p. 37-68.

FONTES, Leonardo de Oliveira. Do direito à cidade ao direito à periferia: transformações na luta pela cidadania nas margens da cidade. **Revista de Ciências Sociais Plural**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 63-89, 2018. Disponível em <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/dossie-teoria-social-urbana-e-direito-cidade-um-debate-interdisciplinar/>. Acesso em: 29 jun. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: Nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1986.

FREIRE, Jussara. Violência urbana e 'cidadania' na cidade do Rio de Janeiro: Tensões e disputas em torno das 'justas atribuições' do Estado. **Dilemas**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 73-94, 2014.

FREITAS, Kêila Pirovani da Silva. **Produção e apropriação do espaço urbano de Campos dos Goytacazes, RJ**: da residência familiar aos edifícios de apartamentos. 2011. 166 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, RJ, 2011. Disponível em: <http://uenf.br/pos-graduação/politicassociais/files/2015/06/KEILA-PIROVANI-DA-SILVA-FREITAS.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2020.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Nacional, 2005.

GARCIA, Joana; PEREIRA, Pedro. Somos todos infratores. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 31, p. 137-162, 2014. Disponível em: [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_31\\_7\\_Garcia\\_Pereira.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_31_7_Garcia_Pereira.pdf). Acesso em: 23 jun. 2020.

GARCIA, Joana e TEODORO, Adriana. Adolescentes em Conflito com a Lei: Relato de uma Experiência no Rio de Janeiro. *In: Juventudes na cidade: Violência, cultura, religião e escola*. CARDOSO, Adalberto (org.). Azougue editorial, 2014.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1993.

GÓIS, Cesar Wagner de Lima. **Saúde comunitária – pensar e fazer**. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

GOMES, Francisco Carlos Delgado. **Os desafios da implementação das políticas públicas de habitação**: o caso do Município Campos dos Goytacazes. 2015. 141 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade) – Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2015.

GONÇALVES, Bianca Siqueira. O direito à cidade e o papel do IPTU progressivo. 2017. 119 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade)- Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2017.

GUATTARI, Félix. **¿Qué es la Ecosofía?** Buenos Aires: Cactus, 2015.

GUATTARI, Félix; RONILK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 10. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

HADLER, Oriana Holsbach. **Nas trilhas de João e Maria**: a produção do sujeito jovem. Pelotas: Textos, 2010.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. Anais [...]* Universidade de São Paulo, São Paulo, 20 a 26 de março de 2005.

- HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2001.
- INSTITUTO CIDADANIA. **Moradia Digna**: um sonho realizável. Projeto Cidadania, São Paulo: 2000.
- JACOBS, Jane. **A morte e vida das grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- JESUS, Marcos Paulo Alves de; RIBEIRO, Glória Maria Ferreira. Considerações sobre o habitar cotidiano no pensamento de Martin Heidegger. **Existência e Arte**, São João Del-Rei, ano 3, n. 3, p. 1-7, 2007.
- JOSEPH, Isaac. Paisagens urbanas, coisas públicas. Dossiê 1. **Caderno CRH**, Salvador, n. 30/31, p. 11-40, 1999.
- KOVARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LEAL, Giuliana Franco. COSTA, Rafael Nogueira. Sentido de moradia e do “bairro”: estudo de caso de uma comunidade face à possibilidade de remoção. **Boletim do observatório ambiental Alberto Ribeiro Lamago**, Campos dos Goytacazes, v. 6, n. 1, p. 43-56, 2012.
- LECCARDI, Carmem. **Orizzonte del tempo**: esperienza del tempo e mutamento sociale. Milano: Franco Angeli, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2006.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Éditions Anthropos, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. **Espacio y Política**: el Derecho a la Ciudad II. Barcelona: Península, 1976.
- LEITE, Adriana Figueira. O lugar: duas acepções geográficas. **Anuário do Instituto de Geociências**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 9-20, 1998. Disponível em: [www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario1998/vol21](http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario1998/vol21). Acesso em 15 mar. 2020.
- LAVINAS, Lena. **A melhor linha de pobreza**. 2007. Disponível em: [http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/lavinas\\_a\\_melhor\\_linha\\_de\\_pobreza.pdf](http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/lavinas_a_melhor_linha_de_pobreza.pdf). Acesso em: 20 abr. 2020.
- LIMA, Adson C. Bozzi Ramatis. **Habitare e habitus** – um ensaio sobre a dimensão ontológica do ato de habitar. Rio de Janeiro: Arquitextos 091, 2007.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACEDO E CASTRO, João Paulo. A construção de políticas públicas para a juventude: novas modalidades de gestão de segmentos sociais. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 55, n. 2, 2012.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; LEITE, Márcia Pereira. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? *In*: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.) **Vida sob cerco**: violências e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2008. cap. 4, p. 47-76.

MADEIRA, Felícia. Recado dos jovens: mais qualificação. *In*: BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Jovens acontecendo nas trilhas das políticas públicas**. Brasília: CNPD, 1998. p.427-96.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Da periferia ao centro**: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012. (Col. Antropologia Hoje).

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARICATO, Erminia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARICATO, Erminia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. *In*: MARICATO, Erminia; ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 121-192.

MARINHO, Frederico Couto; VARGAS, Joana Domingues. Permanências e resistências: Legislação, gestão e tratamento da delinquência juvenil no Brasil e na França. **Dilemas**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 267-298, 2015.

MARTINS, Carolina de Sá Pereira; MONTEIRO, Mariana de Souza; SANTOS, Mariângela Nicolau Ângelo dos. Ser jovem na cidade: Uma experiência marcada pela inserção social. **Revista de Geografia**, Juiz de Fora, v. 1, p. 1-8, 2013.

MARTINS. José de Souza. **O cativo da terra**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MATSUMOTO; GRAMKOW. **Criminalização da adolescência**: os “novos” perigosos e a redução da idade de imputabilidade penal. 2015. Disponível em: [https://www.ibccrim.org.br/boletim\\_artigo/5443-Criminalizacao-da-adolescencia-os-novos-perigosos-e-a-reducao-da-idade-de-imputabilidade-penal](https://www.ibccrim.org.br/boletim_artigo/5443-Criminalizacao-da-adolescencia-os-novos-perigosos-e-a-reducao-da-idade-de-imputabilidade-penal). Acesso em 18 jan. 2020.

MAYER, Liliana; DUHALDE, Juan Pablo; ORTEGA, Adriana Arroyo; SILVA, María Jesús. **Ciudades x jóvenes**: aportes para la nueva agenda urbana desde las juventudes latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2020.

MELO, Marcus André. Crise federativa, guerra fiscal e “hobbesianismo municipal”: efeitos perversos da descentralização. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 10, n. 3, 1996.

MENDES, Juliana Thimóteo Nazareno; GOMES, Marcos Antônio Silvestre; SIQUEIRA, Antenora Maria da Mata. Políticas públicas, moradia popular e o Programa Morar Feliz em Campos dos Goytacazes-RJ: Uma análise acerca da favela Margem da Linha. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 14, n. 1, p. 37-56, 2014.

MENDES, Juliana Thimóteo Nazareno. **O habitar**: práticas socioespaciais no Conjunto Morar Feliz do Bairro Penha, Campos dos Goytacazes – RJ. 2015. 261 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2015.

MENDES, Juliana Thimóteo Nazareno; CASSAB, Clarice. **Juventude e seus territórios usados**: um estudo em Campos dos Goytacazes. Campos dos Goytacazes: Universidade Federal Fluminense, 2011.

MISSE, Michel. Crime, **Sujeito e Sujeição Criminal**: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria bandido. São Paulo: Lua Nova, 2010.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia**: pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 2005.

MORCELLINI, Mario. **Passagio al futuro**: formazione e socializzazione tra vecchi e nuovi media. Milão: Franco Angeli, 1997.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa- características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>. Acesso em 18 jan. 2020.

NOVAES, Regina. Juventude e sociedade: jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. **Revista Sociologia**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 6-15, 2007.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. *In*: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes; EUGENIO, Fernanda (org.). **Culturas jovens**: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 105-120.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil**: clientelismo e insulamento burocrático. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

OCDE; CEPAL; CAF. **Perspectivas económicas de América Latina**: Juventud, competencias y emprendimiento. Paris: O ECD Publishing, 2016.

OLIVEIRA, Julio Cezar Pinheiro de; PEDLOWSKI, Marcos Antonio. Estado e programas municipais de habitação popular em Campos dos Goytacazes (RJ). **Revista Análise Social**, Lisboa-Portugal, v.47, n. 204, jul./set. 2012. Disponível em: [analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS\\_204\\_d04.pdf](http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_204_d04.pdf). Acesso em: 14 mar. 2020.

OLIVEIRA, Julio Cezar Pinheiro de. **Estado Local como produtor e modelador do espaço urbano. Um estudo de caso das políticas municipais habitacionais de habitação em Campos dos Goytacazes – RJ.** 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2009.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. **A favela e a utopia do direito à cidade no Rio de Janeiro.** *In:* COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 9., 2007, Porto Alegre. **Anais [...].** Porto Alegre: UFRS, 2007. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/9porto/pinon.htm>. Acesso em: 07 set. 2017.

PAIS, José Machado. Lazeres e sociabilidades juvenis — um ensaio de análise etnográfica. **Análise Social**, Lisboa, v. 25, p. 591-644, 1990.

PALLASMAA, Juhani. **Habitar.** São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

PEIRANO, Mariza. **A Favor da Etnografia.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PERLMAN, Janice. **O mito da marginalidade.** Favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PINHEIRO, Ana Carla de Oliveira. **Ver e não enxergar, escutar e não ouvir, ver e não falar:** um estudo sobre a sociabilidade e as formas de conviver com o medo e o sentimento de (in) segurança em uma comunidade de periferia em Campos dos Goytacazes (RJ). 2018. 301 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2018.

PINHEIRO, Márcia Leitão. Fazeres e espaços juvenis na cidade. *In:* Juventudes na cidade: violência, cultura, religião, escola. Adalberto Cardoso (org.). **Azougue editorial**, Rio de Janeiro, 2014. v. 1.

PINHEIRO, Mariana; ALIPRANDI, Danielly. Os espaços livres de Campos dos Goytacazes: mapeamento e categorização. *In:* CONFERÊNCIA DA REDE LUSÓFONA DE MORFOLOGIA URBANA, 4., 2015, Brasília. **Anais[...].** Brasília: Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.fau.unb.br/noticias/57-pnum-2015>. Acesso em: 12 mar. 2020.

PIQUET, Rosélia. **Indústria e território no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

PIQUET, Rosélia; RIBEIRO, Ana Clara Torres. **O desenvolvimento urbano em questão.** 2. ed. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2001.

POLÍTICA Nacional da Juventude. **Diálogo nacional para uma política pública de juventude.** São Paulo: Pólis, 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAMOS, Tatiana Tramontani. Crescimento econômico e desenvolvimento sócio-espacial em Campos dos Goytacazes. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 63-88, 2016.

RAMOS, Tatiana Tramontani. Geografia dos Conflitos Sociais na América Latina. *In*: CLACSO (org.). **Informe final del concurso**. Movimientos Sociales y Nuevos Conflictos em America Latina y el Caribe. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

RAWLS, John. **A Theory of Justice**. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

REGINENSI, Caterine. Como praticar etnografia nas margens e fronteiras das cidades? **Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP**, São Paulo, n. 20, v. 20, p. 1-43, 2017.

REYGADAS, Luis. Las redes de la desigualdad: un enfoque multidimensional. **Política y Cultura**, Mexico, n. 22, p. 7-25, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/polcul/n22/n22a02.pdf>. Acesso em: 07 set. 2017.

REIS, Carolina dos. **(Falência Familiar) + (Uso de Drogas) = Risco e Periculosidade**: a naturalização jurídica e psicológica de jovens com medida de internação compulsória. 2012. 132 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

REIS, Heloiza. A Cartografia do Imaginário da Favela: Localidade da Candelária Mangueira (RJ). *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30., 2007, Santos. **Anais [...]**. Santos: Intercom, 2007.

RICHARDSON, H. W. **Economía del urbanismo**. Madrid: Alianza, 1975.

RIZZINI, Irene; BARKER, Gary; CASSANIGA, Neide. **Criança não é risco, é oportunidade**. 2000. Disponível em: <http://promundoglobal.org/wpcontent/uploads/2015/02/Crian%C3%A7a-n%C3%A3o-%C3%A9-risco-%C3%A9-oportunidade-Fortalecendo-as-bases-de-apoio-familiares-e-comunit%C3%A1riaspara-crian%C3%A7as-e-adolescentes.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2020.

ROCHA, Heber Silveira. **Juventude e políticas públicas**: formação de agenda, elaboração de alternativas e embates no Governo Lula. 2012. 166 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012.

ROCHA, Samir Alexandre. Geografia humanista: história, conceitos e o uso da paisagem percebida como perspectiva de estudo. **R R A' E GA**, Curitiba, n. 13, p. 19-27, 2007. Disponível em: [ojs.c3.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/download/.../9077](https://ojs.c3.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/download/.../9077). Acesso em: 12 mar. 2020.

ROCHA, Sonia Maria Rodrigues da. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROLNIK, Raquel. **A Cidade e a Lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

SALEM, Tânia. Filhos do milagre. **Ciência Hoje**, São Paulo, v. 5, n. 25, p. 30-36, 1986.

SANDER, Cristiane. Um Olhar sobre a Juventude Brasileira desde a Perspectiva Participativa. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS, 6., 2014, Toledo. **Anais** [...]. Toledo: UNIOESTE, 2014. p. 1-13.

SANTOS, Ângela Moulin Simões Penalva. LUFT, Rosângela. Tributação imobiliária e política urbana no Brasil. *In*: SANTOS, Ângela Moulin Simões Penalva; MARAFON, Gláucio José; SANT`ANNA, Maria Josefina. **Rio de Janeiro**: um território em mutação. Rio de Janeiro: Gramma, 2012.

SANTOS, Ângela Moulin Simões Penalva. Planejamento urbano: para quê e para quem? **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p.1-44, 2005. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/viewFile/10487/8259>. Acesso em: 10 fev. 2020.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

SANTOS, Milton. **O retorno do Território**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1991.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, Carlos. Território e Territorialidade. **Revista Zona de Impacto**, Rondônia, v. 13, ano 11, 2009. Disponível em: [http://www.albertolinscaldas.unir.br/TERRIT%C3%93RIO%20E%20TERRITORIALIDADE\\_volume13.html](http://www.albertolinscaldas.unir.br/TERRIT%C3%93RIO%20E%20TERRITORIALIDADE_volume13.html). Acesso em: 10 fev. 2020.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; MONTANDON, Daniel Todtmann (org.). **Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade**: balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, Marcos Aurélio. **As diferentes abordagens do território e apreensão do movimento e da (i)materialidade**. Geosul, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55-76, jan./jun. 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. Proposições para estudos territoriais. **Geografia**, Paraná, ano 8, n. 15, p. 71-85, 2006.

SCISLESKI, Andrea. **Governando vidas matáveis**: as relações entre a saúde e a justiça dirigidas a adolescentes em conflito com a lei. 2010.102 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Carlos Eduardo da Costa. **Habitação Rural**: uma proposta de racionalização pela autoconstrução. Seropédica: Edur, 1995.

SILVA, Catia Antonia; SCHIPPER, Ivy. Cartografia da ação e metrópole: compreendendo o território de São Gonçalo e as experiências na escola. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: AGB NACIONAL, 2010. p. 1-14.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 57, p. 77-92, 1980. Disponível em: [eduem.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/download/12894/7363](http://eduem.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/download/12894/7363). Acesso em: 13 fev. 2020.

SIQUEIRA, Carolina de Oliveira. **Territórios proibidos? Uma análise das circulações e práticas sociais de jovens das periferias de Campos dos Goytacazes/RJ**. 2016. 196 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2016.

SOARES, Adriano Santos. A paisagem como objeto de políticas públicas – o caso das favelas cariocas. **Revista Geonorte**, Manaus, v. 7, n. 1, p. 15-39, 2013.

SOFFIATI, Arthur. Morar Feliz? **O Rebate**, 09/08/2012. Disponível em: <http://www.jornalrebate.com.br/site/colunistas-249/arthursoffiati/9125-morar-feliz>. Acesso em 11 jan. 2020.

SOUSA, Horácio. **Cyclo Áureo**. Rio de Janeiro: Damadá, 1985.

SPOSATI, Aldaíza. Cidade, território, exclusão/inclusão social. *In*: SIMPÓSIO GEOBRASILEIRO, 2000, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: ABET, 2000. Disponível em: [http://www.dpi.inpe.br/gilberto /social\\_exclusion /marcos.html](http://www.dpi.inpe.br/gilberto /social_exclusion /marcos.html). Acesso em: 20 abr. 2020.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação Socioespacial e Centralidade Urbana. *In*: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (org.). **A cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 17-37.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo. **Investigaciones Geográficas - Boletín del Instituto de Geografía-UNAM, Cidade do México-Méxiconúm.** n.54, p. 114-139, 2004.

Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/igeo/n54/n54a8.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2020.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 16-39, 2003.

STOCK, Mathis. **L'habiter comme pratique des lieux géographiques**. EspacesTemps.net, Travaux, 2004. Disponível em: <http://www.espacestemp.net/articles/lrsquohabiter-comme-pratique-des-lieuxgeographiques/>. Acesso em 10 jan. 2020.

TEIXEIRA, Maria Cristina Villefort. **Espaço projetado e espaço vivido na habitação social: os conjuntos Goiânia e Araguaia em Belo Horizonte**. 2007. 253 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

TOPALOV, Christian. **La urbanización capitalista: algunos elementos para su análisis**. México: Edicol, 1979.

TOTTI, Maria Eugênia Ferreira; PEDROSA, Paulo. Região Norte Fluminense: terra de contrastes. *In: Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense*. CARVALHO, Ailton Mota de Carvalho; TOTTI, Maria Eugenia Ferreira Totti (org.) Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p. 13-32.

VAINER, Carlos. Cidade de Exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PLANEJAMENTO URBANO*, 14., 2011, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.

VAINER, Carlos. Os liberais também fazem planejamento urbano? *In: VAINER, Carlos; ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000a. p. 105-120.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. *In: VAINER, Carlos; ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000b. p. 75-104.

VALENÇA, Manuela; CASTRO, Helena. **A construção da adolescente traficante de drogas: uma análise de sentenças que aplicam medida de internação no Distrito Federal**. 2014. Disponível em <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=b8a8fe8d922482fd>. Acesso em 10 jan. 2020.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da Favela**. Do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara. **Transporte público urbano nos países em desenvolvimento: reflexões e propostas**. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2000.

VASCONCELOS, Augusto. Protagonismo juvenil e a questão democrática. *In*: SANTINI, Alexandre *et al.* Juventude e cultura popular. **Revista Juventude.br**, Bahia, v. 3, n. 6, 2008.

VASCONCELOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

VIANA, Aline da Silva. **Periferia segregada: um estudo sobre os processos sócio-espaciais no Jockey Club**. 2018. 162 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas) - Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2018.

VIDAL, Laurent. MUSSET, Alain. VIDAL, Dominique. Sociedades, mobilidades, deslocamentos: os territórios da espera. O caso dos mundos americanos (de ontem a hoje). **Confins**, Revista Franco-Brasileira de Geografia, São Paulo, n. 13, 2011. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/7274>. Acesso em 10 jan. 2020.

VIEIRA, Carine de Almeida; KUHN, Daniela Dias; MARIN, Solange Regina. Método alkirefoster: uma aplicação para a medição de pobreza multidimensional no Rio Grande do Sul (2000-2010). **Planejamento e políticas públicas**, Brasília, n. 48, p. 267-299, 2017.

VIEIRA, Leopoldo. Protagonismo juvenil e projeto social. *In*: Spíndula (org.). **Protagonismo e juventude brasileira**. São Paulo: Instituto Arte Cidadania (IAC); Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ), 2009.

VILLAÇA, Flávio. A segregação urbana e a justiça (ou A Justiça no Injusto Espaço Urbano). **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, ano 11, n. 4, São Paulo, 2003.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP, 1998.

VILLAS, Sara; NONATO, Symaira. Juventude e projetos de futuro. *In*: **Cadernos temáticos**: juventude brasileira e Ensino Médio. CORREA, Lycinia Maria; ALVES, Maria Zenaide; MAIA, Carla Linhares (org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antonio da Silva. **Quando a rua vira casa**: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. 4. ed. Rio de Janeiro: Eduff, 2017.

WILBER, George L. **Poverty**: A New Perspective. Lexington: The University Press of Kentucky, 1975.

ZACCHI, Raquel Callegario. **O papel dos proprietários fundiários e do Estado no processo de conversão de terras rurais em urbanas e na produção de**

**loteamentos fechados:** Campos dos Goytacazes/RJ (1980-2011). 2012. 170 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2012.

ZALUAR, Alba. Juventude Violenta: Processos, Retrocessos e Novos Percursos. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 2, p. 327-365, 2012.

ZALUAR, Alba. Gangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência. *In*: VIANNA, Hermano (org.). **Galeras cariocas, territórios de conflitos e encontros culturais**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997. p. 17-58.

ZALUAR, Alba. **A Máquina e a Revolta:** as Organizações Populares e o Significado da Pobreza. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. **Integração Perversa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

**APÊNDICE 1. RESPOSTA AO REQUERIMENTO FORMULADO JUNTO À SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES (SFM) REFERENTE À QUANTIDADE DE IMÓVEIS CONSTRUÍDOS POR BAIRRO**

<b>BAIRRO</b>	<b>TIPO</b>	<b>TOTAL</b>
03 DISTRITO	RESIDENCIAL	203
03 DISTRITO	NÃO RESIDENCIAL	23
04 DISTRITO	RESIDENCIAL	809
04 DISTRITO	NÃO RESIDENCIAL	82
05 DISTRITO	RESIDENCIAL	270
05 DISTRITO	NÃO RESIDENCIAL	28
07 DISTRITO	RESIDENCIAL	238
07 DISTRITO	NÃO RESIDENCIAL	37
09 DISTRITO	RESIDENCIAL	164
09 DISTRITO	NÃO RESIDENCIAL	15
10 DISTRITO	RESIDENCIAL	153
10 DISTRITO	NÃO RESIDENCIAL	17
11 DISTRITO	RESIDENCIAL	593
11 DISTRITO	NÃO RESIDENCIAL	67
12 DISTRITO	RESIDENCIAL	464
12 DISTRITO	NÃO RESIDENCIAL	72
13 DISTRITO	RESIDENCIAL	604
13 DISTRITO	NÃO RESIDENCIAL	115
15 DISTRITO	RESIDENCIAL	61
15 DISTRITO	NÃO RESIDENCIAL	28
17 DISTRITO	RESIDENCIAL	1.538
17 DISTRITO	NÃO RESIDENCIAL	126
18 DISTRITO	RESIDENCIAL	749
18 DISTRITO	NÃO RESIDENCIAL	115
20 DISTRITO	RESIDENCIAL	492
20 DISTRITO	NÃO RESIDENCIAL	89
ALTO DO ELISEU - 4º DISTRITO	RESIDENCIAL	58
ALTO DO ELISEU - 4º DISTRITO	NÃO RESIDENCIAL	10
ARRAIAL - 7º DISTRITO	RESIDENCIAL	252
ARRAIAL - 7º DISTRITO	NÃO RESIDENCIAL	27
ATHENAS PARK	RESIDENCIAL	100
BABOSA - 5º DISTRITO	RESIDENCIAL	168
BABOSA - 5º DISTRITO	NÃO RESIDENCIAL	8
BAIXA GRANDE - 3º DISTRITO	RESIDENCIAL	807
BAIXA GRANDE - 3º DISTRITO	NÃO RESIDENCIAL	57
BALANÇA RANGEL - 7º DISTRITO	RESIDENCIAL	16
BALANÇA RANGEL - 7º DISTRITO	NÃO RESIDENCIAL	1
BARIRI - 7º DISTRITO	RESIDENCIAL	235
BARIRI - 7º DISTRITO	NÃO RESIDENCIAL	6
BARRA DE URURAI	RESIDENCIAL	1
BARRA VELHA - 3º DISTRITO	RESIDENCIAL	48
BARRA VELHA - 3º DISTRITO	NÃO RESIDENCIAL	1
BEM VIVER CAMPOS	RESIDENCIAL	4
BEM VIVER CAMPOS	NÃO RESIDENCIAL	2
BOA VISTA DE SAPUCAIA	RESIDENCIAL	261
BOA VISTA DE SAPUCAIA	NÃO RESIDENCIAL	11
BOSQUE DAS ACACIAS	RESIDENCIAL	91
BOSQUE DAS ACACIAS	NÃO RESIDENCIAL	1

BUGALHO	RESIDENCIAL	33
BUGALHO	NÃO RESIDENCIAL	4
CAMBAIBA	RESIDENCIAL	43
CAMBAIBA	NÃO RESIDENCIAL	4
CAMPO LIMPO	RESIDENCIAL	149
CAMPO LIMPO	NÃO RESIDENCIAL	13
CARVAO	RESIDENCIAL	157
CARVAO	NÃO RESIDENCIAL	7
<b>CENTRO</b>	<b>RESIDENCIAL</b>	<b>5.686</b>
<b>CENTRO</b>	<b>NÃO RESIDENCIAL</b>	<b>4.314</b>
CHAC.JOAO FERREIRA	RESIDENCIAL	1.297
CHAC.JOAO FERREIRA	NÃO RESIDENCIAL	109
COND. BOUGANVILLE	RESIDENCIAL	124
COND. VALE DO PARAIBA	RESIDENCIAL	59
COND. VALE DO PARAIBA	NÃO RESIDENCIAL	1
COND.DO HORTO	RESIDENCIAL	81
COND.GOLDEN GARDEN	RESIDENCIAL	55
COND.SONHO DOURADO	RESIDENCIAL	185
COND.SONHO DOURADO	NÃO RESIDENCIAL	8
CONDOMÍNIO ALPHAVILLE CAMPOS - GOYTACAZES	RESIDENCIAL	4
CONDOMÍNIO BOSQUE RESIDENCE CLUB	RESIDENCIAL	2
CONDOMINIO CANTO DO BOSQUE	RESIDENCIAL	6
CONDOMINIO DA TORRE	RESIDENCIAL	17
CONDOMINIO DAS PALMEIRAS	RESIDENCIAL	19
CONDOMINIO DAS PALMEIRAS II	RESIDENCIAL	13
CONDOMINIO DAS PALMEIRAS II	NÃO RESIDENCIAL	1
CONDOMÍNIO GRANJA CORRIENTES	RESIDENCIAL	63
CONDOMÍNIO GRANJA CORRIENTES	NÃO RESIDENCIAL	2
CONDOMINIO HYBISCUS	RESIDENCIAL	66
CONDOMINIO HYBISCUS	NÃO RESIDENCIAL	6
CONDOMINIO PARTHENON PARK RESIDENCE	RESIDENCIAL	63
CONDOMINIO RAUL LINHARES - SEM LANÇAMENTOS	RESIDENCIAL	13
CONDOMINIO RECANTO DAS PALMEIRAS	RESIDENCIAL	1.201
CONDOMINIO RECANTO DAS PALMEIRAS	NÃO RESIDENCIAL	34
CONDOMÍNIO REMANSO DO PARAIBA	RESIDENCIAL	39
CONDOMÍNIO REMANSO DO PARAIBA	NÃO RESIDENCIAL	1
CONDOMINIO RESID. PALM SPRINGS	RESIDENCIAL	66
CONDOMINIO RESID. PALM SPRINGS	NÃO RESIDENCIAL	1
CONDOMÍNIO RESIDENCIAL DAS CASTANHEIRAS	RESIDENCIAL	95
CONDOMÍNIO RESIDENCIAL DAS CASTANHEIRAS	NÃO RESIDENCIAL	2
CONDOMINIO RESIDENCIAL PRIVILEGE	RESIDENCIAL	110
CONDOMINIO ROYAL BOULEVARD	RESIDENCIAL	12
CONDOMINIO RURAL NASHVILLE	RESIDENCIAL	42
CONDOMINIO RURAL NASHVILLE	NÃO RESIDENCIAL	1
CONDOMÍNIO SAINT GERMAN	RESIDENCIAL	38
CONDOMÍNIO SAINT GERMAN	NÃO RESIDENCIAL	1
CONDOMÍNIO VERT VITA	RESIDENCIAL	38
CONDOMÍNIO VILLA ALICE	RESIDENCIAL	24
CONDOMINIO VILLAGE DOS GOITACAZES	RESIDENCIAL	68
CUPIM DO POÇO GORDO - 4º DISTRITO	RESIDENCIAL	20
DISTRITO CAMPO NOVO - 4º DISTRITO	RESIDENCIAL	14
DOM BOSCO	RESIDENCIAL	576
DOM BOSCO	NÃO RESIDENCIAL	38
DONANA	RESIDENCIAL	687

DONANA	NÃO RESIDENCIAL	18
ESPIRITO SANTINHO - 13º DISTRITO	RESIDENCIAL	19
EST. CAMPOS-S.J.DA BARRA	RESIDENCIAL	12
EST. CAMPOS-S.J.DA BARRA	NÃO RESIDENCIAL	1
ESTRADA DA AREIA - 4º DISTRITO	NÃO RESIDENCIAL	1
FAROL DE SAO THOME	RESIDENCIAL	140
FAROL DE SAO THOME	NÃO RESIDENCIAL	2
FAROLZINHO	RESIDENCIAL	37
FAROLZINHO	NÃO RESIDENCIAL	2
FAZENDA COLEGIO	RESIDENCIAL	21
FAZENDA COLEGIO	NÃO RESIDENCIAL	2
FAZENDA GOIABAL	RESIDENCIAL	2.842
FAZENDA GOIABAL	NÃO RESIDENCIAL	3
FAZENDA SANTO ANTONIO	NÃO RESIDENCIAL	1
FAZENDINHA	RESIDENCIAL	14
FLAMBOYANT I	RESIDENCIAL	614
FLAMBOYANT I	NÃO RESIDENCIAL	12
FLAMBOYANT II	RESIDENCIAL	1.330
FLAMBOYANT II	NÃO RESIDENCIAL	23
GOITACAZES	RESIDENCIAL	3.266
GOITACAZES	NÃO RESIDENCIAL	305
GRANJA CAMPISTA	RESIDENCIAL	1
HORTO	RESIDENCIAL	1.148
HORTO	NÃO RESIDENCIAL	6
HORTO 2	RESIDENCIAL	240
HORTO 2	NÃO RESIDENCIAL	30
HORTO 3	RESIDENCIAL	308
HORTO 3	NÃO RESIDENCIAL	1
JARDIM BOTANICO	RESIDENCIAL	34
JARDIM GUARUS	RESIDENCIAL	903
JARDIM GUARUS	NÃO RESIDENCIAL	82
JARDIM RES.PLANICIE	RESIDENCIAL	25
JARDIM RES.PLANICIE	NÃO RESIDENCIAL	1
JARDINS DE CAMPOS	RESIDENCIAL	277
KOREA	RESIDENCIAL	24
LAGOA DAS PEDRAS	RESIDENCIAL	59
LAGOA DAS PEDRAS	NÃO RESIDENCIAL	3
LAPA	RESIDENCIAL	558
LAPA	NÃO RESIDENCIAL	74
LOTEAMENTO PORTO BELO	RESIDENCIAL	56
LOTEAMENTO PORTO BELO	NÃO RESIDENCIAL	1
MATADOURO	RESIDENCIAL	61
MATADOURO	NÃO RESIDENCIAL	2
MINEIROS	RESIDENCIAL	262
MINEIROS	NÃO RESIDENCIAL	44
MORAR FELIZ - PENHA	RESIDENCIAL	1
MUSSUREPE - 5º DISTRITO	RESIDENCIAL	156
MUSSUREPE - 5º DISTRITO	NÃO RESIDENCIAL	17
NOVO FAROL - 5º DISTRITO	RESIDENCIAL	184
NOVO FAROL - 5º DISTRITO	NÃO RESIDENCIAL	3
NOVO FAROL II	RESIDENCIAL	3
PARAISO	RESIDENCIAL	9
PARAISO	NÃO RESIDENCIAL	15
PARQUE RADIO VELHO	RESIDENCIAL	1.309

PARQUE RADIO VELHO	NÃO RESIDENCIAL	73
PARQUE REAL	RESIDENCIAL	191
PARQUE REAL	NÃO RESIDENCIAL	8
PARQUE TRANSMISSOR	RESIDENCIAL	410
PARQUE TRANSMISSOR	NÃO RESIDENCIAL	19
PAUS AMARELOS - 2º DISTRITO	RESIDENCIAL	50
POÇO GORDO - 4º DISTRITO	RESIDENCIAL	263
POÇO GORDO - 4º DISTRITO	NÃO RESIDENCIAL	23
PONTO DE COQUEIROS - 2º DISTRITO	RESIDENCIAL	14
PONTO DO CARMO	RESIDENCIAL	63
PONTO DO CARMO	NÃO RESIDENCIAL	6
PORTAL DO LAGO - GOYTACAZES	RESIDENCIAL	12
PORTAL DO LAGO - GOYTACAZES	NÃO RESIDENCIAL	2
PQ ALDEIA	RESIDENCIAL	460
PQ ALPHA GREEN	RESIDENCIAL	62
PQ RESIDENCIAL DA LAPA II	RESIDENCIAL	49
PQ RESIDENCIAL PORTO SEGURO	RESIDENCIAL	56
PQ RESIDENCIAL PORTO SEGURO	NÃO RESIDENCIAL	6
PQ. VISCONDE II	RESIDENCIAL	115
PQ.BARAO DO R.BRANCO	RESIDENCIAL	1
PQ.USINA QUEIMADO	RESIDENCIAL	3
PQ.USINA QUEIMADO	NÃO RESIDENCIAL	1
PRQ 15 DE NOVEMBRO	RESIDENCIAL	716
PRQ 15 DE NOVEMBRO	NÃO RESIDENCIAL	37
PRQ AEROPORTO	RESIDENCIAL	1
PRQ AEROPORTO	NÃO RESIDENCIAL	3
PRQ ALBERTO TORRES	RESIDENCIAL	721
PRQ ALBERTO TORRES	NÃO RESIDENCIAL	51
PRQ ALPHAVILLE II	RESIDENCIAL	426
PRQ ALVORADA	RESIDENCIAL	637
PRQ ALVORADA	NÃO RESIDENCIAL	37
PRQ ANGELICA	RESIDENCIAL	371
PRQ ANGELICA	NÃO RESIDENCIAL	25
PRQ AURORA	RESIDENCIAL	1.311
PRQ AURORA	NÃO RESIDENCIAL	72
<b>PRQ AV.PELINCA</b>	<b>RESIDENCIAL</b>	<b>2.755</b>
<b>PRQ AV.PELINCA</b>	<b>NÃO RESIDENCIAL</b>	<b>1.191</b>
PRQ BANDEIRANTES	RESIDENCIAL	412
PRQ BANDEIRANTES	NÃO RESIDENCIAL	15
PRQ BARAO DO RIO BRANCO	RESIDENCIAL	384
PRQ BARAO DO RIO BRANCO	NÃO RESIDENCIAL	38
PRQ BARONESA	RESIDENCIAL	65
PRQ BELA VISTA	RESIDENCIAL	275
PRQ BELA VISTA	NÃO RESIDENCIAL	14
PRQ BENTA PEREIRA	RESIDENCIAL	584
PRQ BENTA PEREIRA	NÃO RESIDENCIAL	30
PRQ BONSUCESSO	RESIDENCIAL	108
PRQ BONSUCESSO	NÃO RESIDENCIAL	15
PRQ CAJU	RESIDENCIAL	1.095
PRQ CAJU	NÃO RESIDENCIAL	102
PRQ CALABOUÇO	RESIDENCIAL	1
PRQ CALIFORNIA	RESIDENCIAL	370
PRQ CALIFORNIA	NÃO RESIDENCIAL	40
PRQ CARLOS DE LACERDA	RESIDENCIAL	306

PRQ CARLOS DE LACERDA	NÃO RESIDENCIAL	43
PRQ CID	RESIDENCIAL	44
PRQ CIDADE LUZ	RESIDENCIAL	797
PRQ CIDADE LUZ	NÃO RESIDENCIAL	34
PRQ CODIN	RESIDENCIAL	21
PRQ CODIN	NÃO RESIDENCIAL	18
PRQ CONJ.STA.MARIA	RESIDENCIAL	564
PRQ CONJ.STA.MARIA	NÃO RESIDENCIAL	28
PRQ CORRIENTES	RESIDENCIAL	798
PRQ CORRIENTES	NÃO RESIDENCIAL	56
PRQ CUSTODOPOLIS	RESIDENCIAL	377
PRQ CUSTODOPOLIS	NÃO RESIDENCIAL	37
PRQ DAMAS ORTIS	RESIDENCIAL	130
PRQ DAMAS ORTIS	NÃO RESIDENCIAL	8
PRQ DO PRADO	RESIDENCIAL	121
PRQ DO PRADO	NÃO RESIDENCIAL	5
PRQ DOS RODOVIARIOS	RESIDENCIAL	1.419
PRQ DOS RODOVIARIOS	NÃO RESIDENCIAL	19
PRQ DR.BEDA	RESIDENCIAL	420
PRQ DR.BEDA	NÃO RESIDENCIAL	18
PRQ ELDORADO	RESIDENCIAL	699
PRQ ELDORADO	NÃO RESIDENCIAL	52
PRQ ESPLANADA	RESIDENCIAL	700
PRQ ESPLANADA	NÃO RESIDENCIAL	8
PRQ ESTANCIA DA PENHA	RESIDENCIAL	315
PRQ FAZENDA GRANDE	RESIDENCIAL	1.419
PRQ FAZENDA GRANDE	NÃO RESIDENCIAL	86
PRQ FAZENDINHA	RESIDENCIAL	604
PRQ FAZENDINHA	NÃO RESIDENCIAL	155
PRQ FUNDAO	RESIDENCIAL	487
PRQ FUNDAO	NÃO RESIDENCIAL	40
PRQ GUARUS	RESIDENCIAL	2.325
PRQ GUARUS	NÃO RESIDENCIAL	176
PRQ IMPERIAL	RESIDENCIAL	524
PRQ IMPERIAL	NÃO RESIDENCIAL	24
PRQ IPS	RESIDENCIAL	818
PRQ IPS	NÃO RESIDENCIAL	25
PRQ JARDIM AEROPORTO	RESIDENCIAL	392
PRQ JARDIM AEROPORTO	NÃO RESIDENCIAL	36
PRQ JARDIM BOA VISTA	RESIDENCIAL	170
PRQ JARDIM BOA VISTA	NÃO RESIDENCIAL	11
PRQ JARDIM CARIOCA	RESIDENCIAL	863
PRQ JARDIM CARIOCA	NÃO RESIDENCIAL	102
PRQ JARDIM CEASA	RESIDENCIAL	323
PRQ JARDIM CEASA	NÃO RESIDENCIAL	12
PRQ JARDIM DAS ACACIAS	RESIDENCIAL	243
PRQ JARDIM DAS ACACIAS	NÃO RESIDENCIAL	16
PRQ JARDIM DAS PALMEIRAS	RESIDENCIAL	277
PRQ JARDIM DAS PALMEIRAS	NÃO RESIDENCIAL	29
PRQ JARDIM ELDORADO	RESIDENCIAL	24
PRQ JARDIM ELDORADO	NÃO RESIDENCIAL	13
PRQ JARDIM STA.ROSA	RESIDENCIAL	66
PRQ JOAO MARIA	RESIDENCIAL	1.956
PRQ JOAO MARIA	NÃO RESIDENCIAL	159

PRQ JOCKEY CLUB	RESIDENCIAL	3.825
PRQ JOCKEY CLUB	NÃO RESIDENCIAL	145
PRQ JOCKEY CLUBE II	RESIDENCIAL	279
PRQ JOCKEY CLUBE II	NÃO RESIDENCIAL	10
PRQ JOSE DO PATROCINIO	RESIDENCIAL	615
PRQ JOSE DO PATROCINIO	NÃO RESIDENCIAL	69
PRQ JULIAO NOGUEIRA	RESIDENCIAL	749
PRQ JULIAO NOGUEIRA	NÃO RESIDENCIAL	29
PRQ LAGOA	NÃO RESIDENCIAL	3
PRQ LEOPOLDINA	RESIDENCIAL	303
PRQ LEOPOLDINA	NÃO RESIDENCIAL	50
PRQ MARIA QUEIROZ	RESIDENCIAL	1.504
PRQ MARIA QUEIROZ	NÃO RESIDENCIAL	216
PRQ MORADA DO ORIENTE	RESIDENCIAL	341
PRQ MORADA DO ORIENTE	NÃO RESIDENCIAL	13
PRQ MORADA DO ORIENTE II	RESIDENCIAL	4
PRQ MORADA STA.ROSA	RESIDENCIAL	88
PRQ MORADA STA.ROSA	NÃO RESIDENCIAL	3
PRQ MORADAS DE DONANA	RESIDENCIAL	47
PRQ MORADAS DE DONANA	NÃO RESIDENCIAL	14
PRQ N.SRA.ROSARIO	RESIDENCIAL	396
PRQ N.SRA.ROSARIO	NÃO RESIDENCIAL	62
PRQ NITEROI	RESIDENCIAL	1.003
PRQ NITEROI	NÃO RESIDENCIAL	95
PRQ NOVA BRASILIA	RESIDENCIAL	1.403
PRQ NOVA BRASILIA	NÃO RESIDENCIAL	75
PRQ NOVA CAMPOS	RESIDENCIAL	532
PRQ NOVA CAMPOS	NÃO RESIDENCIAL	28
PRQ NOVO ELDORADO	RESIDENCIAL	296
PRQ NOVO ELDORADO	NÃO RESIDENCIAL	1
PRQ NOVO JOCKEY	RESIDENCIAL	105
PRQ NOVO MUNDO	RESIDENCIAL	782
PRQ NOVO MUNDO	NÃO RESIDENCIAL	64
PRQ OLIVEIRA BOTELHO	RESIDENCIAL	655
PRQ OLIVEIRA BOTELHO	NÃO RESIDENCIAL	59
PRQ OSWALDO M. DE MIRANDA	RESIDENCIAL	238
PRQ OSWALDO M. DE MIRANDA	NÃO RESIDENCIAL	14
PRQ PECUARIA	RESIDENCIAL	1.357
PRQ PECUARIA	NÃO RESIDENCIAL	68
PRQ PENHA	RESIDENCIAL	1.788
PRQ PENHA	NÃO RESIDENCIAL	70
PRQ POMARES	RESIDENCIAL	75
PRQ POMARES	NÃO RESIDENCIAL	1
PRQ PRAZERES	RESIDENCIAL	1.442
PRQ PRAZERES	NÃO RESIDENCIAL	85
PRQ PRES.VARGAS	RESIDENCIAL	640
PRQ PRES.VARGAS	NÃO RESIDENCIAL	30
PRQ RESIDENCIAL DA LAPA	RESIDENCIAL	137
PRQ RESIDENCIAL DA LAPA	NÃO RESIDENCIAL	14
PRQ RESIDENCIAL DAMHA	RESIDENCIAL	1
PRQ RESIDENCIAL DAMHA II	NÃO RESIDENCIAL	2
PRQ RESIDENCIAL DONANA	RESIDENCIAL	580
PRQ RESIDENCIAL PRIMAVERA - 4° DISTRITO	RESIDENCIAL	499
PRQ RESIDENCIAL SANTA ROSA	RESIDENCIAL	600

PRQ RESIDENCIAL SANTA ROSA	NÃO RESIDENCIAL	1
PRQ RESIDENCIAL SANTO ANTONIO	RESIDENCIAL	374
PRQ RESIDENCIAL SANTO ANTONIO	NÃO RESIDENCIAL	6
PRQ ROSARIO	RESIDENCIAL	637
PRQ ROSARIO	NÃO RESIDENCIAL	29
PRQ RUI BARBOSA	RESIDENCIAL	1.032
PRQ RUI BARBOSA	NÃO RESIDENCIAL	30
PRQ SALO BRAND	RESIDENCIAL	1.036
PRQ SALO BRAND	NÃO RESIDENCIAL	64
PRQ SANTA CLARA	RESIDENCIAL	61
PRQ SANTA CLARA	NÃO RESIDENCIAL	2
PRQ SANTA HELENA	RESIDENCIAL	173
PRQ SANTA HELENA	NÃO RESIDENCIAL	8
PRQ SANTA ROSA	RESIDENCIAL	324
PRQ SANTA ROSA	NÃO RESIDENCIAL	14
PRQ SANTO AMARO	RESIDENCIAL	2.173
PRQ SANTO AMARO	NÃO RESIDENCIAL	164
PRQ SANTO ANTONIO	RESIDENCIAL	556
PRQ SANTO ANTONIO	NÃO RESIDENCIAL	47
PRQ SANTOS DUMONT	RESIDENCIAL	169
PRQ SANTOS DUMONT	NÃO RESIDENCIAL	32
PRQ SAO BENEDITO	RESIDENCIAL	908
PRQ SAO BENEDITO	NÃO RESIDENCIAL	41
PRQ SAO CAETANO	RESIDENCIAL	962
PRQ SAO CAETANO	NÃO RESIDENCIAL	48
PRQ SAO CLEMENTE	RESIDENCIAL	537
PRQ SAO CLEMENTE	NÃO RESIDENCIAL	46
PRQ SAO DOMINGOS	RESIDENCIAL	590
PRQ SAO DOMINGOS	NÃO RESIDENCIAL	33
PRQ SAO JORGE	RESIDENCIAL	201
PRQ SAO JORGE	NÃO RESIDENCIAL	5
PRQ SAO JOSE	RESIDENCIAL	812
PRQ SAO JOSE	NÃO RESIDENCIAL	58
PRQ SAO LINO	RESIDENCIAL	382
PRQ SAO LINO	NÃO RESIDENCIAL	14
PRQ SAO MATEUS	RESIDENCIAL	547
PRQ SAO MATEUS	NÃO RESIDENCIAL	55
PRQ SAO SALVADOR	RESIDENCIAL	596
PRQ SAO SALVADOR	NÃO RESIDENCIAL	47
PRQ SAO SILVESTRE	RESIDENCIAL	362
PRQ SAO SILVESTRE	NÃO RESIDENCIAL	26
PRQ SOLAR DA PENHA	RESIDENCIAL	80
PRQ SOLAR DA PENHA	NÃO RESIDENCIAL	3
PRQ TAMANDARE	RESIDENCIAL	2.664
PRQ TAMANDARE	NÃO RESIDENCIAL	492
PRQ TARCISIO MIRANDA	RESIDENCIAL	1.092
PRQ TARCISIO MIRANDA	NÃO RESIDENCIAL	83
PRQ TROPICAL	RESIDENCIAL	251
PRQ TROPICAL	NÃO RESIDENCIAL	13
PRQ TURF CLUB	RESIDENCIAL	2.354
PRQ TURF CLUB	NÃO RESIDENCIAL	127
PRQ VARANDA DO VISCONDE	RESIDENCIAL	228
PRQ VARANDA DO VISCONDE	NÃO RESIDENCIAL	6
PRQ VERA CRUZ	RESIDENCIAL	812

PRQ VERA CRUZ	NÃO RESIDENCIAL	75
PRQ VICENTE GONCALVES DIAS	RESIDENCIAL	2.016
PRQ VICENTE GONCALVES DIAS	NÃO RESIDENCIAL	163
PRQ VILA DA RAINHA	RESIDENCIAL	21
PRQ VILA DA RAINHA	NÃO RESIDENCIAL	3
PRQ VILA INDUSTRIAL	RESIDENCIAL	606
PRQ VILA INDUSTRIAL	NÃO RESIDENCIAL	4
PRQ VILA MENEZES	RESIDENCIAL	50
PRQ VILLA VERDE	RESIDENCIAL	12
PRQ VISCONDE	RESIDENCIAL	377
PRQ VISCONDE	NÃO RESIDENCIAL	24
PRQ VISCONDE DE URURAI	RESIDENCIAL	696
PRQ VISCONDE DE URURAI	NÃO RESIDENCIAL	52
PRQ VISTA ALEGRE	RESIDENCIAL	561
PRQ VISTA ALEGRE	NÃO RESIDENCIAL	28
PRQ ZUZA MOTA	RESIDENCIAL	312
PRQ ZUZA MOTA	NÃO RESIDENCIAL	13
PRQ. ALPHAVILLE	RESIDENCIAL	280
PRQ. ALPHAVILLE	NÃO RESIDENCIAL	8
PRQ. IMPERIAL II	RESIDENCIAL	545
PRQ. IMPERIAL II	NÃO RESIDENCIAL	25
PRQ. JOCKEY I	RESIDENCIAL	559
PRQ. JOCKEY I	NÃO RESIDENCIAL	5
PRQ. MOSTEIRO DE SAO BENTO	RESIDENCIAL	324
PRQ. MOSTEIRO DE SAO BENTO	NÃO RESIDENCIAL	19
PRQ. NAUTICO	RESIDENCIAL	766
PRQ. NAUTICO	NÃO RESIDENCIAL	32
PRQ. NOVA CANAA	RESIDENCIAL	47
PRQ. NOVA CANAA	NÃO RESIDENCIAL	7
PRQ. VIEGAS	RESIDENCIAL	85
PRQ. VIEGAS	NÃO RESIDENCIAL	1
PRQ. VILLA REAL	NÃO RESIDENCIAL	1
PRQ. VILLA REAL CAMPOS IV	RESIDENCIAL	10
PRQ.CONS.THOM.COELHO	RESIDENCIAL	3.381
PRQ.CONS.THOM.COELHO	NÃO RESIDENCIAL	507
PRQ.JOAO SEIXAS	RESIDENCIAL	1.303
PRQ.JOAO SEIXAS	NÃO RESIDENCIAL	135
PRQ.PRES.JUSCELINO	RESIDENCIAL	233
PRQ.PRES.JUSCELINO	NÃO RESIDENCIAL	19
PRQ.RIACHUELO	RESIDENCIAL	608
PRQ.RIACHUELO	NÃO RESIDENCIAL	59
PRQ.SUMARE	RESIDENCIAL	294
PRQ.SUMARE	NÃO RESIDENCIAL	38
RESIDENCIAL AEROPORTO	RESIDENCIAL	898
RESIDENCIAL AEROPORTO	NÃO RESIDENCIAL	2
RESIDENCIAL JARDIM DAS PALMEIRAS	RESIDENCIAL	2
RESIDENCIAL JARDIM DAS PALMEIRAS	NÃO RESIDENCIAL	1
RESIDENCIAL JOAO MARIA	RESIDENCIAL	134
RESIDENCIAL JOAO MARIA	NÃO RESIDENCIAL	4
RESIDENCIAL NOVO HORIZONTE	RESIDENCIAL	503
RESIDENCIAL NOVO HORIZONTE	NÃO RESIDENCIAL	1
RESIDENCIAL PRESIDENTE VARGAS	RESIDENCIAL	13
RESIDENCIAL PRESIDENTE VARGAS	NÃO RESIDENCIAL	1
RESIDENCIAL SANTA CLARA	RESIDENCIAL	468

RESIDENCIAL VENEZA	RESIDENCIAL	2
RESIDENCIAL VEREDA	RESIDENCIAL	369
RESIDENCIAL VILLAGE	RESIDENCIAL	1
RESIDENCIAL VIVENDAS DA PENHA I	RESIDENCIAL	130
RESIDENCIAL VIVENDAS DA PENHA I	NÃO RESIDENCIAL	4
RESIDENCIAL VIVENDAS DA PENHA II	RESIDENCIAL	54
RESIDENCIAL VIVENDAS DA PENHA II	NÃO RESIDENCIAL	3
RIVIERA	RESIDENCIAL	19
SABÃO - 2º DISTRITO	RESIDENCIAL	1
SANTO AMARO - 3º DISTRITO	RESIDENCIAL	164
SANTO AMARO - 3º DISTRITO	NÃO RESIDENCIAL	12
SAO SEBASTIAO - 4º DISTRITO	RESIDENCIAL	205
SAO SEBASTIAO - 4º DISTRITO	NÃO RESIDENCIAL	27
SATURNINO BRAGA - 2 DISTRITO	RESIDENCIAL	574
SATURNINO BRAGA - 2 DISTRITO	NÃO RESIDENCIAL	50
SHOPPING ESTRADA	RESIDENCIAL	16
SHOPPING ESTRADA	NÃO RESIDENCIAL	2
TAPERA	RESIDENCIAL	136
TAPERA	NÃO RESIDENCIAL	21
TOCAIA	RESIDENCIAL	110
TOCOS - 17º DISTRITO	RESIDENCIAL	56
TOCOS - 17º DISTRITO	NÃO RESIDENCIAL	6
TRAVESSAO - 7º DISTRITO	RESIDENCIAL	1.098
TRAVESSAO - 7º DISTRITO	NÃO RESIDENCIAL	120
URURAI	RESIDENCIAL	1.024
URURAI	NÃO RESIDENCIAL	44
USINA SANTA CRUZ	RESIDENCIAL	251
USINA SANTA CRUZ	NÃO RESIDENCIAL	14
USINA SANTO ANTONIO	RESIDENCIAL	111
USINA SANTO ANTONIO	NÃO RESIDENCIAL	15
USINA SAO JOAO	RESIDENCIAL	53
USINA SAO JOAO	NÃO RESIDENCIAL	4
VEIGA - 2º DISTRITO	RESIDENCIAL	60
VEIGA - 2º DISTRITO	NÃO RESIDENCIAL	3
VERDE VALE - TAPERA	RESIDENCIAL	3
VIDA BELA CONDOMINIO CLUBE CAMPOS	RESIDENCIAL	219
VIDA BOA CONDOMINIO CLUBE CAMPOS	RESIDENCIAL	197
VILA DO SOL	RESIDENCIAL	660
VILA DO SOL	NÃO RESIDENCIAL	14
VILA DO SOL IV	RESIDENCIAL	113
VILA DO SOL IV	NÃO RESIDENCIAL	2
VILA DOS PESCADORES	RESIDENCIAL	212
VILA DOS PESCADORES	NÃO RESIDENCIAL	14
VILA ESPERANCA	RESIDENCIAL	44
VILA ESPERANCA	NÃO RESIDENCIAL	4
VILA MANHAES	RESIDENCIAL	58
VILA MANHAES	NÃO RESIDENCIAL	4
VILA NOVA CHATUBA	RESIDENCIAL	89
VILA ROMANA	RESIDENCIAL	69
VILA ROMANA	NÃO RESIDENCIAL	1
VIVA VIDA CONDOM. CLUBE CAMPOS (JOCKEY)	RESIDENCIAL	206
VIVENDAS DO COQUEIRO	RESIDENCIAL	212
VIVENDAS DO COQUEIRO	NÃO RESIDENCIAL	8
VIVENDAS DO COQUEIRO II	RESIDENCIAL	240

VIVENDAS DO COQUEIRO II	NÃO RESIDENCIAL	5
VIVENDAS DO COQUEIRO III	RESIDENCIAL	92
VIVENDAS DO COQUEIRO IV	RESIDENCIAL	11
XEXE - 5º DISTRITO	RESIDENCIAL	305
XEXE - 5º DISTRITO	NÃO RESIDENCIAL	5

## **APÊNDICE 2. ENTREVISTA CONCEDIDA POR SERVIDOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL (SMDHS) REFERENTE A ASPECTOS DO PROGRAMA MORAR FELIZ**

(Este servidor participou ativamente da implementação do Programa Morar Feliz. Seu anonimato será garantido por segurança e preservação da fonte.)

1- Qual o principal objetivo do Programa Morar Feliz?

Conforme prega o Decreto nº 055/2011 do Programa, o mesmo tinha como objetivo a construção de 10.000 casas que garantiriam o acesso à moradia digna, diminuindo assim o déficit habitacional do município, onde a maior parte dos indicadores do déficit estavam relacionados primeiramente à área de risco e também atingidas quase que anualmente por enchentes, determinada pela Superintendência de Defesa Civil e por conseguinte:

- ônus excessivo com aluguel;
- coabitação familiar;
- adensamento excessivo;
- habitação precária.

Todos esses indicadores deveriam estar aliados a famílias com baixo rendimento mensal. Ressalto que apenas 6098 casas foram entregues.

2- Quais as estratégias de atuação do Programa?

O programa era pautado na intersetorialidade entre a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, Superintendência Municipal de Defesa Civil, Empresa Municipal de Habitação/EMHAB e Secretaria Municipal de Governo, cabendo à:

I-Secretaria Municipal da Família e Assistência Social:

- a) coordenar o programa Morar Feliz, devendo proceder às visitas domiciliares para a análise socioassistencial das famílias com o perfil descrito no artigo 3º (do decreto);
- b) proceder à análise, por meio de Assistentes Sociais, da possibilidade de inclusão das famílias no programa;
- c) efetuar a marcação das casas a serem concedidas e posterior aplicação de questionário de levantamento socioeconômico;
- d) formar e manter o CRAS itinerante, que deveria fazer o acompanhamento sistêmico das famílias beneficiárias;
- e) capacitar equipe para entrevistas;

- f) proceder à inclusão das famílias beneficiárias em programas sócioassistenciais público e/ou da rede de proteção social, cofinanciados pelo município;
- g) efetuar reuniões periódicas com as famílias beneficiárias do programa antes, durante e depois da entrega;
- h) providenciar a apresentação de temas, através de palestras educativas como higiene e limpeza, meio ambiente e preservação do imóvel, dentre outros assuntos.

#### II- Defesa Civil Municipal:

- a) emitir laudo de avaliação de risco iminente, procedendo ao posterior envio à Secretaria Municipal de Família e Assistência Social;
- b) proceder à retirada, em caráter emergencial, das famílias que se encontrem em áreas de risco iminente.

#### III- Empresa Municipal de Habitação (EHMAB):

- a) identificar áreas a serem desapropriadas para construção de condomínios residenciais populares;
- b) efetuar a construção de áreas de uso comum, bem como um escritório de campo;
- c) fiscalizar as famílias beneficiárias no que tange à conservação do imóvel recebido.

#### IV- Secretaria Municipal de Governo:

- a) articular com os órgãos municipais a disponibilização de programas e projetos destinados aos moradores;
- b) supervisionar o cumprimento das competências destinadas a cada um dos órgãos envolvidos;
- c) efetuar a escolha e gestão do síndico, que será a pessoa responsável pela escuta das demandas dos moradores.

### 3- Como foi efetuada a escolha das áreas para construção dos Conjuntos?

A escolha para construção dos conjuntos foi efetuada a partir da identificação de áreas de risco sinalizadas pela Superintendência de Defesa Civil em conjunto com a Empresa Municipal de Habitação/EMHAB e Secretaria de Obras a partir de áreas a serem desapropriadas para a construção desses condomínios habitacionais. Na segunda fase do programa, a partir de demandas levantadas pelo serviço social, começamos a participar das reuniões de engenharia, pois foi observado que estava sendo resolvida a questão estrutural, a casa em sua expressão física, ou seja, a ausência de habitabilidade. Nós que atuávamos a frente do programa como assistentes sociais tínhamos muito claro que uma habitação considerada adequada era aquela que atenderia as necessidades das famílias num contexto mais global

possível, em locais que pudessem ter acesso a serviços públicos, integração dos habitantes com o entorno, mas outros problemas foram surgindo em decorrência da localização dos terrenos por serem distantes do centro urbanizado, como: mobilidade/uso do transporte público, distância de escolas, hospitais, postos de saúde e outras estruturas e serviços urbanos. O fator localização foi algo propício ao agravamento dos problemas sociais, promovendo assim uma segregação urbana. Com isso passamos a defender a ideia da compra de terrenos o mais próximo possível da área em que estavam sendo retirados. No que tange à localização geográfica podemos dizer que tivemos um avanço, não em sua totalidade, mas tivemos.

4-De que maneira foi realizada escolha dos grupos a serem removidos?

Considerando o Decreto nº 055/2011 em seu artigo 3º, as famílias priorizadas deveriam se encontrar:

- I- Ocupando moradias irregulares em áreas de risco devidamente comprovadas por laudo emitido pela Defesa Civil Municipal;
- II- Vulneráveis socialmente, devidamente comprovadas através do relatório sócioassistencial emitido por técnico da Secretaria Municipal da Família e Assistência Social.
- III- Oriundas do programa SOS Habitação e que tiveram seus imóveis recuperados, após devida análise socioassistencial feita por um técnico da Secretaria Municipal da Família e Assistência Social.

O Departamento de Políticas Habitacionais da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes- RJ possui um grande número de famílias cadastradas. Estes cadastros são encaminhados para o Departamento pelos CRAS e Equipamentos do Município. Além dos relatórios sócioassistenciais, também são encaminhados laudos da Defesa Civil que dão o parecer em relação ao local ou imóvel onde a família residia antes da remoção.

5-Como foram executadas as remoções dos moradores?

Então... inicialmente foi realizado um levantamento da área a ser removida, onde os moradores e seus imóveis eram cadastrados e identificados. Posteriormente era marcada uma data de mudança e nesse dia a mesma era realizada com acompanhamento do serviço social às famílias, com a presença e participação da Secretaria de Obras, EMAHB e Defesa Civil, como também de caminhões e funcionários da construtora responsável pela construção das casas que também ajudavam no processo de mudança.

6-Como o poder Público lidou com as resistências dos moradores a saírem das casas?

O serviço social acompanhava as famílias das comunidades a serem removidas, as orientavam no que tange a respeito de permanecerem naquele local, já que a grande maioria de seus vizinhos estaria mudando e eles permaneceriam em um local sem luz e sem água, ou seja, era enfatizado o perigo de permanecerem isolados e os riscos que estariam correndo dali por diante. É importante ressaltar, que costumamos dizer que ninguém foi obrigado a sair, no entanto, não deixa de ser uma forma de expulsão, pois esta família que oferecia resistência se via sem opção, até mesmo ameaçado diante dos riscos aos quais passariam a ser expostos.

7-Quais os critérios da escolha dos conjuntos onde as famílias foram realocadas?

Vários fatores foram levados em consideração para escolha do local onde as famílias foram realocadas. O primeiro deles é se havia mais de uma opção de conjunto habitacional a ser entregue. Caso tivesse, a opção da família por sua preferência na maioria dos casos era levada em consideração. Também foi considerado se no local a ser removido havia atuação do poder paralelo e no que isso implicaria para a realocação dessa família em outro local. Estas questões têm um peso determinante quanto à localização, embora não tenha sido o suficiente para evitar algumas problemáticas relacionadas ao domínio exacerbado do tráfico nos conjuntos habitacionais.

8-Quais os impactos espaciais, sociais, e econômicos esperados com a extinção das favelas?

Esta é uma pergunta que deve ser feita aos gestores e demais pessoas que pensaram e idealizaram essa política habitacional, pois o serviço social não participou do planejamento dos conjuntos habitacionais, apenas executou a ação de remoção.

11- Existem espaços de lazer para os jovens nos conjuntos habitacionais?

Alguns conjuntos tinham os chamados “parquinhos”. Todos tinham áreas disponíveis para construções futuras de áreas de lazer, mas tal proposta não foi executada.

12-Existe a preocupação de proximidade dos conjuntos habitacionais com escolas?

Estarei respondendo tal pergunta de acordo com o que está proposto no interior dos conjuntos e não se houve ou não houve preocupação, pois como respondi, o serviço social não participou de nenhum projeto preliminar voltado para a área social dos conjuntos habitacionais. Existe uma parcela dos conjuntos como já respondi na outra pergunta que ficou bem distante dos centros urbanos, proporcionando dificuldade de

acesso aos serviços oferecidos em outras áreas da cidade, sejam eles públicos ou privados.

13- Existe política de transporte para integrar os conjuntos ao centro?

Não, não foi elaborada uma política de transporte de integração para os conjuntos.

### **APÊNDICE 3. ROTEIRO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS JOVENS MORADORES DE VARIADOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DO PROGRAMA MORAR FELIZ**

(A partir de um roteiro temático, as entrevistas possibilitaram ao entrevistado explicar com liberdade os assuntos e selecionar livremente relatos e questões de sua trajetória que consideram centrais. Os eixos do roteiro utilizados foram a descrição da vida cotidiana e de situações marcantes vivenciadas em seu bairro ou em sua circulação pela cidade [circulações diárias, trabalho, lazer, etc.]; as representações sobre a cidade e suas fronteiras; o direito à cidade – qual sua compreensão sobre o conceito e se acredita que consegue exercitá-lo.)

1- Sexo:

2- Idade:

3 - Estado civil:

4 – Cor:

5- Escolaridade:

6 – Você estuda/estudou em escola pública?

7- Ocupação:

8- Local onde residia:

9- Cidade de origem:

10- Há quanto tempo morava no bairro que sofreu o processo de intervenção?

11- Problemas encontrados no bairro anterior.

12- Problemas encontrados na casa anterior.

13- Descreva o local onde você morava (tipo de habitação, relação de vizinhança, comércio).

14- Como era sua vida no antigo espaço de habitação (facilidade pela proximidade do centro)?

15 - Qual o sentimento quando você recebeu a notícia sobre o processo de remoção?

16 - Como você e sua família vivenciaram a remoção?

17- Como ficaram os laços de vizinhança? Mantêm algum contato?

18 - Em algum momento a prefeitura ouviu a opinião de vocês sobre a remoção ou construção do conjunto habitacional?

19 – Descreva seu bairro atual.

20 – Descreva sua casa atual.

qualidade da construção da sua casa

qualidade do serviço de transporte existente nas proximidades

qualidade do serviço de iluminação pública existente

qualidade do serviço de limpeza urbana / coleta de lixo existente

qualidade do serviço de policiamento / segurança pública existente

21 - Mora com quantas pessoas?

22 – Você tem opções de lazer no conjunto habitacional?

23 – Você se sente seguro no conjunto habitacional?

24 – Você mora perto de onde estuda/trabalha?

25 – Qual o meio de transporte você utiliza para chegar à escola/trabalho?

26- Você acredita que teve melhoria na sua qualidade de vida após o reassentamento? Se sim, em quais aspectos?

27 - Você acha que seus laços afetivos com o espaço anteriormente ocupado foram perdidos/modificados?

28 – Como você ocupa a maior parte do tempo livre?

Assistindo à TV

Escutando música

Praticando esporte

Exercendo atividades domésticas

Exercendo trabalho informal (bico)

Conversando com pessoas nas ruas

Conectado na Internet

Cuidando dos irmãos

Desocupado

29 - Como é a sua circulação pela cidade? Quais lugares você frequenta?

30 - O que pensa sobre Campos dos Goytacazes e as possibilidades que oferece aos jovens?

- 31 – De quais serviços públicos faz uso?
- 32 - Do que você tem medo quando sai à rua?
- 33 - Identifica lugares onde não circularia, sendo proibidos para você?
- 34 - Quais os lugares em que se sente protegido e seguro? Por quê?
- 35 - Já sofreu racismo ou algum tipo de preconceito?
- 36 - Você acredita que a cidade é para todos da mesma maneira?
- 37 - Você acredita que os jovens interferem na construção da cidade?
- 38 - Você já vivenciou situações em que se sentiu um estranho na própria cidade?
- 39 - Você sabe o que é o direito à cidade?
- 40 - O que você pensa que seja?
- 41 - Você acha que tem? Por quê?

## APÊNDICE 4. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO QUE RESPALDOU A REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS COM OS JOVENS

### Dados de identificação

Título da Pesquisa: A PÓS-OCUPAÇÃO NA PERSPECTIVA DO JOVEM MORADOR DAS "CASINHAS" EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ; UMA ANÁLISE À LUZ DO DIREITO À CIDADE

Pesquisadora Responsável: Bianca Siqueira Gonçalves

Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, caso aceite fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra ao pesquisador responsável. **Em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade.**

### **Declaro ter sido esclarecido sobre os seguintes pontos:**

1. O trabalho tem por objetivo analisar, a partir dos aspectos positivos e negativos evidenciados pelo grupo estudado, a relação entre juventude e cidade e compreender de que maneira a localização do Conjunto Habitacional permite uma maior ou menor integração do jovem morador com a cidade.
2. A minha participação nesta pesquisa consistirá em responder às perguntas realizadas pela pesquisadora durante a entrevista.
3. Ao participar desse trabalho estarei contribuindo com a análise dos pontos positivos e negativos das casinhas sob o olhar do jovem.
4. Não terei nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderei deixar de participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerei qualquer prejuízo.
5. Fui informado e estou ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.
6. Meu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a minha privacidade, e se eu desejar terei livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.
7. Fui informado que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa.

Eu, \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_ declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, da pesquisa acima descrita.

\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do responsável por obter o consentimento